

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

FERNANDO ALVES GRUMICKER

**LINGUAGEM E MENTE NA FILOSOFIA DA PSICOLOGIA DE
WITTGENSTEIN**

TOLEDO
2026

FERNANDO ALVES GRUMICKER

**LINGUAGEM E MENTE NA FILOSOFIA DA PSICOLOGIA DE
WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Filosofia do Centro de Ciências
Humanas e Sociais da Universidade
Estadual do Oeste do Paraná para a
obtenção do título de Mestre em
Filosofia

Área de concentração: Filosofia
Moderna e Contemporânea.
Linha de pesquisa: Metafísica e
Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Antonio
Bassani.

TOLEDO, PR
2026

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Grumicker , Fernando Alves
Linguagem e mente na filosofia da psicologia de
Wittgenstein / Fernando Alves Grumicker ; orientador Douglas
Antonio Bassani. -- Toledo, 2026.
180 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
2026.

1. Wittgenstein. 2. Expressão. 3. Linguagem. 4.
Psicologia.. I. Antonio Bassani, Douglas, orient. II. Título.

FERNANDO ALVES GRUMICKER

**LINGUAGEM E MENTE NA FILOSOFIA DA PSICOLOGIA DE
WITTGENSTEIN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Filosofia, área de concentração Filosofia Moderna e Contemporânea, linha de pesquisa Metafísica e Conhecimento, composto pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Douglas Antonio Bassani
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo (UNIOESTE)

Mirian Donat
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Bortolo Valle
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)

Toledo, 10 de junho de 2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, FERNANDO ALVES GRUMICKER, pós-graduando do PPGFil da Unioeste, *Campus* de Toledo, declaro que esta dissertação é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nela contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 10 de junho de 2026.

Assinatura

Imagina que encontrávamos uma pessoa que não tinha alma. Porque não deverá poder ocorrer algo como uma anormalidade destas? Seria como se viesse ao mundo um corpo humano com certas funções vitais, mas sem uma alma. Qual seria, então, o seu aspecto?

Wittgenstein – Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia (§ 35).

AGRADECIMENTOS

In memoriam de Egevania Monteiro: amizade que esteve presente ao longo deste percurso, mas que não pôde acompanhar seu desfecho. Pela realização deste estudo, agradeço ao meu orientador, Douglas Antonio Bassani, pela paciência e dedicação, e a Mirian Donat, Marciano Adilio Spica e Bortolo Valle, pelos valiosos apontamentos de pesquisa. Agradeço, igualmente, aos professores do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, instituição na qual iniciei minha formação em Filosofia, e à qual sou grato pelo apoio ao longo deste percurso. Agradeço, igualmente, à CAPES pelo apoio à pesquisa.

RESUMO

GRUMICKER, F. A. *Linguagem e mente na filosofia da psicologia de Wittgenstein*. 2026. 180p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2026.

A proposta da presente pesquisa delimita-se ao questionamento de Wittgenstein ao problema da expressão dos conceitos psicológicos correlatos ao mental e o papel de uma filosofia da psicologia na indagação sobre a experiência em primeira pessoa. Problemas da linguagem sobre a expressão do mental surgem na medida em que nos debruçamos sobre a experiência em primeira pessoa. As expressões de sensações são nomeadamente compreendidas como a exteriorização, através da linguagem, de um evento mental privado. Adotando tal recorte temático, a pesquisa possui como centro as seguintes obras de Wittgenstein: *Investigações Filosóficas*, *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*, obras em que Wittgenstein aborda a experiência em primeira pessoa, as expressões de sensações e os pressupostos epistêmicos que sugerem o mental como âmbito privado nas expressões em primeira pessoa. O problema pode ser apontado segundo a questão: *como a linguagem expressa em primeira pessoa poderia fornecer um panorama para a investigação do significado do mental objetivamente?* O objetivo da presente pesquisa se refere ao problema da objetividade das expressões em primeira pessoa, como também ao problema metodológico para a investigação das proposições e expressões que sugerem o mental. Contudo, a presente pesquisa deve: 1) fornecer descrições sobre os vieses do mental através da análise da linguagem de acordo com a proposta de Wittgenstein; 2) expor a abordagem metodológica sobre as expressões em primeira pessoa; 3) investigar se é possível, no limite, uma objetividade das expressões em primeira pessoa. Argumentamos que, negando o caráter da autoridade epistêmica, o objetivo da aplicação dos aspectos metodológicos de Wittgenstein pode fornecer um panorama para a compreensão dos conceitos psicológicos relativos ao mental através da linguagem.

Palavras-Chave: Wittgenstein; Expressão; Linguagem; Mente; Psicologia.

ABSTRACT

GRUMICKER, F. A. *Language and mind in Wittgenstein's philosophy of psychology*. 2026. 180p. Master's Dissertation (Master's Degree in Philosophy) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2026.

The present research is delimited to Wittgenstein's questioning of the problem of the expression of psychological concepts correlated to the mental and the role of a philosophy of psychology in the inquiry into first-person experience. Problems of language concerning the expression of the mental arise insofar as we engage with first-person experience. Expressions of sensations are notably understood as the externalization, through language, of a private mental event. Adopting this thematic framework, the research centers on the following works by Wittgenstein: *Philosophical Investigations*, *Remarks on the Philosophy of Psychology*, and *Last Writings on the Philosophy of Psychology*, works in which Wittgenstein addresses first-person experience, expressions of sensations, and the epistemic presuppositions that suggest the mental as a private domain in first-person expressions. The problem may be articulated through the following question: *how could first-person language provide a panorama for the objective investigation of the meaning of the mental?* The aim of the present research concerns both the problem of the objectivity of first-person expressions and the methodological problem for the investigation of propositions and expressions that suggest the mental. To this end, the research seeks to: 1) provide descriptions of the aspects of the mental through the analysis of language in accordance with Wittgenstein's approach; 2) expound the methodological framework concerning first-person expressions; 3) investigate whether, within certain limits, an objectivity of first-person expressions is possible. It is argued that, by rejecting the character of epistemic authority, the application of Wittgenstein's methodological aspects may provide a panorama for the understanding of psychological concepts relative to the mental through language.

Key-Words: Wittgenstein; Expression; Language; Mind; Psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS DE OBRAS CITADAS

Neste trabalho, as referências a obras de Wittgenstein serão efetuadas mediante as seguintes formas abreviadas, sempre seguidas de numeração:

- AC:** *Anotações sobre as cores*, 1977. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações sobre as cores*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- DC:** *Da Certeza*, 1969. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da Certeza*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- GF:** *Gramática Filosófica*, 1974. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Gramática filosófica*. São Paulo: Loyola, 2010.
- IF:** *Investigações Filosóficas* (1ª Parte), 1953. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova cultural, 1999.
- IF2:** *Investigações Filosóficas* (2ª Parte), 1953. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova cultural, 1999.
- OB:** *Observaciones Filosóficas*, 1964. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observaciones Filosóficas*. Mexico: Universidad Autonoma de Mexico, 1997.
- OBFP:** *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* (1ª Parte), 1980. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
- OBFP2:** *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* (2ª Parte), 1980. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
- TY:** *Escrito a máquina*. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Escrito a máquina*: [the big typescript] [TS 213]. Madrid: Editorial Trotta, 2014.
- TLP:** *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1921. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- UEFP:** *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia* (1ª Parte), 1882. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.
- UEFP2:** *Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia* (2ª Parte), 1990. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.
- ZE:** *Zettel*, 1967. Edição utilizada: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Zettel*. Anscombe, G.E.M. & von Wright, G.H. (eds.), Anscombe, G.E.M. (trad.). Oxford: Blackwell, 1967.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA OS CONCEITOS PSICOLÓGICOS.....	31
1.1 Gramática de uso.....	46
1.2 Descrições gramaticais na linguagem.....	58
1.3 Critérios de evidência.....	71
2 LINGUAGEM E EXPERIÊNCIA.....	87
2.1 Regra e prática.....	92
2.2 O problema da objetividade das expressões de sensações.....	107
2.3 O empírico e o gramatical.....	115
3 LINGUAGEM E EPISTEMOLOGIA	133
3.1 Indeterminação	139
3.2 Descrições epistêmicas	149
3.3 Pensamento e linguagem.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS.....	175

INTRODUÇÃO

Quero encarar aqui o homem como um animal; como um ser primitivo (...) qualquer lógica suficientemente boa para um meio de comunicação primitivo não é motivo para que nos envergonhemos dela. A linguagem não surgiu de uma espécie de raciocínio. (DC, § 475).

A civilização ocidental, desde os tempos mais remotos, em geral, e mais particularmente, a partir da documentação histórica dos diálogos de Platão, vem se questionando sobre o conhecimento. A resposta no diálogo *Mênon*, de Platão, ilustra o que se tratava da relação entre um problema da geometria e do conhecimento adquirido na resolução do problema¹. Ao lermos a interlocução de Sócrates no diálogo, através de seu método (maiêutica), ao levar um escravo nunca antes instruído nas artes matemáticas a conceber relações geométricas, vemos o relato da atividade do escravo em resolver um problema geométrico e, a partir deste, atingir o conhecimento de proporções geométricas através da razão². Wittgenstein trata de questões análogas ao indicar o modo em que realizamos operações com a linguagem³.

O conhecimento obtido na concepção do diálogo platônico é fruto do esforço cognitivo na tentativa de resolver um problema de proporções na largura de um quadrado. Trata-se, no diálogo *Menon*, de trazer à consciência um conhecimento que já estava presente de algum modo no sujeito. Em razão de tal perspectiva, originou-se uma teoria do conhecimento na qual as formas (*εἶδος*) se constituem separadas da experiência, ocasionando uma bifurcação entre ideias e mundo sensível⁴.

¹ PLATÃO, 2001, p. 59.

² Howard Gardner, em sua obra *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*, trata da repercussão das concepções do diálogo no mundo ocidental para com a filosofia da mente e o desenvolvimento científico posterior.

³ Em *Lecciones de filosofia de la psicología 1946–1947*, Wittgenstein elucida que “por meio de uma regra: o professor escreve números inteiros e o aluno, os quadrados. Uma criança pode aprender uma técnica: «segue» o faz dar outro passo” (WITTGENSTEIN, 2004, p. 48, tradução nossa). Como veremos no cap. 2, as analogias de Wittgenstein são indicativas de problemas que se encontram atrelados ao seguimento de regras e sobre a aquisição do conhecimento.

⁴ Focamos aqui em desenvolver uma descrição remota do problema a respeito da bifurcação entre ideias e experiência, vemos haver resquícios em Platão de tal bifurcação, embora a

O problema sobre a bifurcação, nos aspectos apontados, se caracteriza pela sua dimensão humana e, sobretudo, pelo caráter subjetivo do problema. Com o surgimento da filosofia moderna, em moldes diferentes aos de Platão e do platonismo, o problema a respeito do mental foi concebido como um paradigma epistemológico e, mediante tal concepção, a consequente caracterização do problema mente-corpo (uma bifurcação entre a experiência sensível e as ideias).

Na modernidade, as noções de René Descartes (1596 –1650) a respeito do mental e da atividade de investigação para atingir certezas e afastar os argumentos céticos procuravam um postulado *a priori* e indubitável, através de um método introspectivo e subjetivo nas *Meditações Metafísicas* (1641). Uma vez que a investigação consistia em buscar conhecimentos apodícticos, procurava-se a certeza cristalina a respeito do que não poderíamos duvidar, e, sobretudo, uma certeza que estaria longe de qualquer contra-argumento cético.

Em um primeiro momento, a certeza indubitável foi uma promessa de Platão para o empreendimento da filosofia⁵. E, em um segundo momento, levou ao surgimento das ciências desenvolvidas na modernidade⁶. A *dúvida metódica* aplicada por Descartes (2004, p. 250) levou a filosofia para um modo de investigação introspectivo e, por consequência, originou o paradigma racionalista⁷. A história sobre o surgimento do *cogito* como uma ideia separada da experiência, princípio pelo qual o conhecimento possível pudesse ser construído, consistia na prática da introspecção para a abordagem da certeza do conhecimento e colocando a dúvida em seus limites.

discussão temática na modernidade e na filosofia contemporânea possua diferenças significativas.

⁵ É neste sentido que Rorty (1995, p. 56) em sua obra *A filosofia e o espelho da natureza*, realiza uma crítica ao tratamento da questão da possibilidade do conhecimento *a priori*, entendendo este como universal, verdadeiro, e necessário, como uma promessa de certeza (inalcançável) de Platão para a posteridade.

⁶ Cf. BURTT, A. E. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

⁷ Seu método consistia em iniciar com a dúvida em relação a tudo o que fosse permissível, mantendo uma postura cética em relação aos dados da experiência. Se a prática introspectiva da dúvida não fosse possível, iniciava-se uma investigação que pudesse seguir princípios lógicos para a aquisição de um conhecimento certo. A investigação que consistia em uma abordagem *a priori* tornava-se do mesmo modo subjetiva em relação ao mental, uma vez que a experiência individual na introspecção se limitava ao aspecto da aquisição de certezas metafísicas a respeito da própria aquisição do conhecimento por um sujeito.

De modo análogo, já no século XVIII, a abordagem de Kant (1724–1804) sobre a razão do sujeito postulou categorias do entendimento em uma razão pura⁸, destituída de toda a materialidade, o que inevitavelmente recorreu às representações do sujeito como pertencentes a si mesmo, mediante um *sujeito transcendental*. Contudo, as representações do sujeito não podem ser concebidas no sistema kantiano como a representação dos objetos mesmos (a *coisa em si*), da qual a representação faz referência. Deste modo, uma investigação sobre a psicologia do sujeito transcendental se encontra separada da investigação empírica, de modo que a separação da investigação teórica também remete a uma separação entre o mundo da experiência e um mundo das representações do sujeito⁹.

A certeza sobre o *cogito* ainda permaneceu como uma certeza eminentemente subjetiva sobre uma experiência de estados mentais (internos). A proposta kantiana de tratar de certezas da razão de maneira *a priori* e a razão como uma faculdade contribuiu para a problemática da representação. Assim, o conhecimento sobre a mente requeria uma justificação objetiva que unificasse as representações do sujeito com a realidade externa das quais as representações se referiam, de modo a suprimir a dúvida sobre o acesso do sujeito ao mundo externo¹⁰. Este último se constitui como um problema que surge como uma aparente incapacidade da razão de acessar a realidade (em si mesma), uma vez que todas as representações do sujeito, assim como todas as experiências, permanecem internas e intocáveis por um método experimental.

No entanto, com o surgimento da psicologia em meados do século XIX, mediante uma tentativa de solução de problemas epistemológicos e de uma abordagem metodológica e empírica para o tratamento dos problemas

⁸ KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5ªed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. [B 404].

⁹ Assim, não são os objetos que definem o modo de conhecer o mundo externo ao sujeito e independente dele, mas, ao contrário, é o sujeito que representa os objetos de modo que possa apreendê-los. Contudo, uma realidade independente da representação do sujeito não seria possível de ser conhecida, de modo que um acesso direto do sujeito para com o objeto tampouco seria possível, mas permanece mediada pela representação. Assim, a separação entre mundo externo (materialidade) e mundo interno (acesso aos objetos mediados pela representação) origina um problema epistemológico, a saber, o problema da representação.

¹⁰ Refutação ao solipsismo.

apontados¹¹, e, em especial, com a ampliação do conceito de ‘experiência’ para o conceito de experiência da consciência do sujeito, entendida como uma experiência imediata, levou a novos panoramas pelos quais o problema caminhou.

No século XX surgem tratamentos ao problema vinculados à filosofia analítica que se tornam pertinentes, e entre eles, a obra *The Analysis of Mind* (1921) de Bertrand Russell. A respeito de tal obra, a rejeição por parte de Wittgenstein em *Investigações Filosóficas* é uma ponderação a respeito das teorias sobre o mental e uma resposta ao equívoco na posição russelliana. Russell postulava uma teoria de que o significado de uma proposição na linguagem residia na imagem que a proposição evocava na mente do sujeito, ocasionando uma teoria psicológica do significado com a causa em um sujeito. Além de teoricamente bifurcar, de um lado, o significado linguístico, e por outro, a representação mental. A rejeição de Wittgenstein da teoria causal do significado é parte integrante dos parágrafos que tratam sobre o *argumento da linguagem privada* e das expressões [*Ausdrücke*] de estados psicológicos em *Investigações Filosóficas*¹².

O problema em relação à linguagem, apontado por Wittgenstein, consiste na asserção de que a linguagem se confunde com o pensamento (IF, § 32), de modo que os processos mentais se encontram indissociáveis da linguagem e da ação da comunicação, ou seja, segundo Wittgenstein, o que indica o mental é a expressão característica em conceitos psicológicos. Assim como os próprios conceitos, por se tratar de uma estrutura cognitiva complexa e intencional. Os pensamentos, que são atividades mentais, pertencentes a um sujeito (na perspectiva cartesiana), demonstram-se problemáticos a respeito da exteriorização do pensamento de maneira significativa e objetiva¹³, de um lado,

¹¹ BRENTANO, Franz. *Psicología desde el punto de vista empirico*. Espanha: Salamanca, 2020, p. 112.

¹² O argumento da linguagem privada inicia-se em IF § 243, mas também são discutidos tópicos semelhantes em outro trabalho de Wittgenstein, a saber: *Notes for Lectures on “private experience” and “sense data”*. In: RHEES, R. *The Philosophical Review*, Vol. 77, N. 3, jul. 1968, p. 275 – 320.

¹³ Este problema, nos termos apontados em Descartes, e ao problema da representação, coloca a mente hipostasiada no interior dos sujeitos. A própria maneira de se referir ao tema da mente na linguagem evoca a hipostasia da mente como uma substância interior. Assim, o significado de conceitos psicológicos na linguagem repousaria sobre a exteriorização em primeira pessoa (na experiência subjetiva).

e da experiência da consciência interna, por outro.

O resultado do raciocínio, portanto, também permaneceria isolado como um resultado de um discurso sobre o mental de maneira pessoal, se posto nos moldes da bifurcação ou se posta nos moldes de uma teoria causal do significado. É sobre estes aspectos do problema desenvolvido por Wittgenstein que a presente dissertação se volta, tanto no que diz respeito a como chegamos até estes problemas, quanto à maneira pela qual podem ser compreendidos e tratados. Assim, o tratamento ao problema se encontra eminentemente vinculado à filosofia da linguagem de Wittgenstein e aos escritos sobre filosofia da psicologia. Entre tais pontos, podemos destacar a autoridade epistêmica nas expressões em primeira pessoa que levam ao ceticismo, o significado do mental e o modo de tratamento sobre as expressões em primeira pessoa.

As noções de natureza e mente aparecem ligadas na história da filosofia ocidental como um problema, que diz respeito à própria constituição do homem, de modo que o problema adquiriu um caráter tanto antropológico quanto científico. Nas obras *Investigações Filosóficas* (1953), *Observações sobre a filosofia da psicologia* (1980) e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia* (1992), Wittgenstein fornece uma perspectiva para uma investigação sobre os aspectos do mental através da linguagem.

A linguagem adquire um caráter público, não há, portanto, uma linguagem privada e individual. Porém, o que ocorre em relação às sensações [*Empfindung*] descritas em primeira pessoa através da linguagem? São nas expressões sobre sensações em primeira pessoa que, de um lado, o sujeito se expressa, e, por outro lado, a expressão em primeira pessoa permanece em contraste com o limite diante da posituação das ciências, que exigem uma linguagem em terceira pessoa para a objetividade. Temos aqui a questão: como a linguagem expressa em primeira pessoa pode ser objetiva? Segundo as reflexões apontadas, o caminho estende-se da filosofia da linguagem [*Sprachphilosophie*] de Wittgenstein aos termos psicológicos, por se tratar da objetividade e normatividade.

A presente dissertação tem em vista o tratamento sobre a objetividade das expressões psicológicas relativas aos processos mentais, assim como a indagação sobre a objetividade da linguagem. Para uma forma de análise do

mental mediante uma linguagem de sensações de uma maneira objetiva, Wittgenstein nos diz que toda a linguagem assume um caráter público nos *jogos de linguagem*. Assim, a linguagem não possui uma essência única, não é uma figura [*Bild*] do mundo, não é um espelho da realidade. Mas é construída e seguida mediante regras (palavras e expressões que são consensuais, na medida em que admitem uma polissemia; gramaticais, na medida em que possuem regras).

As expressões em primeira pessoa se baseiam no seguimento de regras públicas, daí que adquirem a sua objetividade. Mas como saber, no limite, que outras pessoas estão expressando suas sensações e experiências na linguagem mediante um conceito objetivo que entendemos? Como saber se outras pessoas significam os conceitos na linguagem em primeira pessoa da mesma maneira? E como saber se a mente, uma vez que não possui espacialidade, como quer o dualismo cartesiano, teria significado? As *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein fornecem aspectos metodológicos para a análise da linguagem, aplicáveis a tais expressões da linguagem em primeira pessoa, que conotam sensações “privadas”.

Deste modo, as presentes considerações remontam aos aspectos metodológicos de Wittgenstein na investigação sobre os conceitos psicológicos, na medida em que as expressões de sensações estão ligadas à experiência em primeira pessoa, e na medida em que são expressas por meio da linguagem. Contudo, não se trata de dar uma resposta categórica ao que é o mental, mas ao modo pelo qual os problemas a respeito do mental e da privacidade surgem¹⁴.

Embora sejam tratados problemas correlatos com os conceitos psicológicos na segunda parte de *Investigações Filosóficas*, ainda permanece polêmica a questão a respeito da divergência entre os escritos de Wittgenstein nas décadas de 1930 e 1940, uma vez que há de se considerar o escopo de Wittgenstein com demais obras (para além da primeira parte de *Investigações Filosóficas*).

¹⁴ Similarmente, a pergunta sobre a linguagem pode ser contestada através da compreensão de que os jogos de linguagem e do aprendizado de tais jogos consistem em uma história natural humana. Assim, a história natural humana possui a característica de uma prática junto de uma normatividade, garantindo a regularidade dos significados.

Sobre o assunto bibliográfico, Ascombe e Rush Rhees (1999, p. 21)¹⁵, herdeiros literários de Wittgenstein, caracterizam a segunda parte de *Investigações Filosóficas* como um material diferente da primeira parte e desenvolvido na década de 1940–47, além de diferente do *Tractatus*. Comentadores como Schulte (2003, p. 3) tratam da segunda parte de *Investigações Filosóficas*, juntamente com *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia* e *Observações sobre a filosofia da Psicologia* como parte diferente das obras de 1930–33¹⁶; Hilmy (1984, p. 110) procura demonstrar as relações entre a linguagem de cálculo do TS 213, obra pertencente à década de 1930, e as *Investigações Filosóficas*. Do mesmo modo, Kripke (2006) e Backer (2009, p. 27) realizam comparações concernentes ao seguimento de regras e expressão linguística, e por fim, Hark (1990, p. 19) elabora uma listagem exaustiva a respeito das inter-relações entre *Investigações Filosóficas*, *Observações Filosóficas*, e TS 213. De modo que podemos concluir que há entrelaçamentos entre as obras das duas décadas (1930–1940). Embora algumas passagens tenham sido polidas por Wittgenstein, enquanto outras aparecem em repetições, de modo que tratar do caminho metodológico de Wittgenstein sem o apoio de pontos de demais obras do autor, escritas entre ambas as décadas, tornaria frustrado o empreendimento.

Wittgenstein, em seu plano de tratamento dos conceitos psicológicos¹⁷, traça uma divisão dos conceitos psicológicos entre expressões de sensações, emoções e conceitos relativos a crenças e ao conhecimento. Ao mesmo tempo, traça uma divisão entre expressões em primeira pessoa e proposições em terceira pessoa.

Assim, em vista de chegar a um panorama sobre o problema do mental e de sua relação com a linguagem, através da compreensão das relações dos jogos de linguagem entre primeira e terceira pessoa, uma vez que é através das

¹⁵ ASCOMBE, G. E. M.; RHEES, R. *Notas dos editores ingleses*. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo. Nova Cultural, 1999, p. 21.

¹⁶ “É certamente justificado considerar os textos datilografados de 1930 e 1933, bem como o plano original das *Investigações Filosóficas*, como versões diferentes da summa pretendida por Wittgenstein” (SCHULTE, 2003, p. 3).

¹⁷ Cf. Wittgenstein, Ludwig. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008, p. 273. Tratamos do plano na primeira seção da presente dissertação (seções 1.1; 1.2).

relações que surgem expressões que dizem respeito aos conceitos em primeira pessoa sobre a própria subjetividade do sujeito, buscaremos ver as relações dos conceitos psicológicos em primeira pessoa com um estatuto epistêmico, bem como o indicativo de interioridade dos processos mentais.

Wittgenstein procura demonstrar os enganos em relação aos objetos privados, que se tratam de ilusões gramaticais (IF, § 110) a respeito de um estatuto epistêmico que se origina de tais relações. O aspecto importante da divisão diz respeito aos modos pelos quais as negações de crenças em primeira pessoa se tornam contraditórias. Bem como o fenômeno da crença e do conhecimento não possui um fator importante, ao que Wittgenstein denomina de *duração genuína*, presente em processos mentais como a experimentação e as emoções. Assim, as expressões de conhecimento subjetivo tocam a gramática do conceito de crença que se relaciona com a cognição, em razão das classificações de Wittgenstein. Mas a ausência de uma duração específica para o fenômeno da crença e do conhecimento torna a divisão entre os conceitos psicológicos mais delimitada.

Dividimos a presente dissertação em três partes estruturais em função dos conteúdos temáticos e problemáticos, a saber, a) aspectos metodológicos, b) linguagem e experiência, c) análise epistêmica. Desta maneira, a metodologia do presente estudo corresponde a uma investigação conceitual, com a descrição, exemplificação e analogias, uma vez que a utilização de conceitos pode ser analisada em vários jogos de linguagem e das relações que os jogos de linguagem mantêm entre si e que podem obscurecer conceitos. A presente dissertação possui o escopo dos aspectos metodológicos da filosofia da linguagem de Wittgenstein, em seus aspectos de descrição e exemplificação, nos pontos acima citados.

No primeiro capítulo da presente dissertação, trataremos das considerações sobre os conceitos psicológicos mediante o percurso metodológico de Wittgenstein na obra *Investigações Filosóficas, Observações sobre a Filosofia da Psicologia e Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*. Uma vez que os aspectos da metodologia implicam a descrição, analogias e exemplificações que possam levar à compreensão dos usos conceituais, também implicam no seguimento de regras, de modo que os aspectos

metodológicos de Wittgenstein possuem como foco o esclarecimento dos problemas que surgem da linguagem.

A presente dissertação possui em vista uma descrição dos aspectos metodológicos de Wittgenstein¹⁸ e da aplicação destes aspectos na abordagem de problemas da filosofia da psicologia¹⁹. Ainda, os aspectos metodológicos de Wittgenstein possuem implicações fundamentais a respeito do desenvolvimento de sua filosofia da linguagem e filosofia da psicologia, vínculo que deve ser evidenciado para justificar a interpretação das considerações de Wittgenstein a respeito do tratamento dos conceitos psicológicos (elaborado por Wittgenstein) em sua filosofia tardia. Outrossim, abordaremos o plano de tratamento dos conceitos psicológicos presentes em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* e das implicações metodológicas de Wittgenstein para com a divisão entre a primeira e terceira pessoa, assim como para com a divisão dos conceitos psicológicos e da pergunta sobre critérios objetivos de uso.

Iremos abordar no segundo capítulo desta dissertação os problemas a respeito da linguagem privada e da relação entre a linguagem e a experiência, assim como as considerações de Wittgenstein sobre a dicotomia entre *interior* e *exterior* em relação com as posições dualistas que possuem o foco na autoridade epistêmica. Na obra *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein nos diz que “queremos construir uma ordem no nosso conhecimento do uso da linguagem” (IF, § 132), de modo que sugere uma pista útil de que uma análise da linguagem deve tratar sobre a ordem nos usos de nossas expressões. Portanto, uma filosofia da psicologia, que possui em seu escopo termos psicológicos, deve estar localizada nos parâmetros de inteligibilidade objetivos, uma vez que “se necessito de uma justificação para usar uma palavra, então tem que ser uma justificação também para o outro” (IF, § 378).

Visto que tratam de dados públicos, a análise da linguagem possibilita a

¹⁸ Souza (2020, p. 195) comenta que “os aspectos principais do ‘novo método’ filosófico de Wittgenstein (...) são praticamente negligenciados” (SOUZA, G. F. A filosofia da psicologia e o “novo método” filosófico nos escritos tardios de Wittgenstein: uma relação prática e necessária. *Trans/formação*. Vol. 4. N. 43, 2020, pp. 177–200).

¹⁹ Estudos com indagações metodológicas similares à nossa dissertação e de aplicações aos conceitos psicológicos se encontram presentes em obras díspares como a de Gordon Baker “*Wittgenstein’s Method: Neglected Aspects*”. Cornwall: Blackwell Publishing, 2004. E Gavin Brent Sullivan “*Wittgenstein’s philosophy in psychology: interpretations and applications in historical context*”. London: Springer Nature, 2017.

compreensão dos conceitos de sensações enquanto conceitos psicológicos: compreender a nossa linguagem, analisá-la, deve nos levar à compreensão de conceitos que são expressões de sensações e experiências psicológicas. Para este objetivo, trataremos de examinar relações em jogos de linguagem da gramática das cores presentes em *Anotações Sobre as Cores* (1977), e as concepções de Wittgenstein sobre as relações dos jogos de linguagem em primeira e terceira pessoa. Estas últimas dizem respeito ao surgimento da questão do mental em uma convicção pautada na gramática da linguagem.

Apontando o problema das expressões de sensações de maneira privada, também se origina dele o problema a respeito da objetividade na linguagem e das expressões de experiências, ou seja, da expressão da qualidade da experiência em primeira pessoa. Tal problema será destacado com o intuito de se chegar à resposta de Wittgenstein para a respectiva elucidação através dos modos de expressões ordinárias a respeito dos usos de conceitos ligados aos processos mentais, assim como o modo pelo qual as expressões podem ser significativas. Com o presente enfoque, trataremos de exemplos ao problema de maneira eminentemente descritiva, tais como uma alusão ao seguimento de regras, o dualismo cartesiano e a proposta de Nagel no artigo *Como é ser um morcego* (1974). Assim como três interpretações à posição de Wittgenstein sobre o problema, a saber, as noções de Ryle, Quine e Kripke. Desta maneira, pretendemos tornar visível um panorama do problema a respeito das expressões de sensações vinculadas à privacidade. Faremos uma distinção entre dois polos, a saber, as proposições empíricas e gramaticais, uma vez que as expressões em primeira pessoa podem ser compreendidas como uma relação entre jogos de linguagem (e inclusive, relações em um mesmo jogo de linguagem). Assim, a questão de um estatuto epistêmico das expressões em primeira pessoa de (vir a) ser tratada como oriunda de ilusões gramaticais, mas que aponta, inversamente, a razão pela qual o problema do mental e da privacidade, ambos tomados juntos, surgem nos moldes de uma questão cética.

Por fim, no terceiro capítulo, trataremos de problemas epistêmicos presentes na obra de Wittgenstein, e nos utilizaremos das noções e posição de Arley Moreno a respeito de uma análise de termos psicológicos que possuem uma designação epistêmica. Neste último aspecto, a linguagem, para ser

significativa em suas expressões em primeira pessoa, não possui um fundamento metafísico para se dirigir ao mundo e, portanto, como se daria a significação em casos nos quais os predicados que se afirmam sobre as experiências de sujeitos são conhecidos privadamente? A respeito desta questão, nos utilizamos de Hacker (1986), ao introduzir um operador semântico para os casos de expressões e um operador epistêmico. A pergunta sobre a constituição da crença e do conhecimento privado, portanto, poderá ser solucionada à luz dos operadores, uma vez que a questão cética poderá ser contornada. Metodologicamente, uma refutação ao argumento da autoridade epistêmica será descrita juntamente com a obra de Wittgenstein, *Da Certeza* (1969), uma vez que traça paralelos entre jogos de linguagem em primeira pessoa para com os conceitos de conhecimento e crenças privadamente.

Assim, espera-se contribuir para alcançar um panorama que indique a ligação entre os aspectos metodológicos, os jogos de linguagem da experiência e da interioridade, e os jogos de linguagem com conteúdo epistêmico, visando apontar os conteúdos psicológicos expressos em primeira pessoa e as relações entre os jogos de linguagem.

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA OS CONCEITOS PSICOLÓGICOS

Antes de iniciarmos a exposição propriamente dita sobre os aspectos metodológicos (tema percorrido por Wittgenstein em sua filosofia da linguagem tardia), e com isto, traçar descrições a respeito do significado em sua filosofia da linguagem, a distinção entre expressões e proposições e ao *problema dos conceitos psicológicos*. Fazemos justiça à proposta desta seção inicial, ao destacarmos considerações preliminares e gerais sobre o tema de uma *abordagem metodológica* ou os aspectos metodológicos da filosofia da linguagem de Wittgenstein, visando a sua consequente aplicação na filosofia da psicologia. Para esta última, nos utilizaremos da designação de aspectos do procedimento metodológico e da relação meramente preliminar entre a filosofia da linguagem e a filosofia da psicologia.

Adotamos no presente escrito o recurso bibliográfico, uma vez que os aspectos metodológicos de Wittgenstein que se aplicam aos temas da filosofia da psicologia emergem em suas obras de maneira relativamente dispersa, e inclusive, no escopo de sua filosofia da linguagem. O problema que se destaca se resume *aos aspectos metodológicos e de que maneira tais aspectos são endereçados às questões relativas a uma filosofia da psicologia*. Com tal abordagem, trataremos de suscitar os aspectos metodológicos da filosofia da linguagem de Wittgenstein, para então, nas próximas seções, relacionar os aspectos metodológicos com as questões da filosofia da psicologia propriamente.

Estruturalmente, Wittgenstein apresenta na obra *Investigações Filosóficas* um caminho metodológico e expositivo que perpassa toda a obra, são modos de operação com a linguagem que envolvem descrições, analogias, exemplificações e, ainda, observações da *gramática profunda* em jogos de linguagem. Procedimentos similares são lançados em outras de suas obras, tais como em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*, *Zettel* e *Da Certeza*.

Em *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein trata dos conceitos psicológicos de maneira relacionada com a sua filosofia da linguagem, tal como

os aspectos problemáticos do conhecido *problema da linguagem privada*, a semântica nos jogos de linguagem e as descrições de usos conceituais; de modo que os conceitos psicológicos não são tratados isoladamente, mas relacionados com problemas relativos ao significado, visto que o problema do significado é parte importante da filosofia da linguagem.

A título de demonstrar tais relações: a pergunta sobre o mental, a pergunta sobre o significado na filosofia da linguagem e as implicações na filosofia da psicologia de Wittgenstein²⁰. Tais temas conduzem a distinções entre expressões e informações, entre a primeira e a segunda pessoa na linguagem, distinções entre expressões e proposições, e indicam caminhos a respeito de problemas na filosofia da mente. As distinções são observações sutis, são oriundas de um modo de proceder com rigor, e modos de se analisar a linguagem.

As comparações de Wittgenstein a respeito dos domínios da linguagem são elucidativas para a compreensão da importância de uma investigação conceitual para a filosofia da psicologia. O que remete às indagações a respeito da fundamentação das ciências particulares²¹ e dos aspectos metodológicos, em

²⁰ Como veremos adiante nas seções 1.1 e 1.2, juntamente com os planos de tratamento dos conceitos psicológicos.

²¹ A atmosfera em torno da indagação sobre a fundamentação das ciências particulares pela epistemologia enquanto uma base filosófica para as ciências é premente. Edwin Burt (1983) em sua obra *A fundamentação metafísica da ciência moderna* e Gardner (2003) em *A nova ciência da mente* retratam bem esse cenário esperançoso com as fundamentações, cenário do qual surgem tanto reconstruções racionais da fundamentação quanto uma historiografia. O que queremos apontar são os aspectos teóricos de que, desde o século XVIII, a epistemologia como campo filosófico, embora tenha procurado fundamentar as bases das ciências particulares, no próprio desenvolvimento científico permaneceram resíduos. Contudo, a psicologia (a), sendo uma ciência relativamente recente, surge como tentativa de resolução de um problema epistemológico: o problema sobre a experiência vinculado aos processos mentais e aos respectivos correlatos comportamentais. Embora o comportamento pudesse fazer parte de um núcleo empírico, ainda permanecem os resíduos do problema da intencionalidade, as nuances problemáticas das disposições epistêmicas como o fenômeno da crença, além do problema sobre os dados imediatos da experiência. A linguística (b), como ciência, recebeu uma fundamentação tanto pelos aspectos da filosofia da linguagem de cunho analítico quanto pelo pragmatismo, entendendo a linguagem pautada em regras para a análise e aferição públicas. A constituição da linguística como ciência pressupunha a criação de uma linguagem-modelo e não ambígua, no sentido de uma tese positiva, ou na falsa imagem de que haveria um núcleo sobre os usos das palavras, além da constituição de uma teoria do significado que pudesse aferir, de maneira não problemática, as expressões com conteúdo de disposições epistêmicas e fenômenos psicológicos privados. As ciências cognitivas (c), na medida em que foram fundamentadas pela epistemologia para conferir uma solução aos problemas dos fenômenos dos processos mentais mediante um método experimental, além de sofrer com problemas similares da psicologia como ciência, permanecem com os problemas da cognição, entre eles, o

especial, para a psicologia, uma vez que a *virada linguística* forneceu amplas considerações em seus desdobramentos na filosofia da linguagem, suscitando indagações a respeito do repertório conceitual e semântico das ciências, segundo Wittgenstein:

A confusão e o deserto da psicologia não se explicam pelo fato de ela ser uma “ciência jovem”; seu estado não pode ser comparado com o da física, por exemplo, nos seus inícios. (Muito menos com certos ramos da matemática. Teoria dos conjuntos.) Existem na psicologia métodos experimentais e *confusão conceitual*. (Como, noutro caso, confusão conceitual e métodos de demonstração.)

A existência do método experimental nos faz crer que teríamos o meio para resolver os problemas que nos inquietam; se bem que problema e método desritmadamente um ao lado do outro.

É possível uma investigação da matemática inteiramente análoga à nossa investigação da psicologia. É tão pouco *matemática* quanto a outra é *psicológica*. Nela *não* se calcula; não é, pois, logística, por exemplo. Poderia merecer o nome de investigação dos ‘fundamentos da matemática’. (IF2, § XIV)²²

No trecho citado, Wittgenstein menciona métodos de áreas particulares, e as investidas de Wittgenstein em sua filosofia da psicologia se direcionam para apontar os erros e ambiguidades presentes, por exemplo, no vocabulário mentalista, bem como nos problemas conceituais de linguagem. A maneira de conduzir a investigação por parte de Wittgenstein se trata de discernir a explicação definitiva como sustentáculo metafísico em uma série de descrições. Tal distinção entre descrição e explicação é de utilidade para um estudo preliminar a respeito do procedimento metodológico da filosofia da linguagem de Wittgenstein.

problema dos aspectos, como conferir critério de conhecimento para a interpretação. As tão conhecidas figuras da *gestalt* utilizadas por Wittgenstein são exemplos de fenômenos não explicados como processos cognitivos funcionais que acontecem no cérebro ou na “mente”. A dificuldade de localização e a dificuldade de explicação são o que caracterizam os problemas residuais, além da falta de um vocabulário e de uma linguagem inteligível que traduza os cenários neuronais em processos mentais (cognitivos) ou em descrições objetivas. Tais aspectos residuais apontam problemas para os quais alguns teóricos, como Quine (1968) e Kuhn (1992), chamaram a atenção, respectivamente: o problema da intraduzibilidade de modelos descritivos e o problema da incomensurabilidade entre modelos explicativos.

²² Wittgenstein tem em mente as considerações de W. Köhler em *Gestalt Psychology* (1929), principalmente na observação do comportamento através de métodos quantitativos para mensurar as observações (OBFP2, § 224). Cf. DINISHAK, Janette. Köhler, Wittgenstein, and the Live Bonds of Dynamical Reality. *Philosophia Scientiae*, 26 (3), pp. 21-36, 2022.

É premente, desde a obra *Investigações Filosóficas*, um procedimento metodológico com aspectos de aplicações diferentes, que carrega consigo as relações entre proposições empíricas e os seus significados conforme usos, assim, os usos cumprem funções nos jogos de linguagem. Ainda, percebe-se que as proposições gramaticais tratam sobre as regras a serem seguidas conforme os usos conceituais propriamente ditos. Os jogos de linguagem são descritos por Wittgenstein, dos modos mais básicos para modos mais complexos. E aqui temos uma característica importante do procedimento metodológico: a descrição. Esta última é um dos aspectos distintivos do procedimento de Wittgenstein da filosofia da linguagem para a filosofia da psicologia, ou, mais especificamente, de uma análise conceitual do significado dos jogos de linguagem para a análise dos conceitos psicológicos²³.

Assim, as descrições dos jogos de linguagem levam para as distinções entre as *proposições gramaticais* e as *proposições empíricas*. São as proposições gramaticais que indicam em qual *lugar* da linguagem um conceito pertence (IF, § 29), não apenas indicam como podem regular o uso conceitual, mas estabelecem as designações semânticas, usos estes reiterados por uma história natural humana. Enquanto as proposições empíricas, em jogos de linguagem, dizem respeito às sentenças com correlatos observacionais e postos na experiência. Assim, a pergunta sobre o que significa determinado conceito para quem exige uma explicação poderá ser dada mediante descrições: “como explicaríamos a alguém o que é um jogo? Creio que lhe descreveríamos *jogos*, e poderíamos acrescentar à descrição: ‘isto e *outras coisas semelhantes* chamamos de ‘jogos’” (IF, § 69). Com tal elucidação de jogos de linguagem e exemplificações, a descrição como aspecto metodológico deixa de lado a explicação definitiva e metafísica.

²³ As primeiras colocações de Wittgenstein a respeito dos conceitos psicológicos aparecem com maior ênfase na segunda parte de *Investigações Filosóficas*. Georg Henrik von Wright e Heikki Nyman (2014, p. 48) caracterizam essas relações (de jogos de linguagem e conceitos psicológicos) no prefácio da obra como repetições da segunda parte daquela obra em *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*, e as descrevem como “estudos preliminares” para a segunda parte da obra *Investigações Filosóficas*, que versa sobre descrições de conceitos psicológicos. De fato, as obras *Investigações Filosóficas*, *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* e *Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia* versam sobre temas *similares* a respeito da investigação de questões a respeito da linguagem, do significado e dos conceitos psicológicos (expressões em primeira pessoa e atitudes epistêmicas). Isto posto, vemos como a filosofia da linguagem de Wittgenstein possui ligações fortes com a sua filosofia da psicologia.

Uma das características metodológicas do procedimento de Wittgenstein se constitui na descrição, como apontado, tanto para o significado de conceitos filosóficos quanto para os conceitos empregados em expressões psicológicas. O problema a respeito da última (expressões de conceitos psicológicos) é que seu emprego carrega consigo uma divisão entre o externo e o interno, além da alegação persistir entre uma ontologia privada e uma autoridade epistêmica restrita. Trata-se de uma imagem de um estado interno que poderá ser clarificada através do procedimento descritivo empregado por Wittgenstein ao tratamento de tais conceitos.

O procedimento descritivo de Wittgenstein ao tratamento de conceitos psicológicos ainda é desafiador, pois os aspectos metodológicos se constituem amplamente em exemplificações e descrições na linguagem, sendo direcionadas aos usos conceituais para a clarificação de confusões na “luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem” (IF, § 109). Sobre este plano das descrições, Hacker (1990) comenta:

As *Investigações Filosóficas* não pretendem acrescentar uma nova teoria – sobre o significado e a compreensão, sobre a necessidade ou a natureza da mente – ao conjunto de teorias estabelecidas. O seu objetivo também não é examinar posições opostas em debates centenários – como o realismo versus nominalismo, o mentalismo versus behaviorismo, ou o platonismo versus formalismo – a fim de ficar do lado daqueles que são apoiados por argumentos superiores. O seu objetivo é dissolver as próprias questões, mostrando que elas se baseiam em pressupostos ilegítimos (HACKER, 1990, p. xiii, tradução nossa).

Contudo, na obra *Investigações Filosóficas*, não é totalmente claro o modo pelo qual os aspectos do procedimento metodológico são sancionados e aplicados, embora a obra já forneça pistas úteis a respeito dos procedimentos. Alguns comentadores²⁴ ressaltam que os aspectos metodológicos dos procedimentos de Wittgenstein permanecem opacos, e a dificuldade em relação a se ter um esquema completo dos aspectos metodológicos se dá em razão da própria forma de exposição do autor.

O parágrafo §133 de *Investigações Filosóficas* já indica que não se trata

²⁴ Tais como Souza (2020), Backer (2004) e Rojo (1999).

de *um* método unívoco. Wittgenstein afirma que “não há *um* método da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias” (IF, §133). Nesse sentido, o procedimento metodológico mencionado assume um caráter terapêutico voltado à resolução de problemas filosóficos pontuais, sem recorrer à construção de teorias explicativas (§109), tampouco recorre a sustentáculos metafísicos (seja para o significado na filosofia da linguagem, seja para o que estaria por trás dos conceitos psicológicos).

O interlocutor de Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*, seja um cético, seja a caricatura de um aluno do qual Wittgenstein ministrou aulas em Cambridge, ressalta seguir a argumentação que a primeira parte da obra perpassa. É indicado por Wittgenstein que “*nós* reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para seu emprego cotidiano” (IF, §116); ainda, “uma fonte principal de nossa incompreensão é que não temos uma visão panorâmica do uso de nossas palavras” (IF, §122). Queremos chegar à compreensão do caminho pelo qual Wittgenstein perpassou em suas considerações para apreender a sua prática, isto é, os procedimentos, as características, e enfim, os aspectos metodológicos. Assim, voltaremos a atenção sobre a descrição wittgensteiniana para essa prática²⁵.

Wittgenstein elabora um plano para o tratamento dos conceitos psicológicos e, através deste plano, podemos conceber relações que conduzem para uma maior apreensão dos aspectos do procedimento metodológico, conforme salienta Fatturi (2009):

Em *RPPI* seção 722, Wittgenstein se propõe à construção de uma genealogia dos conceitos psicológicos. Entretanto, faz a ressalva de que não busca uma exatidão, e sim uma visão

²⁵ Gostaríamos de afirmar que o procedimento metodológico de Wittgenstein se constitui na descrição da gramática, e que com isso a filosofia já não elabora teorias, razão pela qual ela se distingue da atividade científica, mas, para isso, ainda necessitamos de uma compreensão do procedimento. Kripke (2006) ressalta o seguimento de regras e procura descrever o procedimento de Wittgenstein como uma redução ao absurdo do argumento da linguagem privada, que conduz para a conclusão de que não há fatos sobre o significado. E Quine (1968), de modo similar, elabora o problema da tradução entre modelos descritivos que abre caminhos problemáticos para a objetividade a respeito do significado e das expressões (ver capítulo 2). Contudo, a redução não parece consistir em uma descrição do procedimento metodológico de Wittgenstein de maneira suficiente, tampouco o ceticismo para o significado [*skepticism about meaning*], conforme apontado por Soames (1997) sobre a argumentação de Quine-Kripke, possui um caráter conclusivo. Tais problemas a respeito do procedimento de Wittgenstein evidenciam que não temos ainda um mapa geral do procedimento, mas sim exemplos demonstrativos em sua filosofia da linguagem e filosofia da psicologia.

sinóptica (FATTURI, 2009, p. 137).

Wittgenstein realiza descrições a respeito dos usos conceituais em jogos de linguagem, de modo que elucida os usos conforme os empregos gramaticais. Do mesmo modo, em vários dos seus escritos, realiza observações gramaticais a respeito de expressões e suas formas, como trata Wittgenstein:

Nossa consideração é, por isso, gramatical. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando os mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras; provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes domínios da nossa linguagem (IF, § 90).

Há vários sentidos pelos quais se pode compreender o significado de “gramática” nas *Investigações Filosóficas* e em obras posteriores, de modo que denominar o procedimento de Wittgenstein como um “método gramatical”, embora se encontrem boas razões de justificação, ainda não esclarece os seus componentes no procedimento. Assim, o procedimento de Wittgenstein não possui a pretensão de se tornar um sistema filosófico completo ou total, de modo que as descrições, embora possuam elos de ligações com analogias, observações gramaticais, exemplificações, comparações e visão panorâmica... Não são procedimentos que possamos julgar de antemão como concluídos, pelo contrário, busca afastar ilusões oriundas de confusões que se dão na gramática profunda da linguagem e nas relações entre os jogos de linguagem.

A característica do procedimento metodológico de Wittgenstein consiste, nomeadamente, em descrições de jogos de linguagem, nas suas morfologias, e assim, a partir da descrição, Wittgenstein realiza analogias *entre jogos de linguagem*, bem como, analogias conceituais no uso de conceitos dentro *de um mesmo jogo de linguagem*. As analogias são um dos aspectos do procedimento que é possível a partir de uma descrição dos usos conceituais. As descrições distinguem jogos de linguagem, as analogias relacionam conceitos, ora *em* jogos de linguagem, ora *entre* os jogos de linguagem distintos. Do mesmo modo, as analogias podem servir-se de exemplificações, assim como as descrições podem servir-se de exemplificações como forma de descrição. De forma que, tanto as analogias quanto as descrições, permitem um mapeamento conceitual e uma visão panorâmica [*Übersichtliche Darstellung*] dos usos, e a partir destas,

as observações gramaticais cumprem um papel de análise a respeito dos próprios jogos de linguagem. Tais aspectos metodológicos formam parte de um procedimento de *elucidação* [*Erläuterungen*] dos jogos de linguagem e dos conceitos que operam *dentro* e *através* de jogos de linguagem. Aqui, fica claro que os jogos de linguagem mantêm entre si relações complexas, que se entrecruzam e se atravessam.

Dentre as considerações de Wittgenstein a respeito das observações gramaticais, a primeira delas remete à distinção entre uma gramática *superficial* e uma gramática *profunda* (IF, § 664). A distinção entre uma gramática superficial corresponde aos modos pelos quais as proposições são sintaticamente estruturadas, mas não corresponde aos modos pelos quais as proposições e conceitos são diferenciados no conhecimento.

Apenas a partir de uma compreensão da *gramática profunda* da linguagem é que se poderá incorrer em diferenciações e semelhanças entre expressões linguísticas. Em que os usos conceituais correspondem aos jogos determinados e às relações entre os jogos de linguagem (tais relações são verticais e horizontais²⁶). Tanto as proposições gramaticais quanto as proposições empíricas podem desempenhar papéis dentro de um mesmo jogo de linguagem ou através de jogos distintos, de acordo com uma história natural do jogo de linguagem, ou seja, no efetivo uso do jogo de linguagem e das relações que os jogos mantêm entre si. Sobre a gramática, assevera Wittgenstein:

Se uma proposição é concebida como uma imagem do estado de coisas que descreve e se diz que uma proposição demonstra exatamente como as coisas se encontram, se for verdadeira, e, assim, demonstrar a possibilidade do estado de coisas afirmado, ainda assim, o máximo que a proposição pode fazer é o que uma pintura ou relevo faz: e, portanto, pode, de qualquer maneira, proferir o que simplesmente não é o caso. Portanto, depende inteiramente de nossa gramática o que será chamado possível e o que não, isto é, o que a gramática permite (GF, § 82).

Em suma, descrever a gramática profunda da linguagem remete a uma

²⁶ Hark (1990, p. 34) elabora tal distinção das relações entre jogos de linguagem, importante para o presente estudo, uma vez que trata da conceituação sobre as dinâmicas dos jogos de linguagem.

exemplificação de vários casos, mas que não envolve encontrar um supraconceito gramatical do qual sejam deduzidas todas as confusões conceituais ou o fundamento atrás do nevoeiro. Backer (2004, p. 134) comenta que o procedimento se encontra relacionado aos modos de resolução de problemas filosóficos, como uma ferramenta a auxiliar o intelecto, como também na dissipação de ilusões.

A atividade filosófica de dissipar ilusões gramaticais é muito diferente daquela de elaborar e mapear a geografia lógica dos “conceitos psicológicos”. Consiste mais frequentemente em tomar nota de possibilidades para as quais se está cego do que em estabelecer fatos que se ignoram (BACKER, 2004, p.134, tradução nossa).

Wittgenstein não expõe explicitamente em que se constitui o seu procedimento metodológico, embora demonstre, com descrições, analogias, exemplificações e observações gramaticais sobre os casos que interessam. Estes são os aspectos metodológicos que possuem relações constantes, possuem o escopo de regularidades que emergem das práticas linguísticas e dos usos conceituais. E, embora uma definição precisa do procedimento não nos seja dada de antemão, podemos ressaltar, sem prejuízos, que se trata de um procedimento pelo qual o autor veio a dissipar²⁷ problemas filosóficos que não apenas inquietavam a filosofia do século XX, como também problemas de confusões científicas.

Deste modo, tanto as descrições, analogias, exemplificações e observações gramaticais formam parte do procedimento metodológico, que possui o foco de elucidação das relações entre os jogos de linguagem para uma visão panorâmica dos usos conceituais. Tais aspectos se encontram presentes, direta e indiretamente, nas elucidações dos jogos de linguagem realizadas por Wittgenstein, embora a presente delimitação não esgote a questão sobre o alcance e os aspectos do procedimento metodológico empregado por Wittgenstein, seja na filosofia da psicologia, seja na filosofia da linguagem.

Pode-se encontrar críticos a respeito das descrições elaboradas por Wittgenstein, principalmente em relação aos exemplos e à heurística no papel

²⁷ Não entraremos aqui na discussão se a *dissipação* de problemas é uma via de *solução* de problemas.

da exemplificação para se chegar a resoluções. Entre os críticos, podemos elencar Kripke (2006) nas indagações sobre os critérios para se seguir regras, uma vez que em um contexto de seguimento de regras não haveria critérios objetivos, ou fatos para aplicações futuras, resultando em um ceticismo sobre o significado. Mas também defensores em relação aos aspectos metodológicos, tanto em filosofia (HACKER, 1990; BACKER, 2004) quanto em psicologia (DAY, 1969; SULLIVAN, 2017).

Os aspectos metodológicos de Wittgenstein conduzem para a crítica de dois mitos comuns na filosofia da mente e na psicologia, a saber, o mito da subjetividade que conduz aos problemas das representações de imagens interiores (o mundo como o resultado das representações do sujeito hipostasiado em um conceito)²⁸ e o mito da objetividade que conduz para o cientificismo e eliminativismo.

O primeiro se encontra relacionado intimamente ao introspectivismo como critério apodítico obtido mediante a interiorização. Um exemplo deste último poderá ser a comparação segundo a metodologia *a priori* de Descartes²⁹ até a certeza do *cogito*. O segundo se caracteriza pelo behaviorismo (Watson) e o reducionismo que recai sobre a falácia da explicação em relação ao que acompanha fisiologicamente um fenômeno mental. Contudo, não apenas ambas as posições são criticadas por Wittgenstein, como também as bases em que se encontram assentadas. Desta maneira, o procedimento de Wittgenstein é menos endereçado às posições filosóficas ou psicológicas instituídas, mas sim, endereçado às bases em que tais posições assentam e às bases em que emergem.

Entre os objetivos do procedimento de Wittgenstein para a resolução de problemas filosóficos, um dos principais é o de se poder chegar a uma *visão panorâmica* sobre os usos dos conceitos (IF, § 122). Embora se trate de uma concepção que considera as descrições através de exemplificações, ou seja, os

²⁸ HEBECHE (2002) chama este primeiro aspecto de um “mundo da consciência” povoado por certas ilusões gramaticais (HEBECHE, Luiz. O Mundo da Consciência: Sobre a filosofia da psicologia de Ludwig Wittgenstein. *Revista Portuguesa de Filosofia*, T. 58, Fasc. 3, Ludwig Wittgenstein: Significados da Sua Obra, jul. - set., 2002, pp. 633-639).

²⁹ Para além do dualismo cartesiano, podemos também encontrar o mesmo vocabulário em posturas neodualistas do século XX. Cf. CHALMERS, David (org.). *Philosophy of Mind*. Oxford University Press, 2002.

aspectos metodológicos que se voltam para a análise de jogos de linguagem de maneira regional, e das relações mais gerais entre jogos de linguagem.

No período intermediário do pensamento de Wittgenstein, é asseverado em seus diários que:

[...] nada é mais importante do que tornar claro par nós mesmos quais fenômenos, quais casos simples, caseiros, são a imagem originária para essa ideia. Isso quer dizer: Quando você estiver tentado a fazer enunciados metafísicos gerais pergunte (sempre): em que casos estou realmente pensando aqui? (...) Algo em nós resiste a essa pergunta, pois parece que com isso ameaçamos o ideal: ao passo que só o que fazemos é colocá-lo no lugar em que ele pertence (WITTGENSTEIN, 2010, p. 115)

Contudo, Wittgenstein salienta que as confusões na linguagem se originam das generalizações da filosofia em pressupor alguns poucos terrenos e a partir deles elaborar teorias sobre a totalidade:

O mal originário da lógica russelliana, bem como da minha no *Tractatus*, é ilustrar o que é uma proposição usando como exemplos uns poucos lugares-comuns e depois pressupor que isso foi compreendido de maneira universal. (OBFP, § 38).

Estas duas passagens se complementam ao indicarem que é necessário endereçar o olhar para os casos menores, casos “caseiros”, mais regionais. A preocupação de Wittgenstein ao propor um procedimento metodológico que leve a uma visão panorâmica sobre os usos dos conceitos se constitui na exemplificação de vários casos por meio dos quais nos utilizamos da técnica da linguagem para elaborar proposições significativas. De modo que o significado de uma proposição não pode ser dado de maneira isolada ou fora do domínio em que se encontra. As descrições acompanham o procedimento, uma vez que as exemplificações elucidam as práticas e regularidades, e do mesmo modo, as analogias permitem a visualização das relações entre os jogos de linguagem e das relações conceituais no mesmo nível. Assim, os conceitos possuem *semelhanças de família* entre jogos de linguagem (IF, § 164), ou semelhanças sinônimas em um mesmo nível de aplicação. Os aspectos metodológicos se constituem em procedimentos que permitem *ver* relações nas próprias dinâmicas

dos jogos de linguagem e de seus entrelaçamentos.

As considerações da abordagem metodológica de Wittgenstein presentes em *Investigações Filosóficas* não se desvinculam de suas obras que versam sobre a filosofia da psicologia. Isso fica claro em *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*, embora as obras possuam conteúdos e problemáticas que diferem consideravelmente³⁰.

Contudo, o aspecto descritivo do procedimento metodológico que se caracteriza por exemplificações é contundente na incorporação de descrições para conceitos nos quais são empregados. Em que ocasiões se expressa algo com um determinado sentido é uma das perguntas prementes presentes nas obras de Wittgenstein que versam sobre a linguagem e conceitos psicológicos. Assim, tais componentes do procedimento metodológico de Wittgenstein devem conduzir, não para a resolução argumentativa, em geral, dos problemas filosóficos, mas para a procura de dissolvê-los, visto que as perguntas ou a maneira de dirigir a investigação se tornam confusas nas várias relações entre os jogos de linguagem. O objetivo do empreendimento e aplicação pode ser resumido em uma terapia *conceitual e gramatical*, tanto em relação ao procedimento, quanto na elaboração de questões de campos que interessam, isto é, de campos que mantêm relações entre jogos de linguagem.

A visão panorâmica se refere ao modo de se localizar em relação à gramática e ao modo de representar [*Darstellungsform*] as relações conceituais na linguagem. Como foi dito, os aspectos do procedimento metodológico não se destinam a testar hipóteses de maneira empírica, mas se caracterizam por possibilitar *ver* conexões na linguagem em vários campos distintos e dinâmicos. De forma que a demonstração do proceder perpassa os trabalhos de Wittgenstein na análise da linguagem, dos conceitos de cores, na filosofia da matemática e na filosofia da psicologia. Campos que se relacionam no procedimento e em jogos de linguagem, assim, a investigação segundo o

³⁰ Marques comenta explicitamente em *Vivência e Significado* sobre uma “investigação gramatical” (Marquês, 2014, p. 15), que também se encontra presente em *Investigações Filosóficas*. Marques (2014, p. 9) afirma que “as observações do último Wittgenstein sobre filosofia da psicologia representam realmente algo novo, uma reconfiguração de temas e conceitos, ainda que nunca se ponha em causa a total continuidade da metodologia e do estilo de pensamento”.

procedimento que possui aspectos de descrições, exemplificações, analogias e observações da gramática profunda, não caminha para a construção de teorias (IF, § 109).

Sobre as especificidades dos aspectos metodológicos, podemos destacar o papel que os componentes cumprem, sem esgotar as possibilidades no que diz respeito aos seus componentes. Visto que os aspectos metodológicos servem para analisar relações entre jogos de linguagem e o funcionamento da mesma, junto dos conceitos que interessam. Wittgenstein afirma que: “É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego” (IF, § 24). Tal asserção indica que os aspectos metodológicos não se constituem em *um* método unívoco, mas que cada aspecto, isoladamente, possui a função (metafórica) de ferramenta. Os aspectos metodológicos, presentes em *Investigações Filosóficas* (parte primeira e segunda), junto de *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, podem ser sintetizados do seguinte modo:

a) Analogias: Wittgenstein, em vários dos seus escritos, elabora relações de analogias conceituais entre jogos de linguagem, bem como sobre as relações entre conceitos que ocorrem em jogos de linguagem distintos. Tal é o caráter das relações entre o jogo de linguagem da primeira pessoa e a terceira pessoa, do jogo de linguagem do interior e exterior. “Direi que o aparato de nossa linguagem habitual, de nossa linguagem de palavras é sobretudo isto a que chamamos de ‘linguagem’; e a seguir outra coisa, segundo sua analogia ou comparabilidade com a linguagem” (IF, § 94). As analogias cumprem um papel de comparações, de ver relações, de conceber um conceito nos jogos de linguagem à luz de outros conceitos. As analogias permitem ver as *semelhanças de família* que ocorrem nas relações de conceitos, bem como nas relações dos jogos de linguagem. “Dessa forma, pode-se perguntar: Que tipo de conexões e analogias existem entre ver e ouvir?” (OBFP2, § 60; ZE, § 479).

b) Comparações: “Os jogos de linguagem figuram muito mais como *objetos de comparação*, que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre relações de nossa linguagem” (IF, § 130). As comparações fazem parte do escopo dos aspectos metodológicos, por permitir relacionar jogos de linguagem e conceitos, seja um jogo de linguagem imaginário ou concreto.

Os modos de uso conceituais e os modos de relações entre jogos de linguagem apenas podem ser aferidos através de comparações e descrições dos vários casos nos quais os conceitos e os próprios jogos de linguagem se relacionam. A respeito das comparações, Wittgenstein salienta: “Eu posso dizer ‘esta palavra é usada desta forma e de outras parecidas; aquela, desta e parecidas’” (OBFP2, §56).

c) Descrições: A elaboração de descrições de jogos de linguagem mais primitivos para jogos mais complexos é uma ferramenta presente em *Investigações Filosóficas*, consiste em descrever jogos de linguagem (IF, § 69) e de suas relações, mas a descrição dos jogos de linguagem envolve também a função dos conceitos no interior de tais jogos. Contudo, as descrições também possuem caráter imaginário, empírico e gramatical. As descrições podem possuir caráter ordinário ou filosófico, elas possuem a finalidade de se conceber uma visão panorâmica sobre as modalidades de se realizar lances na linguagem. Por exemplo, um lance na linguagem foi dado, (...) “alguém diz: ‘o homem tem esperança’. Como se teria de descrever esse fenômeno da história natural?” (OBFP2, § 14). ‘Esperança’ é um conceito que deve ser descrito considerando o contexto do jogo de linguagem: a linguagem do interior e suas relações. As descrições de jogos de linguagem permitem um mapeamento sobre os conceitos e do próprio jogo de linguagem. “O que chamamos de ‘descrições’ são instrumentos para empregos especiais” (IF, § 291). Há descrições ordinárias dos empregos de termos, bem como há descrições especiais sobre conceitos que entram em relações.

d) Exemplificações: Os exemplos que formam o escopo das descrições são mais do que a mera descrição dos jogos de linguagem, isto é, as exemplificações elucidam os conceitos e as relações entre os jogos de linguagem. Exemplificar um conceito, exemplificar um jogo, exemplificar formas de uso da linguagem, são vários os papéis que as exemplificações cumprem, uma vez que auxiliam na descrição e indicam que as relações entre conceitos e entre jogos de linguagem podem ser inteligíveis mesmo sem uma teoria explicativa. Wittgenstein comenta que: “os contextos nos quais uma frase tem lugar são mais bem representados num drama; por isso o melhor exemplo para uma frase com um determinado significado é uma citação de um drama (UEFP, § 38). As exemplificações buscam elucidar os arredores e os contextos nos quais

os conceitos se tornam significativos, assim como as relações que ocorrem entre jogos de linguagem e conceitos.

e) Observações da gramática profunda: Wittgenstein comenta em *Investigações Filosóficas* que:

Nossa consideração é, por isso, gramatical. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando os mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras; provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes domínios da nossa linguagem. Muitos deles são afastados ao se substituir uma forma de expressão por outra; isto pode chamar de “análise” de nossas formas de expressão, pois esse processo assemelha-se muitas vezes a uma decomposição. (IF, § 90).

As observações da gramática aparecem de maneiras bastante delimitadas, configuram análises dos conceitos e descrições dos mesmos. Do mesmo modo, as observações da gramática dos jogos de linguagem elucidam os limites de uso conceituais e as relações que possibilitam a variação entre conceitos comparativamente. As observações da gramática dizem respeito às regularidades e ao que há de característico nas distinções entre conceitos. Exemplos sobre o termo saber em uma sentença: “‘Não podemos saber o que o futuro nos reserva’ é uma observação gramatical sobre o conceito de ‘saber’” (UEFP, § 188). Exemplo de contradições: “observação sobre a negação de uma frase *a priori*” (IF, § 251). Exemplo de diferenciações entre emoções e sensações: “o conteúdo de uma emoção (...) para distingui-las das sensações: elas não nos informam sobre o mundo exterior (observação gramatical)” (OBFP2, § 148). São vários os momentos em que Wittgenstein elabora observações a respeito da gramática profunda da linguagem, tais observações indicam os limites, as aplicações, o uso e as funções dos conceitos em suas comparações, analogias e diferenciações nas relações entre os jogos de linguagem.

Em resumo, não estamos atribuindo a Wittgenstein um método exclusivamente *descritivo* ou *gramatical*, embora estes últimos sejam um dos aspectos que salientamos compor o procedimento metodológico. Sobretudo, destrancamos os aspectos (gramática profunda, descrição, comparações de jogos de linguagem, analogias *entre* e *através* de jogos, exemplificações, utilização de *imagens*, semelhanças e diferenças de uso conceitual e morfologia)

de um procedimento metodológico que se complementa (em seus aspectos) enquanto uma atividade de dissipação de confusões conceituais, de elucidação e visão panorâmica. A presente síntese não pretende ser um esquema completo do “método” de Wittgenstein, uma vez que defendemos a não univocidade metodológica em detrimento dos aspectos metodológicos como ferramentas conceituais para as análises dos jogos de linguagem.

A seguir, abordaremos as relações do procedimento com os aspectos metodológicos apresentados, em dois casos gerais que possibilitarão a ligação entre linguagem, significado e conceitos psicológicos apresentados por Wittgenstein. A saber: (a) expressões psicológicas e (b) casos nos quais as expressões se diferenciam em conteúdos (crenças, emoções, sensações). Assim como nas considerações a respeito do procedimento metodológico de Wittgenstein (plano de tratamento) para os conceitos psicológicos (1.1), na gramática dos usos dos conceitos (1.2) e dos critérios de evidência (1.3).

1.1 Gramática de uso

O procedimento metodológico de Wittgenstein possui fortes ligações, como vimos, com as noções de *gramática*, *descrições*, *exemplificações* e *analogias*, como procedimento conceitual. Assim, entende-se que não se trata de *um* método unívoco, mas um procedimento aplicado aos problemas relativos à filosofia da psicologia, que deve se debruçar, conceitualmente, sobre o exame superficial e profundo do sentido de sentenças e do mapeamento (tanto as que indicam imagens, quanto as que dizem respeito às confusões conceituais ou ilusões gramaticais). O problema consiste, portanto, na aplicação dos recursos (ferramentas) metodológicos às ilusões gramaticais para ver relações e as suas respectivas formações; justifica-se, por conseguinte, o recurso às exemplificações, descrições e analogias.

A obra *Observações Filosóficas* de Wittgenstein, escrita em um momento de transição entre o *Tractatus Logico-Philosophicus* e *Investigações Filosóficas*, já indica o caminho e uma preocupação com os conceitos relativos ao conhecimento, conceitos psicológicos, e o significado em proposições. Os conceitos elaborados por Wittgenstein de *visão panorâmica* e *gramática*

aparecem em *Observações Filosóficas* e continuam em obras posteriores³¹. Contudo, tanto em *Observações Filosóficas* quanto em *Notes for Lectures on "Private Experience" and "Sense Data"*, assim como em *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein destaca a preocupação em torno do motivo pelo qual a teoria do significado psicológico se torna um *problema filosófico*, de modo que Wittgenstein trata de rejeitá-la.

A forma pela qual Wittgenstein rejeita a teoria do significado psicológico é de fundamental importância para os estudos a respeito do desenvolvimento³² do seu trabalho posterior, assim como para a compreensão de sua filosofia da psicologia e o modo de aplicação dos recursos metodológicos³³.

As noções sobre os *jogos de linguagem* possuem as suas implicações peculiares a respeito do que Wittgenstein denomina 'cálculo' no *Tractatus*, e que passam a desempenhar um papel diferente, mas igualmente fundamental, em obras posteriores.

Segundo Mauro L. Engelmann, há de se ter em vista uma linguagem de regularidades sem incorrer na visão do *Tractatus*. De acordo com Engelmann:

A concepção de linguagem baseada no cálculo pode explicar como a especificidade de cada frase funciona e como evitar a introdução de mecanismos psicológicos sem assumir a ideia de análise do *Tractatus*. (Engelmann, 2013, p. 99, tradução nossa)

Essa mudança também é enfatizada por Hilmy (1987, p. 105), e aparecem significativos modos pelos quais a noção de cálculo é ampliada e intercambiada por 'jogos de linguagem' em um sistema³⁴.

Assim, a noção de jogos de linguagem envolve não apenas uma noção de regularidade pautada em regras (proposicionais ou inferências dedutivas em silogismos), como também envolve um sistema pelo qual o significado de cada

³¹ A obra *Observações Filosóficas* é concernente ao retorno de Wittgenstein a Cambridge em 1929, conforme comenta R. Rhees (1997, p. xi), a obra corresponde aos anos de 1929–1930.

³² Mauro L. Engelmann, em sua obra *Wittgenstein's Philosophical Development: Phenomenology, Grammar, Method, and the Anthropological View*, destaca um estudo pormenorizado a respeito do período intermediário de Wittgenstein.

³³ Cabe destacar que os aspectos metodológicos de Wittgenstein não apenas se encontram debruçados sobre os problemas filosóficos, como também se debruçam sobre teses que adquirem um caráter de teoria explicativa.

³⁴ "A pergunta 'o que é uma palavra' é completamente análoga à pergunta 'o que é uma peça de xadrez'" (OB, § 16, tradução nossa).

termo aparece em conexão semântica no interior de um jogo de linguagem, e entre jogos de linguagem distintos³⁵. Destacamos que a noção de uma *linguagem baseada em cálculo* deve evitar as noções do *Tractatus*, justamente como Wittgenstein o fez em *Investigações Filosóficas*, uma vez que a normatividade é característica de regras na linguagem. Embora o modo de aquisição linguística não dependa exclusivamente de regras, mas se caracterize por ser proveniente da própria prática.

Deste modo, os conceitos psicológicos possuem o seu significado em um jogo de linguagem, e a rejeição de Wittgenstein da teoria causal do significado psicológico se caracteriza pela pressuposição da última de que a causa do significado reside nos estímulos sensoriais pelos quais a expressão característica denotaria o seu significado.

Conforme salientam Hark (1990, p. 27) e Hilmy (1987, p. 110) em suas ponderações a respeito da origem da filosofia de Wittgenstein, a teoria causal do significado psicológico envolve o trabalho de Russell, compartilhada por Watson, Ogden e Richard. O cerne da teoria consiste em que o significado adquire uma causa externa ao sujeito, mas mantém com ele relações representacionais e pode, a partir desta, elaborar observações causais. Em *The Analysis of Mind* (1921), de Russell, é exposto que o significado de uma proposição é o efeito causal em um indivíduo. A natureza causal do significado, conforme as asserções de Russell, se baseia nas impressões mentais como efeitos causais das expressões. Backer (2004, p. 117) afirma que a posição de Russell representa exatamente a postura presente nos parágrafos³⁶ concernentes aos argumentos da linguagem privada em *Investigações Filosóficas*.

Assim, a posição de Russell se baseia na posição de que os estados mentais são funções do organismo e o significado em proposições é referência aos estados mentais do organismo. Posição que implica na asserção de que, para um organismo (sujeito), o significado de um termo em uma proposição será, não apenas o objeto representado ostensivamente, como também a

³⁵ Hilmy (1987, p. 113) esclarece que a noção de uma teoria causal do significado de Russell em *The Analysis of Mind* (1921) e em *Meaning of Meaning* (1923) de Ogden e I. A. Richards possui implicações em uma interpretação da teoria da figuração do *Tractatus*.

³⁶ (IF, § 256; § 258).

correspondência à sensação provocada no organismo. Wittgenstein indica diretamente em *Observações Filosóficas* (§ 21–23) as diferenças entre a concepção do *Tractatus* e as concepções de Russell, Ogden e Richards:

Pode parecer como se, ao introduzir a intenção, um elemento incorroborável, por assim dizer, metafísico, foi introduzido na nossa discussão. A diferença essencial entre a concepção pictórica e a concepção de Russell, Ogden e Richards é, porém, que a primeira considera o reconhecimento como a percepção de uma relação interna, enquanto na outra esta é uma relação externa (OB, § 21, tradução nossa).

Segundo Wittgenstein, esta concepção é um ponto de vista mágico que induz a conceber o significado como pautado não entre proposições, mas em um componente extralinguístico e nas associações representacionais (processos mentais de associação). Além disso, induz à nomeação de objetos privados.

A crítica de Wittgenstein à noção do significado mental em Russell engloba a noção de proposição com os termos que indicam os seus referentes concretos. De modo que os referentes causam ao organismo certas sensações que indicam o significado do termo na linguagem, de forma que o sujeito possua uma representação mnemônica do significado, causada pela associação. A respeito desta posição, podemos destacar a consideração crítica de Wittgenstein:

Mas como é dar um nome para uma sensação? Digamos que esteja pronunciando o nome enquanto se tem a sensação e possivelmente se concentrando na sensação - mas e então? Esse nome adquire poderes mágicos? E por que é que fazem com que eu chame esses sons de “nome” da sensação? (WITTGENSTEIN, 1968, p. 290, tradução nossa).

A concepção de Russell a respeito dos termos psicológicos em proposições leva à asserção de que a sensação, ou seja, o estímulo representacional empiricamente dado, constitui o significado do termo de modo ostensivo, como também o processo mental mnemônico associativo envolve a intenção do organismo em atribuir um determinado significado à qualidade de sua experiência.

O ponto crucial a respeito do caminho metodológico de Wittgenstein e da rejeição da teoria do significado psicológico se encontra no *TS 213* (*The Big*

Typescript), que antecede³⁷ a obra *Investigações Filosóficas*. A noção de que o significado de um termo em uma proposição desempenha um papel de causalidade mental em relação a um sujeito reside no equívoco de se considerar uma instanciamento mental desempenhada pelo sujeito entre os termos das proposições. De modo que o significado de um termo não deve ser investigado através da causação mental no sentido fisiológico, mas na lógica da linguagem, e especificamente, no papel desempenhado pelo termo na gramática profunda da linguagem.

O papel que o significado desempenha no mental ou nas atitudes proposicionais em relação às crenças do sujeito para com seus estados mnemônicos não é uma investigação do significado, mas do efeito, conforme salienta Wittgenstein nas seguintes passagens:

A investigação sobre se o significado de um signo é o seu efeito é uma investigação gramatical.

Penso que a teoria causal do significado pode ser facilmente respondida dizendo que se você empurra alguém e ele cai, não *chamamos* a queda de significado do empurrão (TY, § 40-41).

A analogia de Wittgenstein remete a uma consideração de que, se elaboramos uma proposição e uma pessoa que ouve compreende os seus termos, não chamamos o *compreender* de significado da proposição, pois a compreensão aqui é parte de uma prática. As passagens de Wittgenstein que remetem aos problemas da teoria do significado psicológico possuem alusões, seja direta, seja indiretamente, nos seus escritos da década de 1930 em diante³⁸. E a rejeição da teoria do significado psicológico desempenha um papel crucial para o caminho metodológico traçado em *Investigações Filosóficas* até o plano de tratamento dos conceitos psicológicos presente em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*.

Em TS 213, Wittgenstein comenta que o significado desempenha um

³⁷ A segunda parte de *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia* é igualmente relevante, pois na obra reaparecem várias passagens de *Investigações Filosóficas*, como retalhos titulares das ponderações a respeito da gramática e dos conceitos psicológicos.

³⁸ Como demonstrado por Hilmy (1987), Hark (1990) e Backer (2004), as considerações de Wittgenstein nos parágrafos que remetem ao argumento da linguagem privada presentes em *Investigações Filosóficas* também são uma reação ao problema da teoria do significado psicológico.

papel no espaço gramatical (TY, § 30). Com tais considerações, podemos demarcar o caminho metodológico de Wittgenstein como uma investigação sobre a localização gramatical dos conceitos filosóficos. Contudo, iremos ressaltar a ênfase nos conceitos psicológicos.

Os jogos de linguagem possuem uma lógica³⁹ que lhes é própria, de modo que uma visão panorâmica sobre um jogo de linguagem também deve fornecer o significado dos conceitos no interior da linguagem. Contudo, o problema reside no fato de que há mais de um jogo de linguagem. Como salienta Hark (1990, p. 34, tradução nossa): “nem todos os jogos de linguagem funcionam no mesmo nível lógico”, as confusões residem em uma má compreensão da geografia dos conceitos, de modo que as considerações gramaticais não dizem respeito às descobertas empíricas, mas tratam do espaço gramatical pelo qual os conceitos e as proposições empíricas operam.

Wittgenstein delinea um plano para o tratamento dos conceitos psicológicos em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. O plano inicial se constitui de um tratamento de conceitos psicológicos pautados em descrições gramaticais dos conceitos que remetem à expressão, indicando a localização lógica dos conceitos. O aspecto descritivo, em oposição ao explicativo, no percurso metodológico de Wittgenstein, é útil para a psicologia empírica. Uma vez que o comportamento, entendido como núcleo empírico, e os métodos quantitativos, embora possam fornecer resultados práticos e desenvolvimentos pautados na observação, também devem se ater ao rigor conceitual que origina teorias explicativas.

O procedimento de Wittgenstein procura a descrição dos conceitos psicológicos e de suas respectivas classificações, de modo a resolver confusões conceituais, além de demonstrar que os conceitos psicológicos e suas confusões surgem nas práticas linguísticas, seja na filosofia, seja nas ciências com metodologias empíricas.

O primeiro plano compreende o parágrafo § 836 da primeira parte de

³⁹ Hilmy (1987) pondera que as obras escritas por volta da década de 1930 por Wittgenstein não possuem diferenças entre jogos de linguagem, cálculos, gramática em um sistema. Contudo, iremos tratar do termo ‘gramática’ ou lógica da linguagem, de modo a distinguir as ponderações de Wittgenstein das posições do empirismo lógico e do *Tractatus*.

Observações sobre a Filosofia da Psicologia:

Devo chamar todo o domínio do psicológico de domínio das “vivências”? Ou seja, talvez chamar todos os verbos psicológicos de verbos “vivenciais” (“conceitos vivenciais”). Sua característica é que sua terceira pessoa é proferida com base em observação, mas não a primeira. Aquela observação é observação do comportamento. Uma subclasse de conceitos vivenciais são os conceitos “experenciais”. “Experiências” tem duração, um curso; Elas podem transcorrer de maneira uniforme ou não-uniforme. Elas têm intensidade. Elas não são caracteres de pensamentos. Uma representação é uma experiência. Uma subclasse de experiências são as “impressões”. Impressões têm relações espaciais e temporais umas com as outras. Há impressões mistas. Há, por exemplo, mistos de odores, cores, sons. “Emoções” são “vivenciais”, não são “experiências”. (Exemplo: tristeza, alegria, pesar, deleite.) E poderíamos distinguir entre emoções “direcionadas” e “emoções não direcionadas”. A emoção tem duração; ela não tem um lugar; ela tem experiências e pensamentos característicos; ela tem uma expressão *mímica* característica. Pensar é falar em determinadas circunstâncias e o que mais corresponde a esse falar. Emoções colore os pensamentos. Uma subclasse de “vivências” com as formas de “convicção”. (Crença, certeza, dúvida, etc.) Sua expressão é uma expressão de pensamentos. Elas não são “colorações” de pensamentos. Também poderíamos chamar as emoções direcionadas de “tomadas de posição”. Também a surpresa e o pavor são tomadas de posição e, além disso, a admiração e a fruição (OBFP, § 836).⁴⁰

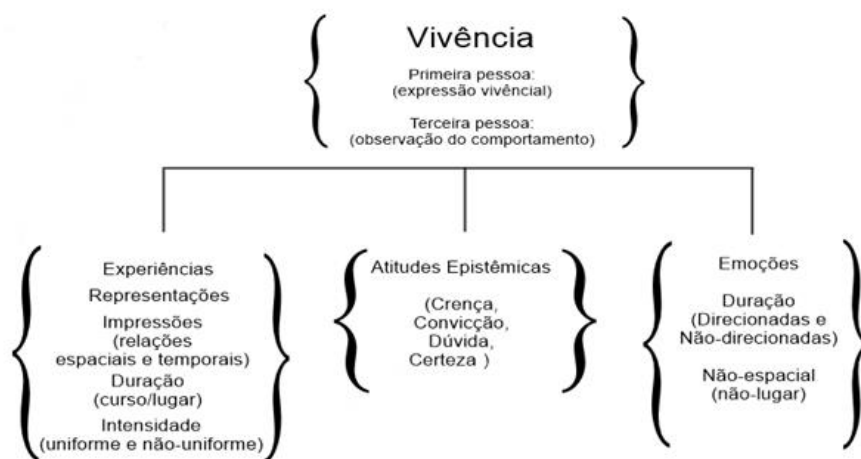
O primeiro plano traçado por Wittgenstein corresponde ao tratamento gramatical no aspecto de localização dos conceitos psicológicos. Trata-se de um plano de tratamento genealógico, no sentido de que os conceitos psicológicos são expressos na linguagem e ocupam um lugar determinante semanticamente, de modo que os usos conceituais adquirem a sua significação em função do espaço que ocupam na *gramática profunda* da linguagem.

Contudo, vale ressaltar que os conceitos psicológicos em suas divisões, traçados por Wittgenstein, no primeiro plano, contrariam as bases do empirismo clássico, a exemplo de Hume e Locke. Uma vez que os conceitos de experimentação, representações e atitudes epistêmicas, conceitos relativos às emoções, são reduzidos nos modelos empiristas a um único conceito: o de

⁴⁰ Para nossas considerações, a interpretação do TS-245 do trecho no qual “*Erlebens*” é tido como uma vivência de experiências subjetivas e recebem suas expressões em primeira pessoa [*Erlebnisverben*], ao cabo que possui uma distinção de “*Erfahrung*” que é tido como experiências. Sobre o emprego de Wittgenstein na distinção entre vivências (*Erlebnisse*) e experiências (*Erfahrungen*) se encontra no *Nachlass* em TS 245 (§ 1504).

experiências. Do mesmo modo, contraria as imputações de estados mentais através das analogias que partem do sujeito (Descartes), ou seja, o critério de imputação de estados mentais a outras pessoas apenas pode ser realizado a partir da introspecção do *próprio caso*⁴¹.

Vemos que Wittgenstein, em seu primeiro plano, distingue três classes de conceitos psicológicos subsumidos em vivências⁴², com as suas respectivas subclasses, a saber: experiências; atitudes epistêmicas; e emoções.



O plano de tratamento de Wittgenstein, que se caracteriza pela divisão de conceitos, como foi dito, contraria as categorias tradicionais de imputação de estados mentais tanto do empirismo quanto do racionalismo (em especial, de Descartes). De modo que o plano abrange considerações sobre os fundamentos da psicologia e dos conceitos psicológicos expressos em primeira pessoa (vivências), como também indica um tratamento linguístico sobre conceitos com caráter epistêmico. A demarcação entre experiências e demais componentes do léxico gramatical em um jogo de linguagem, ou seja, as descrições da ordem dos conceitos psicológicos, possibilita uma separação conceitual.

O segundo plano traçado por Wittgenstein corresponde a um plano de tratamento que não pretende a exatidão como ambição, mas um caminho pelo qual se poderá chegar à compreensão dos usos na linguagem. Tal plano de

⁴¹ VALLE (2009, p. 390) caracteriza estas noções como uma negação da “primazia do próprio caso”.

⁴² Schulte (2003, p. 29) subsume todos os componentes à *experiência* em seu diagrama, e nós nos utilizamos aqui de um esquematismo similar.

tratamento compreende uma classificação dos conceitos psicológicos. Este se encontra na segunda parte, no parágrafo § 63 e continua em § 148 de OBFP2⁴³. Não obstante, o plano não se destina a ser uma doutrina (dogmática) pela qual todos os mecanismos psicológicos nomeados pela linguagem possam ser localizados e mapeados⁴⁴. O plano consiste em diferenciá-los, relacioná-los, para se chegar, enfim, à compreensão (visão panorâmica) de suas funções na linguagem e, mais especificamente, no papel que os conceitos desempenham e o lugar que ocupam na gramática da linguagem.

No primeiro plano, o conceito de *vivência* corresponde ao conjunto de experiências acumuladas e experiências relativas aos contextos, como também experiências qualitativas em relação à apreensão de objetos na representação [*Vorstellung*].

O segundo plano consiste em uma exposição e indica uma classificação, conforme expresso por Wittgenstein:

Plano para o tratamento dos conceitos psicológicos.
Os verbos psicológicos se caracterizam pelo fato de que a terceira pessoa do presente é identificável pela observação, e a primeira pessoa não.
Sentença na terceira pessoa do presente: informação. Na primeira pessoa do presente: manifestação. (Não é bem assim.)
Sensações: suas conexões internas e analogias.
Todas têm duração genuína. Possibilidades de especificação do início e do término. Possibilidade de simultaneidade, de ocorrência simultânea.
Todas têm graus e misturas qualitativas. Grau: mal se nota - não se conserva.
Nesse sentido, não há sensação de posição nem de movimento.
Lugar da sensação no corpo: distingue visão e audição das sensações de pressão, temperatura, sabor e dor.
(Se as sensações caracterizam a posição dos membros e os movimentos, o lugar delas, de qualquer modo, não é a junta.)
Sabe-se a posição dos membros e seus movimentos. Podemos por exemplo citá-los caso nos seja perguntado. Tal como também se sabe o lugar de uma sensação (uma dor) no corpo.
A reação de tocar o lugar dolorido.
Não há, na sensação, um lugar característico referente ao seu local.
Tal como não há um que diga respeito ao tempo na imagem da

⁴³ Também em Zettel § 462; § 472; § 483; § 621.

⁴⁴ Wittgenstein fala de modo a utilizar-se de metáforas a respeito do procedimento, como por exemplo: "As classificações feitas por filósofos e psicólogos são como aquelas que seriam dadas por alguém que tentasse classificar as nuvens pelas suas formas" (OB, § 154). A metáfora a respeito das descrições de nuvens também se encontra *ipso facto* em Zettel § 462:

lembrança. (Sinais característicos temporais na fotografia.)
 A dor se distingue das outras sensações pela expressão característica.
 Por isso ela tem afinidade com a alegria (que não é uma sensação [*Sinnesempfindung*]).
 “A sensações nos dão a conhecer o mundo exterior.”
 Imaginação:
 Representações auditivas, representações visuais - como elas se distinguem das sensações? Não é pela “vivacidade”.
 As representações não nos instruem sobre o mundo exterior nem correta nem incorretamente. (Representações não são alucinações, tampouco fantasias.)
 Não posso imaginar um objeto enquanto o estou vendo.
 A diferença entre os jogos de linguagem: “Olhe para a figura!” e “Imagine a figura!”.
 A imaginação está sujeita à vontade.
 Representações não são imagens. Eu não me infiro qual objeto estou imaginando com base na semelhança entre ele e a imagem mental.
 Pode-se responder à pergunta “O que você está imaginando?” com uma figura. [Z 472, 483, 621.] (OBFP2, § 63).

Intérpretes como Schulte (2003, p. 28) e Hark (1990, p. 194) consideram o primeiro plano de Wittgenstein mais esquemático, ao passo que consideram que o segundo possui uma característica mais desenvolvida, embora mais limitada⁴⁵. Contudo, diferentemente das descrições de comportamentos e das classificações de manuais que prescrevem a fidedignidade das descrições nas observações comportamentais da psicologia como ciência⁴⁶, Wittgenstein trata da descrição, isto é, de modo a descrever a gramática dos conceitos psicológicos.

Ainda, Wittgenstein trata de um mapeamento, ou classificação, dos conceitos psicológicos:

Continuação da classificação dos conceitos psicológicos.
 Emoções. Elas têm em comum a duração genuína, um curso. (A raiva se inflama, acalma, desaparece; igualmente a alegria, a depressão, o medo.)
 Diferença com relação às sensações: elas não são localizadas (tão pouco são difusas!).
 Comum a elas: elas têm um comportamento expressivo

⁴⁵ Schulte (2003, p. 31) faz uma análise detalhada do segundo plano em sentido biográfico, assim como elabora um gráfico esquemático de ambos os planos, mas não fornece tantas referências ao primeiro no desenvolvimento de sua análise, por considerá-lo menos desenvolvido. Contudo, o segundo plano possui maiores ênfases nas expressões de sensações, embora não trate de atitudes epistêmicas.

⁴⁶ Os manuais de psicologia científica utilizam-se de métodos quantitativos em relação às observações e suas descrições (uma técnica de observação e descrição). Cf. DANNA, M. F.; MATTOS, M. A. *Aprendendo a observar*. 2. Ed. São Paulo: Edicon, 2011.

característico. (Expressão facial.) E disto já se segue que elas também têm sensações características. Dessa forma, a tristeza é frequentemente acompanhada pelo choro e por sensações características que vem com ele. (A voz chorosa.) Mas as sensações não são as emoções. (No mesmo sentido em que o numeral 2 não é o número 2.)

Entre as emoções, poderíamos distinguir as dirigidas e as não-dirigidas. Medo *de* algo, Alegria *por* algo.

Este é o objeto, não a causa da emoção.

O jogo de linguagem “Estou com medo” Já contém o objeto.

Poderíamos chamar angústia de medo não direcionado na medida em que as suas manifestações têm **afinidade** com as do medo.

O *conteúdo* de uma emoção - sob essa designação, imagina-se algo como uma *imagem* ou algo de que pode ser feita uma imagem. (A escuridão da depressão que desce sobre uma pessoa, as chamas da raiva.)

Também poderíamos chamar o rosto humano de tal imagem e apresentar, por meio de suas alterações, o *curso* de uma paixão. Para distingui-las das sensações: elas não nos informam sobre o mundo exterior. (Observação gramatical.)

Poderíamos chamar o amor e o ódio de disposições de espírito, e também o medo, num determinado sentido.

Uma coisa é sentir um medo agudo, uma outra é ter um medo “crônico” de alguém. Mas o medo não é uma sensação.

“Medo terrível”: são as *sensações* que são terríveis assim?

De um lado, causas típicas de dor, do outro, de depressão, tristeza, alegria. A causa destas é ao mesmo tempo seu objeto.

O comportamento de dor e o comportamento de tristeza. - Só se pode descrevê-los em conjunto com suas **ocasiões** exteriores.

(Se a mãe deixa o filho sozinho, pode ser que ele chore de tristeza; se ele cai, de dor.) Comportamento e tipo de ocasião estão ligados. (OBFP2, § 148).

Uma vez que todas as nossas formas linguísticas são extraídas de nossa linguagem ordinária, também fazemos distinções entre conceitos que possuem finalidades de uso conforme uma cultura, e, portanto, com uma gramática que se caracteriza pela normatividade. Tanto no primeiro plano quanto no segundo, Wittgenstein diferencia a primeira e a terceira pessoa: à primeira corresponde a expressão, enquanto à terceira corresponde a informação. Tal distinção é de fundamental importância, por dividir as formas proposicionais em tipos: a) expressões em primeira pessoa com seus conteúdos de expressão (manifestação); b) informações sobre o comportamento correspondente à observação na terceira pessoa.

Do mesmo modo, a partir da divisão de Wittgenstein, é possível tratarmos de outra distinção, a saber, a de processos mentais e estados mentais para os

conceitos psicológicos na primeira pessoa (como conhecimento, crença, disposições), bem como a distinção entre as proposições gramaticais e as proposições empíricas (ver 1.2; 2.3), de modo que as descrições sobre os conceitos possam ser realizadas para a compreensão dos seus locais na gramática.

O primeiro plano, que trata de atitudes epistêmicas, difere significativamente do segundo, uma vez que o segundo plano distingue as *imagens* e imaginação como componentes com afinidades com as representações (mas separados das sensações), e diferentes das emoções. As emoções podem assumir características diretas ou indiretas, assim como podem consistir em disposições. O plano de tratamento auxilia nas classificações e nas demarcações entre tipos de conteúdo nas expressões em primeira pessoa, como também na observação por parte da terceira (a esta última, correspondendo a uma descrição por parte da terceira na sua observação).

Cabe ressaltar que a observação seguida de uma descrição na psicologia científica deve localizar a descrição segundo critérios de objetividade, isto é, a linguagem científica. A descrição de um comportamento em terceira pessoa compreende a observação, e os detalhes da descrição devem ser esquematizados.

Contudo, a limitação da descrição na linguagem científica é justamente a observação, ou seja, descrever um comportamento objetivamente é como fazer um *retrato* de um acontecimento⁴⁷, mas o retrato se limita aos conceitos característicos dos comportamentos e possui a objetividade como critério no comportamento observado. Assim, a descrição de Wittgenstein se diferencia da linguagem científica da psicologia (que consiste nas descrições de comportamentos), justamente por se tratar de uma descrição gramatical dos conceitos psicológicos.

Hacker (2004, p. 199), seguindo as considerações de Wittgenstein, ressalta que para expressar qual emoção alguém se encontra sentindo, não é

⁴⁷ Ver, por exemplo, o manual de observação psicológica de DANNA, M. F.; MATTOS, M. A. (2011) *Aprendendo a observar*, que caracteriza a observação psicológica juntamente com a objetividade das descrições de observações comportamentais segundo a linguagem científica (e suas limitações). Vemos que a filosofia da psicologia de Wittgenstein difere bastante da metodologia das descrições comportamentais.

necessário que se saiba de suas causas, mas basta o seu objeto, de modo que Wittgenstein, em seu plano de tratamento (OBFP2, § 148), antecipa que as emoções não são formas de percepções. Segundo Hacker (2004, p. 199–200), para a percepção basta o exercício da “faculdade cognitiva”. A distinção entre as representações, sensações e emoções é elucidativa para o exercício das descrições gramaticais, como também para a correta descrição com conteúdo de proposições empíricas, o que implica que os conceitos dirigem os modos de “articulação da experiência e de seus objetos” (HACKER, 2004, p. 199).

Embora se possa expressar (elaborar uma proposição com um conteúdo de sensação qualitativo) um conceito com conteúdo psicológico, como uma emoção ou sensação, sem apontar para a sua causa, mas indicando o objeto pelo qual a qualidade é concomitante. Ainda assim, o conceito psicológico não é ontologicamente o objeto, de modo que uma descrição dos conceitos e a classificação podem auxiliar nas confusões conceituais presentes nos conceitos psicológicos (IFII, § XIV).

1.2 Descrições gramaticais na linguagem

Na presente seção, uma vez apresentado o plano de tratamento dos conceitos psicológicos, tendo em vista que a filosofia da linguagem de Wittgenstein possui a descrição como um dos aspectos metodológicos, como apontado anteriormente (1; 1.1), a descrição procura destacar as ficções oriundas da linguagem, e para tanto, juntamente com o recurso das analogias, exemplificações de jogos de linguagem, observações da gramática profunda, é que os aspectos metodológicos possuem traços frutíferos para a análise de problemas na filosofia da psicologia. Assim, visamos destacar a utilização da metodologia em situações problemáticas apontadas por Wittgenstein na filosofia da psicologia, bem como a maneira de se proceder em virtude das posições filosóficas e das ficções gramaticais que orientam a concepção de tais problemáticas.

Entre as ficções *problemáticas*, encontram-se os argumentos dualistas ao pressuporem um mundo da consciência interior independente (p), cuja negação ($\sim p$) incorre no materialismo ou no reducionismo. Estes, por sua vez, apontam para um naturalismo cientificista a respeito da mente como uma manifestação

no corolário material. Somos tentados a uma disjunção exclusiva ao negarmos o cenário interior: ao fazê-lo, podemos passar a pressupor posições que não ultrapassam o antagonismo. A respeito dessa disjunção, Wittgenstein reitera:

Como se chega ao problema filosófico dos processos e estados anímicos e do behaviorismo? — O primeiro passo é inteiramente imperceptível, falamos de processos e estados e deixamos indecisa sua natureza! Talvez venhamos a saber mais sobre ela — achamos. Mas, exatamente por isto, nos fixamos num determinado modo de ver. Pois temos um determinado conceito do que significa: aprender a conhecer um processo mais de perto. (O passo decisivo no espetáculo de prestidigitação foi dado, e justamente ele nos parecia inocente.) — E assim se desfaz a comparação que nossos pensamentos nos deveriam tornar compreensível. Precisamos, pois, negar o processo ainda não compreendido em um meio ainda não pesquisado. E assim parecemos, pois, ter negado os processos espirituais. E naturalmente não queremos negá-los! (IF, § 308).

Afastar as confusões em torno dos usos dos conceitos não significa negar o cenário interior e, com isso, incorrer em teorias a respeito do mental. Chegamos ao dualismo pelo fato de nossa gramática nos conduzir, na aplicação dos nossos conceitos psicológicos, a um cenário enganador: falamos de objetos da experiência de maneira ostensiva, nos levando a postular objetos internos devido a uma semelhança entre os usos de conceitos.

Contudo, nem todas as semelhanças possuem uma regularidade fixa. Os jogos de linguagem podem possuir regras especiais para conceitos que cumprem funções específicas, e entender as diferenças e as semelhanças auxilia o discernimento. O cenário enganador na linguagem consiste na confusão conceitual entre aprender o uso de uma palavra ostensivamente, como o procedimento da taxonomia, e pressupor que os conceitos psicológicos também seriam indicativos de objetos (os interiores). Assim, o cenário enganador conduz a uma falsa evidência de substâncias internas (objetos internos) como o mental, assim como conduz à falsa noção de que negar o mental implica em assumir a posição materialista.

A ostensão utilizada para a utilização de palavras na linguagem em relação com a referência dos objetos possui paralelos enganadores, pois se pode incorrer na despreziosa teorização sobre os conceitos psicológicos de maneira análoga às referências aos objetos. De modo que a analogia da

linguagem ostensiva com conceitos psicológicos pode induzir ao equívoco. Dito de outro modo, se utilizar palavras que remetem aos objetos, de um lado, e se utilizar palavras que remetem aos conceitos psicológicos, por outro lado, pode levar a uma substantivação de conceitos (os mentais) de forma generalizada.

A atenção para os usos dos conceitos psicológicos, tais como os expressos privadamente, forma uma analogia gramatical equivocada. Tratamos de palavras que possuem suas funções na linguagem. Contudo, se as palavras possuem uma referência a um objeto determinado e possível de experiência, trata-se de uma classe de palavras com referentes.

Mas a linguagem não possui apenas conceitos que possuam referentes objetivos dados pela experiência (como conceitos físicos, de formato, etc.), mas também conceitos que não podem ser verificados pela observação, por serem conceitos gramaticais (como conjuntos, classes, componentes, etc.). Assim, a analogia entre uma proposição empírica (que se refere a objetos) e uma proposição gramatical (que versa sobre o local dos conceitos), embora possam possuir uma familiaridade no modo em que são expressos, corresponde a funções diferentes para os usos na linguagem.

Tanto as proposições empíricas quanto as proposições gramaticais possuem funções distintas e se referem a domínios distintos da análise dos jogos de linguagem, servindo para separar formas de proposições e os domínios dessas formas, ainda que possam operar em *um* mesmo jogo de linguagem ou *através* de jogos de linguagem: a distinção entre as formas de proposições serve para a análise de jogos de linguagem, não significando que as proposições empíricas sejam um jogo de linguagem exclusivo ou as proposições gramaticais sejam excludentes, embora sejam possíveis jogos de linguagem apenas com as formas de proposições empíricas; uma análise da gramática profunda deve indicar o fator regulatório de tal jogo, demonstrando através dele as proposições gramaticais que subjazem à sua normatividade (sem que a proposição gramatical se constitua ela mesma um relato empírico).

Ao utilizarmos conceitos com referentes (correr, nadar, pegar; os verbos com conceitos físicos e comportamentais), e ao utilizarmos conceitos de natureza não diretamente referencial, como verbos psicológicos (sentir, desejar, acreditar), somos tentados a elaborar proposições como se pudessem possuir

as mesmas classes ontológicas e a mesma gramática de uso. Pelo contrário, o que Wittgenstein nos sugere é olhar para as formas de proposições em jogos de linguagem e na gramática profunda, observar as relações e regularidades que os jogos de linguagem mantêm entre si, bem como as suas particularidades: os fatores ostensivos e os fatores regulatórios (das práticas). Ao primeiro, as proposições empíricas indicam os seus objetos; ao segundo, as proposições gramaticais indicam a forma e lugar que os conceitos ocupam nos jogos de linguagem. Sobre as proposições gramaticais, Wittgenstein descreve:

Como devemos fazer as regras gramaticais para as palavras para que elas 93 ofereçam um sentido de sentença?"- Uma proposição mostra a possibilidade do estado de coisas que descreve. "Possível" no caso significa o mesmo que "concebível", representável em um sistema particular de proposições. A proposição "Posso imaginar que tal e tal transição de cor liga a representação lingüística a outra forma de representação" é uma proposição da gramática. (GF, § 82)

Ao dirigirmos a interpretação para proposições empíricas, podemos incorrer no equívoco de interpretar a proposição empírica de modo análogo ao das proposições gramaticais, uma vez que esta última estabelece o uso de conceitos psicológicos. A interpretação equivocada conduz a se pensar que um nome para um conceito psicológico possui referência interna, e que pode ser tratado como objeto da investigação empírica no método científico. Trata-se de procurar o objeto no lugar equivocado e de pressupor que o objeto deva estar no lugar em que um jogo de linguagem *indica* apenas por analogia. A atenção para a forma gramatical pode evitar confusões conceituais, de modo que a obra *Gramática Filosófica*, de Wittgenstein, é um exercício de relações entre jogos de linguagem e formas de proposições, de suas analogias, comparações e divisões.

Backer (2004), em sua interpretação do conhecido argumento da linguagem privada, nos conduz a examinar o procedimento metodológico de Wittgenstein não como uma redução ao absurdo. Soames (1997), do mesmo modo, trata dos aspectos metodológicos por meio de uma terapia; o que essa terapia indica é que devemos examinar a gramática pela qual chegamos até certos problemas. Nestes aspectos, concordamos com a interpretação de Backer e Soames, principalmente por tratarem do problema da linguagem privada como um problema que já surge de uma certa visão equivocada da

gramática da linguagem. O que corrobora a exegese é uma das afirmações de Wittgenstein:

Paralelo enganador: a psicologia trata de processos na esfera psíquica, como a física, na esfera física.

Ver, ouvir, pensar, sentir, querer, não são objetos da psicologia no mesmo sentido que o movimento dos corpos, os fenômenos elétricos, etc. são objetos da física. Isto você percebe pelo fato de que o físico vê, ouve esses fenômenos, reflete sobre eles e os transmite a nós, enquanto o psicólogo observa as *manifestações* (o comportamento) do sujeito. (IF, § 571)

Contudo, recaímos novamente em uma ilusão da gramática ao pressupormos que a negação das expressões de sensações com termos psicológicos implica no materialismo, ou seja, que a negação implica em afirmar que a alma é o nome para um objeto determinado no corpo. Não se trata de analisar os conceitos psicológicos como conceitos significativos do mesmo modo que uma análise de conceitos físicos, pelo contrário, devemos nos direcionar para a compreensão da gramática profunda da linguagem, e não apenas nas analogias entre jogos de linguagem que podem levar ao equívoco.

Sobre este último aspecto do equívoco, é para o qual se direciona a crítica de Wittgenstein ao behaviorismo, com a questão: “Como se chega ao problema filosófico dos processos e estados anímicos e do behaviorismo?” (IF, § 308). Em outras palavras, como se chega ao problema dos “processos mentais internos” do dualismo e ao behaviorismo? A aplicação dos aspectos metodológicos de Wittgenstein não se direciona a contrariar a certeza do *cogito*, tampouco à redução comportamental, mas em demonstrar em que medida tais problemas se originam de uma “ficção gramatical” (IF, § 307).

O problema da objetividade em relação ao dualismo é a dificuldade de a introspecção prover recursos como ferramentas (isto é, técnicas) adequadamente objetivas como critério de definição para os conceitos psicológicos. A analogia entre *o externo* e *o interno*, que conduz para as posturas do materialismo e do dualismo⁴⁸. Ambos formam suas respectivas teorias

⁴⁸ O que ilustra esta disjunção é retratado na contemporaneidade, por exemplo, pela alegoria de Smullyan (2002, p. 31). De acordo com o argumento metafórico de Smullyan, se houvesse um dualista suicida no estilo cartesiano que acreditasse na mente (alma ou consciência de si) como uma entidade distinta do corpo, e quisesse aniquilar a si mesmo sem aniquilar o seu próprio

explicativas para a questão do que *conta* como critério de evidência para o significado dos conceitos, e caminham para a autoridade epistêmica do introspectivismo (dogmatismo), de um lado, e para o equívoco de reduzir os conceitos psicológicos a objetos para a investigação científica (cientificismo), por outro.

O procedimento metodológico de Wittgenstein caminha para a classificação dos conceitos psicológicos. Em um primeiro momento, os conceitos psicológicos podem ser esquematizados segundo critérios de delimitação, ainda que as considerações que se podem retirar da delimitação sejam critérios lógicos das descrições de usos, e por isso, se caracterizam por suas descrições gramaticais. Deste modo, o procedimento metodológico se destina a construir uma visão panorâmica sobre a gramática da linguagem a respeito dos conceitos psicológicos. Assim, a exposição de diferenças na gramática fornece ferramentas ao exame de conceitos psicológicos.

No plano de tratamento e classificação dos conceitos psicológicos, Wittgenstein distingue as expressões dos conceitos psicológicos em primeira pessoa da descrição comportamental em terceira pessoa. A distinção entre primeira pessoa e terceira pessoa remete à compreensão de que o aferimento público apenas se dá na observação do comportamento em terceira pessoa, enquanto na primeira ocorre a expressão.

Outro paralelo enganador é a analogia da terceira pessoa, inferir que a expressão em primeira pessoa ocorre em detrimento de uma observação interior, assim como a informação de uma expressão pode ser observada

corpo, no sentido de aniquilar apenas a própria mente, isso não seria possível. Smullyan nos diz que aniquilar a mente envolveria aniquilar algo no corpo. O problema do dualismo para Smullyan sugere que a memória e as experiências internas no aniquilamento da mente seriam perdidas. Mas a medicina e a técnica farmacológica, mesmo que desenvolvessem um medicamento que aniquilasse a consciência, sem deixar vestígios, deveriam mudar algo no comportamento do sujeito elaborado pela mente. Então, de acordo com Smullyan (2002), o problema do dualismo é o da inseparabilidade entre mente e corpo, mas tratá-los como *entidades* distintas. De qualquer forma, aniquilar a mente enquanto todas as funções do corpo continuam em estado normal (*standard*) se compara à posição de um dualista que acredita na mente, mas logo, deixa de acreditar no dualismo de categorias diferentes, e nos leva a questionar o estatuto da crença. Se o dualista deixa de acreditar que ele possui uma mente imaterial, não apenas nada em seu comportamento cotidiano e em seus correlatos fisiológicos se altera. Como também o dualista, ao abandonar a sua posição, continua com os mesmos problemas em relação à mente, embora aqui seja tentado para o materialismo ao negar o dualismo e conceber a mente como uma entidade *desconhecida* no corpo (órgão).

externamente (na terceira pessoa), trata-se de uma analogia entre a primeira e terceira pessoa. A expressão em primeira pessoa a respeito das sensações não se compara ao aferimento público. Para exprimir uma sensação em primeira pessoa, a analogia de que se *observa* um palco interior antes da expressão na linguagem, para então, a partir da observação, realizar a expressão, é uma analogia obscura (OBFP, § 192).

Se rejeitarmos ambas as concepções, quais são possíveis soluções para os conceitos psicológicos? Retornando ao plano de tratamento dos conceitos psicológicos, segundo Wittgenstein, as crenças possuem distinções em relação às emoções, assim como aos dados imediatos dos sentidos. Tais diferenças são expressas pelas considerações de Hark (1990, p. 34), que faz uma distinção importante entre relações horizontais e relações verticais entre jogos de linguagem. Segundo Hark (1990, p. 34, tradução nossa): “uma relação horizontal expressa uma relação de um conceito *dentro* de jogos de linguagem, uma relação vertical expressa uma relação *entre* jogos de linguagem”. Também afirma que os jogos de linguagem não funcionam no “mesmo nível lógico”. De fato, as relações de familiaridade entre conceitos de um mesmo jogo de linguagem e entre jogos de linguagem possuem seus paralelos, contudo, o emprego do conceito compreende uma técnica de aplicação.

Seguindo o mesmo raciocínio anterior, cabem as perguntas: o que é o conhecimento? O que é a mente? O que é o pensamento? Podem ser respondidas não em um sentido essencialista, mas mediante a compreensão de que tais conceitos possuem aplicações que residem na técnica, e, portanto, em uma prática. Mas e se o jogo de linguagem possuir um limite para a regra? Wittgenstein, desde as *Investigações Filosóficas*, trata dos jogos de linguagem, e entre os quais, para certos casos, não há aplicação de regra possível (IF, § 83), as regras são determinadas conforme os limites são determinados. Este é o caso das relações entre os jogos de linguagem para o cenário interior, assim como é o caso para o limite da altura da bola em um jogo de vôlei (IF, § 68).

As considerações de Wittgenstein a respeito da negação do dualismo não apontam apenas para evitar o método de introspecção, mas também para considerar distinções entre a primeira e a terceira pessoa. Como foi dito, as informações não permanecem no mesmo nível das expressões (manifestações),

do mesmo modo, o significado de conceitos possui suas relações horizontais e verticais, de modo que os usos dos conceitos psicológicos devem ser distinguidos.

No segundo plano, para o tratamento dos conceitos psicológicos (1.1), é apontado que as sensações possuem duração genuína, ou seja, a possibilidade de se expressar a sensação por um período determinado. Emoções não possuem um lugar característico no corpo como as sensações podem ser localizadas, e ao contrário das sensações, emoções não nos informam sobre o mundo exterior (OBFP2, § 62–148). Sobre o emprego de conceitos psicológicos correspondentes com a primeira pessoa no modo possessivo⁴⁹, segundo Wittgenstein, indica um jogo de linguagem:

A expressão "descrição do estado de alma" caracteriza um certo jogo. E se ouço as meras palavras "tenho medo", posso, com efeito, adivinhar que jogo é aqui jogado (porventura a partir do tom), mas apenas irei sabê-lo conhecendo o contexto (UEFP, § 50)

As emoções, qualidades da experiência, e demais posses subjetivas pelo sujeito permanecem privadas, e o que indica caráter de privacidade? Ainda, a certeza de um cenário interno precisa de critérios e não apenas de uma evidência indireta ou diretamente dada pelo cenário interior. Os conceitos psicológicos expressos em primeira pessoa se constituem por *duração* e *intensidade* (para os casos de sensações e emoções). Para estas, as expressões em primeira pessoa são expressões de sensações e, portanto, são processos mentais (IF, § 196). As sensações possuem uma localização no corpo, mas as suas qualidades não são a localização propriamente dita. Além disso, as expressões de sensações e emoções são distintas: a primeira é derivada de experiências sensíveis; a segunda não se caracteriza do mesmo modo.

Descrever o meu estado de alma (o medo, porventura) é algo que faço num contexto totalmente determinado (tal como uma acção determinada apenas é uma experiência num contexto determinado). É, portanto, tão espantoso que empregue a mesma expressão em diferentes jogos? E, por vezes, também, de algum modo, entre os jogos? (UEFP, § 27).

⁴⁹ Como salienta Hark (1990, p. 91), no idioma alemão, o uso possessivo de termos emocionais é mais metafórico.

Quem afirma que possui medo em uma expressão e afirma juntamente que possui um determinado processo mental. Se o sujeito afirma que sabe o que é medo, categoriza o conhecimento do medo como um objeto privado e restrito ao aferimento. Contudo, poderíamos questionar: qual é a localização do processo mental correspondente ao medo? Esta pergunta se baseia em uma ficção gramatical no equívoco entre um jogo de linguagem empírico e um jogo de linguagem com os conceitos psicológicos.

Wittgenstein não se encontra negando que a linguagem de expressão em primeira pessoa possa ser efetiva para a comunicação, mas nega que o conhecimento do objeto interior (emoções, representações, etc.) possa ser análogo ao conhecimento dos objetos exteriores. O jogo de linguagem do *medo* remete ao fato de que o medo é uma emoção não localizável pela observação corporal, mas que possui comportamentos característicos, e do mesmo modo, o sentimento do medo não pode ser posto em dúvida. Assim, não é possível uma definição sobre o medo pelo modo pelo qual a qualidade do medo possa ser definida mediante uma localização do processo mental correspondente. Segundo Wittgenstein, o que caracteriza os processos mentais são as expressões características, mas a definição é dada pelo uso do termo, e a partir da definição é possível a descrição:

Quero falar de um “estado de consciência”, chamar assim a visão de uma determinada figura, audição de uma nota musical, uma sensação de dor, uma sensação de sabor etc. Quero dizer: acreditar, entender, saber, pretender e outros não são estados de consciência. Se **por um instante** chamo estes últimos de “disposições”, então uma importante diferença entre disposições em estados de consciência é que uma disposição não é interrompida por uma interrupção da consciência, um desvio da atenção. (Naturalmente, esta não é uma observação causal.) Realmente, quase nunca se diz que se acreditou ou se entendeu algo “ininterruptamente” desde ontem. Uma interrupção da crença seria, porém, um período de descrença, e não, por exemplo, o abandono por parte da atenção daquilo em que se acredita (OBFP2, § 45).

As sensações e as emoções não são estados mentais (ou, nas palavras de Wittgenstein, “estado de consciência”), e sim algo que poderíamos chamar de processos mentais. Processo mental e estado mental são categorias gramaticais distintas; os verbos psicológicos são característicos de ambos. Verbos psicológicos expressam processos mentais quando empregados com

durações identificáveis e episódicas; expressam estados mentais quando os empregos não são episódicos.

Deste modo, “temer algo” é a expressão do estado mental correspondente ao medo, assim como acreditar em algo. Contudo, pensar não é um estado mental, mas um processo mental, pois os pensamentos possuem durações e são episódicos. Mas não é o caso de que o processo mental que acompanha a fala, pelo contrário, o pensamento não é uma substância e “pensar não é nenhum processo incorpóreo que empresta vida e sentido ao ato de falar” (IF, § 339), como escreve Wittgenstein:

Aprendemos a usar a palavra "pensar" em determinadas circunstâncias. Se as circunstâncias forem diferentes, já não saberemos como usá-la. - Mas não é por isso que temos de poder descrever cada uma dessas circunstâncias (UEFP, § 41).

Descrito deste modo, o pensamento como processo mental compreende a expressão característica na linguagem, contudo, o conteúdo do pensamento é a própria linguagem. Em outras palavras, o pensamento não é encarnado pela linguagem “como se a criança já pudesse *pensar*, e apenas não pudesse *falar*. E ‘pensar’ significaria aqui qualquer coisa como: falar consigo mesmo” (IF, § 32), não operacionalizado mediante a linguagem, mas, assim como a própria linguagem, consiste em uma técnica de relação entre vivências e significados.

O que induz à imagem de que o pensar consiste em um objeto no corpo, assim como as mãos podem pegar objetos, consiste em relacionar o objeto “pensamento” com a atividade “pensar”, assim, “lá onde nossa linguagem autoriza a presumir um corpo, e não existe corpo algum, lá desejaríamos dizer, existe um espírito” (IF, § 36). O pensamento mediante processo é a própria linguagem, “os pensamentos encontraram o seu ponto de partida na palavra” (UEFP, § 98). Em outro momento, Wittgenstein sugere o exercício de procurar pensar sem a linguagem (IF, § 330), mas o pensamento não pode ser expresso de forma alguma.

Que acontece quando nos esforçamos — por exemplo, quando escrevemos uma carta — para encontrar a expressão adequada a nossos pensamentos? — Este modo de falar é comparável ao processo de tradução ou descrição: os pensamentos estão lá (talvez já antes) e buscamos apenas sua expressão. Esta imagem é mais ou menos acertada para diferentes casos. —

Mas o que é que não pode acontecer aqui! Entrego-me a um estado de alma e a expressão *vem*. Ou: uma imagem paira-me no espírito e tento descrevê-la. Ou: ocorre-me uma expressão inglesa e quero recordar-me da expressão correspondente em português. Ou: faço um gesto e me pergunto: “Quais são as palavras que correspondem a este gesto”? Etc. Se alguém então perguntasse: “Você tem os pensamentos antes de ter as expressões”?, — que deveríamos responder? (IF, § 335).

Estes dois polos de distinção (pensamento e linguagem) não são excludentes. Contudo, para certos jogos de linguagem, o pensamento pode adquirir uma *imagem* que se encontra desvinculada da linguagem, de modo que se possa admitir uma anterioridade, uma precedência ao pensamento em relação à expressão, por exemplo, recordar uma sensação ou uma emoção, e não conseguir nomeá-la. Em certa medida, a imagem representa uma negação de que “pensar é falar em determinadas circunstâncias e o que mais corresponde a esse falar” (OBFP, § 836), embora se trate de um equívoco, a saber, que a recordação de uma emoção ou sensação não é a expressão linguística significativa.

Assim, mesmo certas ilusões gramaticais podem auxiliar com suas imagens nas descrições de jogos de linguagem para uma visão panorâmica dos usos dos conceitos psicológicos e dos seus locais na gramática.

A dupla distinção entre processos e estados, desenvolvida por Wittgenstein em OBFP2 § 45, remete a uma distinção pela qual os processos podem ser descritos segundo as suas expressões de verbos psicológicos correspondentes e episódicos, enquanto os estados não podem. Tal distinção é útil na sua forma gramatical, do mesmo modo que a forma de expressão indica o jogo de linguagem em questão, uma vez que a forma de expressão, ou seja, a composição gramatical de uma expressão, indica a localização do conceito. O que é característico dos verbos psicológicos, como processos mentais, é o seu caráter episódico, a sua duração no tempo, o seu início e fim identificáveis.

Contudo, a distinção ainda vai além (por exemplo, para os conceitos de sensações, emoções, crenças e conhecimento). Para o conceito de conhecimento, no entanto, a distinção se torna problemática. Uma vez que o conhecimento não parece ser expresso como um processo mental quando utilizado juntamente com o conteúdo dos verbos psicológicos, assim, para o

conceito de conhecimento, uma distinção importante é ressaltada por Wittgenstein (IF, § 257). Na linguagem, afirmamos que conhecemos algo e expressamos o conhecimento conforme o conteúdo conhecido⁵⁰, assim como também, ao ouvir uma palavra em locuções, ao identificar uma palavra escrita de modo simbólico, ao afirmarmos que conhecemos o seu significado.

O conceito de conhecimento se aproxima mais do conceito de leitura do que das sensações, ou seja, pode-se emitir a ordem para um sujeito: “desenhe uma figura geométrica”, e inferir que a representação do ‘cubo’ vem à mente do indivíduo antes de sua execução. Deste modo, o conhecimento de (...) consiste em uma capacidade. Diríamos que consiste em uma capacidade cognitiva? O emprego do conceito de conhecimento consiste no domínio de uma técnica segundo regras determinadas, ou seja, um indivíduo consegue ler de acordo com um critério determinado, isto é, se segue as regras de um idioma. Do mesmo modo, se emprega o conceito de conhecimento para casos em que consegue (é capaz de) executar e seguir determinados processos de acordo com regras, o significado da palavra reside no uso pelo qual ela é empregada, que pode ser descrito pela gramática. Embora o modo de aprendizado de um conceito possa variar e resida no interior de uma *forma de vida*, de uma cultura, e repouse sobre uma prática.

Neste aspecto, embora crianças possam utilizar expressões significativas e afirmarem que sabem de algo, que conhecem, que pensam, ou que possuem dores, podem não saber as regras que estão utilizando. Não serem capazes de descrever a gramática no emprego de uma expressão em primeira pessoa, tampouco serem capazes de realizar uma definição dos conceitos que utilizam⁵¹, pois “deve haver muita coisa preparada na linguagem, para que o simples denominar tenha significação” (IF, § 257).

A respeito das distinções, as palavras referentes ao ‘saber’ e ‘conhecer’ indicam jogos de linguagens diferentes para os objetos físicos (a materialidade

⁵⁰ Um sujeito pode afirmar, por exemplo, que conhece o que é “quadrado”, que sabe identificá-lo caso veja um objeto com tal propriedade. Contudo, ao perguntarmos: desde quando você conhece e sabe o significado de “quadrado”? Verifica-se que o conhecimento, ou a gramática com o verbo ‘saber’, não é uma entidade, e sim um modo prático de agir sobre o mundo.

⁵¹ Somos capazes de imaginar jogos de linguagem em que crianças não poderiam participar, bem como estrangeiros que ainda estão se inserindo em um novo idioma. Para tais casos, poderíamos denominar de uma cegueira para o funcionamento do nosso jogo de linguagem.

exterior) e para o conhecimento de processos anímicos (o que se passa no *Geist*). De certa forma, cada jogo possui uma lógica de uso que pode ser descrita pela gramática, porém, a descrição vem muito após se aprender uma técnica, como também a descrição da própria técnica. Wittgenstein salienta:

Observo a linguagem e digo “Palavras diferentes são usadas de uma forma completamente diferente”.

Mas também digo: “Estas têm empregos semelhantes.” Sim: “Estas (aqui) têm o mesmo.” E mais à frente: “Esta palavra tem dois empregos completamente diferentes”. Mas também: “Tem dois empregos diferentes, mas semelhantes”. E por ora descrevo o que me chama a atenção. (Quer dizer, até aqui não há nenhum problema.) (Por ora, sou ainda completamente ingênuo.)

Cada significado é aqui sempre acompanhado de uma explicação do significado. E as explicações podem ser inteiramente diferentes umas das outras ou, por outro lado, de diferentes modos, bastante semelhantes. [Uma explicação de “andar” e de “andando”.]

As distinções podem ser mais e menos primitivas (UEFP, § 285).

Pode-se distinguir o emprego dos termos relativos ao conhecimento, contudo, a localização “do conhecer” não é empregada do mesmo modo que as expressões de sensações. O conhecimento, assim compreendido, embora possa ser expresso como um estado mental, por não ser episódico, em paralelo com os processos mentais episódicos, consiste em uma habilidade.

O significado ainda requer uma justificativa para o seu emprego objetivo, se exigirmos um critério para a divisão gramatical entre os conceitos, assim como o “tomar nota”⁵² a um conceito utilizado de modo diferente, que possui relações entre outros empregos. Desta maneira, requerer-se-á que se encontrem os critérios de diferenciação entre os conceitos psicológicos e as regularidades que lhe são subsidiárias. Regularidades essas que possuem os seus eixos nas práticas e na constituição da história natural humana.

Assim, o tema de uma filosofia da psicologia que versa sobre os conceitos

⁵² “O trabalho do filósofo é um acumular recordações para uma finalidade determinada” (IF, § 127). Aqui, tomar notas para finalidades de comparações de relações linguísticas, observações sobre o funcionamento das relações, constitui as recordações para elucidação dos modos de uso conceituais.

psicológicos (não como uma teoria explicativa, mas como uma descrição) com o recurso da análise da linguagem, possibilita identificar analogias enganadoras e ficções assentes no âmbito recôndito da linguagem, juntamente com outros aspectos que constituem uma abordagem metodológica para a aplicação aos conceitos que interessam.

1.3 Critérios de evidência

Iremos tratar, na presente seção, de algumas considerações gerais a respeito dos critérios em jogos de linguagem no escopo da filosofia de Wittgenstein, além de um aspecto específico, a saber: a pergunta pelo critério para as expressões de sensações. Tanto os critérios para a expressão quanto os critérios para o aferimento (público) são importantes para se chegar a uma compreensão das expressões características em primeira pessoa, juntamente com os conteúdos expressivos que contêm conceitos psicológicos.

Contudo, o problema a respeito da objetividade das expressões psicológicas permanece em questão, justamente pelo papel que os critérios cumprem nos jogos de linguagem e da função que desempenham. Podemos resumir nos seguintes termos: *Quais são os critérios para afirmar que se possui uma sensação e para o emprego de sua expressão correspondente? Quais são os critérios a se utilizar para a expressão em primeira pessoa e o critério de observação para aferir uma informação na terceira pessoa?* A respeito do problema concernente ao que Wittgenstein denomina de “critério”, que se encontra vinculado com a analogia enganadora na introspecção, em que esta última pressupõe um objeto privado onde a expressão em primeira pessoa possuiria uma evidência para o aferimento. O caminho para a compreensão desta problemática, antes de tudo, reside no papel desempenhado pelo *critério* nos jogos de linguagem. Segundo Wittgenstein:

Reconhecemos evidentemente para isto duas espécies diferentes de critérios: por um lado, a imagem (de qualquer espécie que seja) que em qualquer momento paira em seu espírito; por outro lado, a aplicação que ele - no decorrer do tempo - faz desta representação. [...] Ora, elas podem colidir na medida em que a imagem nos leva a esperar um emprego diferente; porque os homens em geral fazem *esta* aplicação *desta* imagem. Quero dizer: há um caso *normal* e casos anormais. (IF, § 141).

Em outras palavras, ao exemplo da posição que sustenta uma privacidade para o significado de um conceito psicológico, o conceito refere-se a algo que apenas o sujeito conhece privadamente (a autoridade epistêmica da introspecção). Contudo, se as sensações apenas podem ser aferidas privadamente, como quer a introspecção dualista, ainda resta a questão sobre o significado da expressão correspondente, o critério para a inteligibilidade de uma determinada expressão com conteúdo psicológico.

As considerações de Wittgenstein remetem às observações dos modos de expressões, mas, ao mesmo tempo, não há critérios para a expressão de sensação como se fossem *observações de objetos internos*, por possuírem os seguintes aspectos:

a) T¹ utiliza a expressão: “tenho a sensação de vermelho” ou “tenho dor de cabeça”⁵³.

b) Apenas T¹ poderá ter certeza sobre a *sua* sensação, pois apenas *e/le* pode ver “internamente” o objeto da sua sensação.

Para que T¹ justifique a sua expressão, deve fornecer um método que justifique o seu emprego correspondente ao conceito de sensação que lhe sirva de critério, e o método deverá fornecer uma descrição do uso dos conceitos. Contudo, T¹ poderá recorrer aos dados públicos e perguntar para outras pessoas se “vermelho” não seria a propriedade de um determinado objeto que traz consigo (a designação ostensiva). Assim, as pessoas poderão dizer “sim”, contudo, por mais que se tenha uma definição através da ostensão, “para uma compreensão por meio da linguagem, é preciso não apenas um acordo sobre as definições, mas (por estranho que pareça) um acordo sobre os juízos” (IF, § 242).

Já que T¹ necessita, não de um critério externo dado intersubjetivamente que justifique o seu emprego, mas um critério *pessoal* para poder justificar que a *sua* qualidade perceptiva designa um termo utilizado intersubjetivamente (publicamente), então, pode-se afirmar que a “qualidade da experiência privada” de T¹ não pode ser descrita ou aferida como critério. Mas T¹ possui convicção de que o acontecimento de sua sensação no tempo seja um critério para o

⁵³ Exemplos utilizados por Wittgenstein em *Notes for Lectures on “Private Experience” and “Sense Data”* (1968).

significado, o que implica que a justificativa a ser dada não se basta apenas pelas definições no caso da introspecção.

O jogo de linguagem com expressões em primeira pessoa na elaboração de expressões de sensações é um jogo de linguagem diferente dos jogos de linguagem em terceira pessoa, esta última remete aos comportamentos correspondentes às expressões. Os aspectos metodológicos de Wittgenstein (terapêuticos) compreendem os jogos de linguagem em que seja possível “examinar *este* uso à luz *daquele*. Isto pode servir, por exemplo, de princípio heurístico” (OBFP, § 321). Assim, o caminho metodológico de Wittgenstein conduz para a utilização de comparações como um norteador para a compreensão do emprego de conceitos psicológicos.

Os conhecidos problemas na literatura a respeito de uma “lacuna de explicação” nas expressões em primeira pessoa, em especial, ao tema da experiência em primeira pessoa, possuem o seu fio condutor através do problema da normatividade nos trabalhos de Kripke sobre os temas suscitados por Wittgenstein. Estes dizem respeito ao problema da indeterminação de critérios normativos para o significado. Portanto, a pergunta realizada aqui a respeito dos critérios nos casos de imputação de estado subjetivo na primeira pessoa e da respectiva experiência (ou, em outros termos, do fenômeno qualitativo da experiência em primeira pessoa), requer critérios inteligíveis para as expressões de tais qualidades, ou ainda, requer uma compreensão do que denominamos de critérios para uma expressão *deste* tipo e qual o papel que possa desempenhar.⁵⁴

Em outras palavras, um critério para o uso de conceitos psicológicos pode ser equiparado aos critérios para afirmação sobre objetos. Por exemplo, dizemos que possuímos boas razões para acreditar na proposição “o sol continuará a aparecer no dia seguinte”, não porque podemos justificar através de um método exaustivo, mas em função de que a experiência até então nos proporciona boas razões. Podemos saber pela experiência que o sol aparece todos os dias (indutivamente), com isso, possuir boas razões como critério para se fiar em

⁵⁴ Sobre os aspectos que envolvem normatividade aos critérios e a indeterminação, trataremos na seção 3.1.

relação à proposição.

Analogamente, quando se afirmar possuir uma sensação (ou uma dor), há boas razões para se utilizar a expressão? Podemos resumir a questão de acordo com a colocação de Wittgenstein: “mas pergunta a ti próprio: Onde podemos reconhecer um indício para algo interior como sendo infalível? Só pode ser medido, por seu turno, pelo exterior. Ou seja, o importante não é a oposição entre interior e exterior” (UEFP2, § 234)⁵⁵. Em outras palavras, o que seja *p* é o que denominamos de ‘*p*’ de acordo com vivências, experiências e compartilhamento de uma linguagem, se trata de uma prática⁵⁶.

Albritton, R. (1959), em seu estudo explanatório do termo “critério”⁵⁷, ressalta a dificuldade em encontrar uma definição precisa, e que a discussão se encontra presente em *The Blue and Brown Books* de Wittgenstein, as definições de termos são dadas por consensos, sem, contudo, uma condição lógica necessária. De fato, falamos de condições necessárias na linguagem pela ligação entre os termos envolvidos em uma proposição, nos quais o significado é dado de antemão e empregado de acordo com o significado em determinadas expressões⁵⁸. A ligação de necessidade lógica requer uma definição racional, e tal necessidade lógica de proposições é um construto da linguagem norteado por uma normatividade.

Os critérios para definições de termos como necessidade e contingência na lógica, assim como definições sobre comportamentos característicos de classificação com conceitos psicológicos (comportamento de esperança, crença, desejo; dores etc.), devem residir nos empregos pelos quais os conceitos são utilizados e com as funções que cumprem⁵⁹.

⁵⁵ MS 169.

⁵⁶ “O conceito de dor é caracterizado pela sua função particular na nossa vida” (ZE, § 532, tradução nossa).

⁵⁷ Albritton, R. On Wittgenstein's use of the term “criterion.” *The Journal of Philosophy*, LVI, No. 22, 1959.

⁵⁸ Um exemplo da filologia do termo ‘átomo’ indica na linguagem um objeto que não pode ser divisível. Contudo, a física, a biologia e demais ciências naturais contemporâneas não empregam o termo no mesmo sentido grego (ou no sentido de Demócrito) para estudos teóricos de modelos atômicos, de modo que o critério de uso contemporâneo e antigo tem diferenças significativas.

⁵⁹ Ao exemplo para as considerações da lógica, um argumento válido possui uma série de proposições válidas em conjunto; possui a formalidade da validade, e a validade consiste nos termos pelos quais as premissas seguem (no caso de silogismos).

O critério para o emprego do termo ‘validade’ ou ‘válido’ consiste aqui em saber ao que é que ‘validade’ significa, ao que engloba, isto é, no seu uso, não em um sentido fisicalista; mas abstrato, isto é, na forma do argumento e na gramática profunda em que se encontra inserido.

O emprego da noção de validade conduz à noção de necessidade lógica (dadas certas premissas, *ceteris paribus*, se segue a conclusão). A necessidade da conclusão, conforme as premissas, poderá requerer o cenário pelo qual aplicamos o critério para a definição da ‘validade’, mas para isso precisamos de uma cadeia de definições, e após, uma cadeia de descrições sobre os usos para ‘validade’. E, a partir desta, podemos nos utilizar da definição como princípio heurístico para diferenciar os casos de não aplicação de ‘validade’, ou seja, dos seus limites.

Por outro lado, um comportamento de dor pode possuir certas características para a atribuição de um critério para se denominar como o termo ‘dor’. Uma definição do que é ‘dor’ poderá ser dada exteriormente, não necessariamente recorrendo à introspecção para encontrar a qualidade para a definição. A pergunta pelo critério é uma pergunta, portanto, pela justificação. Embora possamos responder que o uso conceitual é consensual, isso não descredita o significado⁶⁰; esta é a posição de Wittgenstein no que concerne à regularidade pautada em práticas.

O problema em relação aos critérios, conforme salienta Hilary Putnam (2008, p. 19), é o de localizar corretamente o que uma palavra possui em *comum* para a aplicação em sua totalidade. Seja nos casos nos quais o critério é utilizado para uma expressão que corresponde a uma sensação ou em casos para objetos. A incapacidade de uma definição precisa pode ocasionar a falácia mereológica, que consiste, nomeadamente, em uma confusão entre a identidade entre as partes e o todo do objeto ou conceito em questão, assim como pode ocasionar a falácia categorial⁶¹, embora ambas possuam íntimas relações nos

⁶⁰ Se tivermos a noção de que todos os usos conceituais da linguagem ordinária são consensuais, implicando a contingência, também as condutas e os comportamentos o são, mas não deixam de ser significativos; como o casamento pode ser uma atividade consensual, mas adquire uma profunda significação nas atividades humanas. Aqui vemos quantos elementos contingentes da ação humana podem ser significativos.

⁶¹ A primeira destas falácias é mais bem descrita por Hilary Putnam (2008), a segunda por Ryle (2005).

erros da identidade. Estes dois cenários, portanto, surgem apenas de uma extrapolação dos critérios utilizados na linguagem. Nas palavras de Wittgenstein:

Um acrescento seria, contudo, uma extensão; e uma extensão não tem, precisamente, lugar aqui. Pois não chamamos “correspondência” a algo que autenticamente não é uma “correspondência”. Como se meramente expandíssemos esse conceito. Trata-se aqui, por outro lado, como que de uma ilusão, de um reflexo. Acreditamos ver o que não está lá. (UEFP, § 69)

As confusões em relação à identidade não apenas surgem de uma confusão conceitual, mas também de não se traçar fronteiras conceituais, assim como também podem levar para uma investigação pseudo-empírica. Neste cenário apontado, poderá caber a questão: para a definição de um critério para um conceito psicológico, precisamos de uma metapsicologia?⁶²

A resposta para a questão é negativa, em um primeiro momento, pelo fato do aspecto pragmático, pelo qual a linguagem pode se referir ao mundo, ou seja, a linguagem como técnica, de um lado, e o significado no uso prático, por outro. Tal noção permite não apenas uma investigação da história natural humana no aspecto filológico e no desenvolvimento das línguas, como também nos conteúdos significativos da linguagem em usos efetivos e da realidade da prática.

Em um segundo momento, pelo fato de que uma gramática dos usos conceituais pode fornecer ferramentas para a compreensão dos critérios e de suas funções. Uma vez que os conceitos como ‘conhecimento’, ‘compreensão’, ‘entendimento’ não são objetos físicos isolados, mas que consistem em habilidades, ou seja, possuir a técnica ou *capacidade* cognitiva e de se utilizar da linguagem de uma certa maneira. É possível admitir um realismo⁶³ de Wittgenstein em relação ao tema do critério, por admitir uma relação íntima entre as práticas advindas de uma história natural humana e do papel da regularidade dessas mesmas práticas.

Entre as distinções gramaticais das considerações de Wittgenstein a

⁶² Esta é, por exemplo, uma das preocupações de Wittgenstein com a psicanálise de Freud.

⁶³ Hilary Putnam (2008, p. 78-79) atribui esta noção epistemológica a Wittgenstein como um “realismo do senso comum”. A distinção entre o realismo metafísico e o realismo de senso comum é que o segundo julga correto o emprego das palavras como são utilizadas, e evita a substantivação, enquanto o primeiro permanece negando que os pensamentos tenham de se adequar à *realidade*, e interpreta certos conceitos epistêmicos como estranhos (substantivados).

respeito dos conceitos psicológicos, podemos elencar um tratamento para os aspectos e os critérios de identidade que podemos formular nos casos de *paralelismos gramaticais* e as *assimetrias entre analogias*⁶⁴. Embora, novamente, ambas as concepções estejam relacionadas ao emaranhado da linguagem e conduzam para equívocos similares, são sintomas de uma confusão sobre o papel normativo da linguagem.

Os paralelismos gramaticais aparecem em vários escritos de Wittgenstein, e o questionamento a respeito dos paralelismos se baseia na noção de regras, e juntamente com este, os critérios para os usos conceituais e indicações de locais na gramática, poderíamos definir como “um resultado do cruzamento de diferentes jogos de linguagem” (UEFP, § 148).

No início de *Investigações Filosóficas*, é traçada uma distinção já desde a primeira parte entre a indicação (ou designação) ostensiva de um conceito na linguagem para com os seus objetos, assim como de uma palavra para com o seu referente. Desta maneira, a teoria agostiniana da linguagem criticada por Wittgenstein (IF, § 2) concebe as palavras e conceitos como referência para com os objetos, e a partir desta, Wittgenstein inicia um procedimento de descrições de vários jogos de linguagem *primitivos* para com a linguagem-objeto. Claramente, ao se indicar objetos e os nomear como uma *etiqueta* em um tipo de jogo de linguagem primitivo (ou no aprendizado inicial da linguagem), se presume que o pensamento se utiliza da linguagem como uma ferramenta, na qual o significado da palavra não é nada mais do que o seu referente.

Ao tratarmos de conceitos psicológicos como qualidades da experiência, dores e crenças, a designação ostensiva continua operando, porém, de maneira interna. Assim, podemos compreender um paralelismo entre os jogos de linguagem e de suas gramáticas, porém, o significado já não opera apenas pela referência aos objetos, mas através do uso conforme o aprendizado e o aferimento público. Contudo, o paralelismo entre ambos os jogos de ostensão também forma um paralelismo entre os jogos de linguagem e a sua gramática, a

⁶⁴ Em IF, OB, OBFP, UEPF, os paralelismos são mais notáveis, principalmente pelo aspecto no qual Wittgenstein indica ao leitor para imaginar jogos de linguagens primitivos, estudantes aos quais se é ensinado a calcular, entre outros. Em *Anotações Sobre as Cores* e *Da Certeza*, são mais prementes as analogias e as formas de uso conceitual, embora apareçam fragmentos de uma obra em outras em razão da organização dos escritos póstumos do autor.

saber, o jogo da ostensão externa e o jogo da ostensão interna.

Nestes paralelismos citados, se percebe que o falante se encontra apto para se referir aos seus estados internos, assim como se refere aos objetos de sua experiência externa imediata. Deste modo, as regras para a gramática de ambos os jogos consistem na posse, seja de uma qualidade da experiência, seja na posse de um objeto. Assim, o paralelismo entre ambos os jogos forma uma prática da ostensão em todo o domínio pelo qual os conceitos são significativos:

Aqui tudo se passa bem da mesma forma que com a falação sobre objetos físicos e impressões sensíveis. Temos aqui *dois* jogos de linguagem, e as relações que o mantém com o outro são complicadas. Se alguém quiser descrever essas relações de maneira simples, vai acabar caindo em erros (OBFP, § 289).

Devemos buscar compreender o modo pelo qual o falante aprende a linguagem e o modo de se referir aos seus objetos interiores, uma vez que, a partir deste, o falante em sua prática começa um procedimento *privativo* em relação à ostensão interna. E, uma vez que compreende possuir uma qualidade de uma experiência do mesmo modo que pode possuir um objeto, o paralelismo entre os jogos pode claramente formar metáforas e maiores possibilidades de *fala* pelo fato de ambas as gramáticas se tornarem entrelaçadas.

Contudo, o entrelaçamento para a compreensão do significado se torna problemático, uma vez que uma gramática da ostensão interior pode conduzir o falante para o equívoco de conceber imagens interiores, isto é, a objetos internos. Embora o paralelismo possa ser útil para elaborar metáforas, pode conduzir a investigação científica ao equívoco pseudo-empírico, assim como pode conduzir as perguntas filosóficas para pseudo-questões.

As assimetrias entre analogias ocorrem quando já se possui capacidade de linguagem ou domínio da técnica linguística, na qual se pode realizar analogias entre jogos de linguagem e principalmente em cenários nos quais já se possui a compreensão das possibilidades gramaticais. Consistem em indicações de relações gramaticais por meio da linguagem, contudo, são relações nas quais a linguagem pode chegar aos seus limites.

É notável certos exercícios traçados por Wittgenstein sobre a gramática (ou lógica) das cores, que indicam as assimetrias entre analogias, como na obra

Anotações Sobre as Cores, assim como as questões sobre figuras ambíguas em *Investigações Filosóficas* e *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, juntamente com as palavras polissêmicas. Entre as indicações gramaticais, Wittgenstein, em *Anotações Sobre as Cores*, nos leva a conceber aspectos cromáticos através das suas respectivas designações por nomes. Assim, podemos, por exemplo, imaginar cores primárias, como o azul, e juntá-las com outras cores, tal como o preto, de modo a originar um azul escurecido; no caso de uma mistura do azul com o vermelho, teríamos um azul-avermelhado⁶⁵. Trata-se de nomear por conjunto tipos de cores.

Podemos também seguir a gramática para os usos dos conceitos em cada mistura de cores para uma composição dos aspectos cromáticos e, por *analogia*, teríamos, juntos e previamente, a respectiva cor antecipada ao campo empírico. Assim, a gramática permitiria conceber o nome de uma cor, mesmo que nunca tenhamos misturado empiricamente as cores correspondentes.

Contudo, se empregarmos o conceito de azul juntamente com o seu significado e com um exemplar empírico, e imaginarmos a mistura com o amarelo, não teríamos uma tonalidade que acompanha a gramática, pois a mistura do azul e amarelo não é causa do azul-amarelado, mas do verde. Nas palavras de Wittgenstein: “parece haver um conceito de mistura de cores que se sobrepõe a todos os métodos fisicalistas de mistura de cores” (UEFP, § 215). A analogia com outros casos poderá induzir a uma investigação pseudo-empírica, caso se interprete o conceito ‘azul-amarelado’ como uma cor distinta do ‘verde’. Portanto, podemos interpretar ‘azul-amarelado’ e ‘verde’ ambos *como* conceitos para uma mesma propriedade de um objeto ou como conceitos distintos.

Tanto nos casos de assimetria de analogias quanto nos casos de paralelismos gramaticais, nos permite indagar sobre os casos de limites do uso da linguagem e onde a gramática não prescreve uma conduta em relação ao modo pelo qual se deve aplicar um critério. Justamente pelo fato de que os critérios que dão início ao jogo de linguagem atingem um limite em relação à experiência. Contudo, o limite não entra em contradição com os critérios, uma

⁶⁵ Aqui, a regra gramatical indica um sufixo para cada combinação de cores por composição. Pode-se imaginar um azul levemente avermelhado, sem o denominar como sendo um ‘roxo’ ou ‘lilás’, o que não acontece com o verde.

vez que as suas funções ocorrem no uso, ou seja, no caso do jogo de linguagem da ostensão interna, e no caso do jogo de linguagem da gramática das cores; os critérios indicam o lugar no qual o conceito ocupa na linguagem. Mas não indicam, *ipso facto*, e em absoluto, as atitudes que se deve tomar em relação aos limites de certos critérios e não indicam uma ontologia prévia, ou seja, quais conceitos dos nossos jogos de linguagem e de nossa gramática devemos considerar como objetos ou propriedades de objetos *existenciais*.

Deste modo, a compreensão da gramática profunda da linguagem pode auxiliar na resolução de confusões conceituais na investigação empírica. Uma vez que, se uma teoria científica concebe uma ontologia na qual procura em sua atividade empírica encontrar o conceito indicado pela gramática, ou, mais especificamente, o objeto da ostensão interna, então poderá iniciar a investigação com base em uma confusão conceitual, conforme salienta Wittgenstein:

Na verdade, porém, uma teoria desse tipo é construção de um modelo psicológico de um fenômeno psicológico. E, por conseguinte, a construção de um modelo fisiológico.

A teoria diz, na verdade: “Poderia ser *assim*: ...”. E a serventia da teoria é que ela ilustra um conceito.

Só que ela pode ilustrá-lo melhor ou pior; mais ou menos adequadamente. Logo, a teoria é, por assim dizer, uma anotação para esse tipo de fenômeno psicológico (OBFP, § 431).

A conexão entre os conceitos e a experiência acontece de maneira relacional pelos modos de emprego, e não se trata de uma relação causal entre o critério e o modo pelo qual ele é empregado nos jogos de linguagem. De modo que a redução de todos os conceitos psicológicos sobre os estados internos ao comportamento como *causais* remete ao equívoco do paralelismo entre jogos de linguagem, uma vez que a relação é conceitual e não causal. Assim, a teoria behaviorista, ou a redução dos conceitos psicológicos aos modelos fisicalistas, sofre com problemas conceituais ao fundamentar uma teoria em paralelismos entre jogos de linguagem e entre assimetrias entre analogias.

Com efeito, uma teoria pode servir de modelo conceitual (imagem) para uma interpretação de determinados fenômenos, embora tenha base em uma

ficção gramatical⁶⁶, que seja a razão pela qual a teoria possa (vir a) ter poucos vínculos empíricos⁶⁷. Deste modo, a filosofia da psicologia de Wittgenstein pode auxiliar a própria investigação da psicologia como ciência através das descrições dos conceitos daquele campo, como assevera Sullivan (2017, p. 72, tradução nossa): “a filosofia de Wittgenstein é, portanto, relevante para a possibilidade de descrever todo um domínio da gramática dos conceitos psicológicos depois de já ter sido distraído pelas posições específicas”⁶⁸.

Todavia, tanto as *capacidades* de utilização de regras gramaticais em jogos de linguagem, quanto na atividade da ostensão interna, exigem critérios para o significado. Assim, Wittgenstein salienta que “um ‘processo interior’ necessita critérios exteriores” (IF, § 580). Se considerarmos as capacidades de seguimento de regras pautadas em práticas que indicam uma normatividade, assim como se considerarmos todo o domínio dos conceitos psicológicos como “internos”. Ainda, a utilização prática e o significado necessitam de critérios exteriores, de modo que a observação em terceira pessoa pode informar o significado dos comportamentos, assim como atribuir valor de verdade para tais.

E aqui, as expressões em primeira pessoa sobre os “processos internos” não são *categorialmente* proposições que podem possuir valores de verdade do mesmo nível que as expressas em terceira pessoa. Assim, as formas pelas quais um sujeito fala sobre o seu “interior” em primeira pessoa não são uma constatação no sentido em que corresponde a um estado de coisas, porém, são confissões⁶⁹.

A diferença entre as expressões em primeira pessoa (“eu tenho a qualidade de uma experiência”), assim como na terceira (“ele tem a qualidade de uma experiência”), é que na primeira se trata de expressões que não podem possuir valores de verdade pelo fato de se tratar de uma confissão, e não de

⁶⁶ “É que nada é mais importante do que a criação de conceitos fictícios: só eles nos ensinam a compreender os nossos.” (UEFP, § 19).

⁶⁷ De certa maneira, o caminho metodológico de Wittgenstein consiste em mostrar as situações e o que se pode fazer com elas.

⁶⁸ Tal concepção de *distração com posições* é caracterizada por Sullivan, embora implicitamente, como *idiosincrasias*, e da qual o caminho metodológico de Wittgenstein possibilita a dissipação.

⁶⁹ As constatações são declarações proposicionais a respeito de que algo se encontra de uma determinada maneira, o que pode ser verdadeiro ou falso. Contudo, uma expressão não é uma constatação.

uma *posse*. Em outras palavras, não se trata de constatações, mas de uma expressão de determinado processo mental, ao cabo que na terceira pessoa, se poderá observar se é o caso de que a proposição é verdadeira ou não.

Deste modo, a proposição terá valor de verdade na medida em que o critério de aferimento é público, ou seja, se a proposição possui um sentido conforme o jogo de linguagem. Embora, novamente, as confissões em primeira pessoa que expressam conceitos psicológicos (interiores) de um sujeito não eliminem o seu respectivo “cenário interior”, mas orientem para a noção de que o próprio sujeito não pode encontrar critérios *personais* e internos para o significado dos termos que utiliza em sua expressão.

Voltamos ao problema inicial sobre o mental e sobre o critério a respeito do significado dos conceitos psicológicos. Uma vez que chegamos a uma compreensão de que os significados dos usos de conceitos, e mais especificamente, dos conceitos psicológicos em primeira pessoa, são expressões e não constatações, nas quais as expressões não possuem valores de verdade no mesmo nível que as constatações, assim, as constatações transmitem informações. E os critérios utilizados conduzem para a observação e aferimento público, de modo que para todo critério se exige uma *circunstância* na qual a aplicação é realizada, e, portanto, não se trata de uma regra universal pela qual um critério poderá ser aplicado indiscriminadamente.

De qualquer forma, a incerteza quanto aos “processos interiores”, os objetos internos, pode ser aferida publicamente uma vez que os critérios de evidência podem ser justificados externamente⁷⁰. Embora as regras possam possuir um limite de aplicação em relação à experiência, em jogos de linguagem é necessário um acordo entre os juízos (IF, § 242) para com os objetos, como também em relação aos próprios critérios. Sobre este ponto, Wittgenstein descreve sua posição em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*:

O que teríamos de dizer a alguém que nos comunicasse que, *no seu caso*, entender algo é um processo interior? - O que replicaríamos se ele dissesse que, em seu caso, saber-jogar-xadrez é um processo interior? - Algo mais ou menos assim: Que

⁷⁰ Segundo Marques (2014, p. 25): “a incerteza ou a certeza quanto ao critério de evidência quanto à existência desta ou daquela experiência interior está na base da própria dicotomia interior-exterior”.

nada do que se passa dentro dele nos interessa quando estamos querendo saber se ele sabe jogar xadrez. E, se ele agora respondesse dizendo que nos interessa, sim, o que se passa dentro dele, a saber: se ele sabe jogar xadrez- apenas poderíamos contradizê-lo lembrando-lhe os *critérios* que nos provariam sua capacidade. (OBFP, § 302).

Devemos lembrar que jogamos um jogo de linguagem com uma gramática na qual “saber” e “conhecer” são habilidades, de modo que o critério para a utilização da expressão pode ser a descrição do uso, como também a aplicação permanece um critério da compreensão. Outra analogia com outro caso do emprego é explicitada por Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*:

Não nos auxilia em nada para a compreensão da função de “vermelho” dizer que esta palavra “*refere-se a*” em lugar de “designa” o privado; mas ela é a expressão psicologicamente mais apropriada para uma determinada vivência ao filosofar. É como se eu, ao pronunciar a palavra, olhasse de relance para minha própria sensação, como que para dizer-me: eu já sei o que quero dizer com isto. (IF, § 274)

As ficções gramaticais úteis são aquelas que auxiliam a compreensão do emprego de certas expressões e proposições, como também auxiliam a diferenciação das relações entre os jogos de linguagem. Também podem auxiliar com as analogias para a compreensão da gramática daqueles conceitos, principalmente em relação aos conceitos dos *processos mentais* e *estados mentais* internos (anímicos). E, de como tais conceitos que operam na gramática surgem das relações entre jogos de linguagem, embora uma análise dos jogos de linguagem possa indicar que tais ficções gramaticais são oriundas dos paralelismos e de analogias equivocadas.

Em ambas as citações (OBFP, § 302; IF, § 274), são indicados os casos dos critérios nos quais possui uma capacidade de demonstração, e, portanto, uma possibilidade de observação em terceira pessoa, em que:

“a gramática da palavra ‘saber’ está claro, é estreitamente apresentada com a de ‘poder’, ‘ser capaz de’. Mas também estreitamente aparentada com a da palavra ‘compreender’ (‘Dominar’ uma técnica.)” (IF, § 150).

Assim, uma distinção entre conceitos, classificações e, principalmente, conceitos que versam sobre fenômenos psicológicos, como vimos, auxilia para o domínio da técnica em relação com as fronteiras normativas entre os jogos de

linguagem e os conceitos neles expressos.

O empreendimento de Wittgenstein desde as *Investigações Filosóficas* ressalta um tratamento de confusões conceituais no campo filosófico. De modo a se constituir em uma atividade terapêutica em relação com os problemas, assim como também o plano de tratamento dos conceitos psicológicos presentes em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia* e *Zettel*. Enfim, obras posteriores ao *Tractatus* que remontam para tal atividade que se constitui através do esclarecimento conceitual⁷¹. Não apenas para problemas tradicionais da filosofia, mas, ao mesmo tempo, constituem uma forma pela qual a atividade dissipa os problemas. E, no caso dos conceitos psicológicos, a atividade terapêutica não procura o mesmo estatuto que uma ciência experimental, pelo contrário, é exatamente identificar semelhanças e dissemelhanças entre jogos de linguagem, as formas pelas quais os jogos se constituem e nas descrições de suas gramáticas, de suas articulações. Nelas se encontram assimetrias (na primeira e terceira pessoa, por exemplo), pelas quais a atividade prática se caracteriza como uma técnica, embora eminentemente conceitual.

Vimos como o tema do critério afeta diretamente a expressão de conceitos psicológicos que versam, direta ou indiretamente, sobre a consistência da expressão correspondente com uma qualidade da experiência em primeira pessoa. A questão de uma normatividade para os critérios permanece em aberto pelo caráter operacional dos jogos de linguagem. Ainda, a mera introspecção como fonte de verdade para um estado subjetivo e a consequente expressão tornam-se contestáveis. É neste aspecto que Wittgenstein aborda o tema do “cenário interior” como fonte de certeza contestável para o significado de expressões psicológicas, juntamente com a possibilidade de se encontrar relações entre os jogos de linguagem distintos e identificá-los como distintos por via dos aspectos metodológicos.

Até o momento, tratamos da introspecção e da abordagem sobre o

⁷¹ Comentadores como Marques (2014, p. 18) e Moreno (2013, p. 60) denominam a atividade de Wittgenstein como uma “atividade terapêutica” ou “epistemologia do uso”. O que corresponde corretamente ao *tratamento gramatical* que perpassa a obra IF, como também obras posteriores ao TLP.

significado psicológico, juntamente com a metodologia de Wittgenstein ao problema dos critérios para a expressão em primeira pessoa. Adiante, trataremos das relações entre a linguagem e a experiência (2) e dos problemas levantados por Wittgenstein para com a teoria do significado psicológico (2.1; 2.2), assim como os problemas em relação com a objetividade (2.3) em expressões de sensações em primeira pessoa.

2 LINGUAGEM E EXPERIÊNCIA

Como vimos nas seções do capítulo anterior, os aspectos metodológicos de Wittgenstein auxiliam na separação entre categorias de jogos de linguagem, bem como na identificação de problemáticas que surgem do entrelaçamento entre os diversos jogos de linguagem. Contudo, a linguagem não versa apenas sobre a experiência, embora possua fortes ligações com ela. Desta maneira, caberá à análise destacar os vínculos da linguagem com a experiência e uma justificação ao problema a respeito da expressão em primeira pessoa sobre a qualidade da experiência. Tal qualidade da experiência em suas expressões é determinante para os conceitos psicológicos, uma vez que são as expressões qualitativas da experiência as formas que indicam conceitos psicológicos em primeira pessoa, nos jogos de linguagem.

Ordinariamente, dizemos que possuímos sensações, que evidenciamos nossas experiências, que possuímos evidência da qualidade de nossas representações dos objetos na medida em que são experienciados. Assim como afirmamos, ordinariamente, que possuímos a evidência imediata de nossas sensações. No entanto, a qualidade da experiência possui uma lacuna pelo seu caráter subjetivo. Como admitimos possuir uma evidência de algo que não podemos explicar objetivamente sem recorrer ao próprio processo interior? Ao afirmarmos ou negarmos determinados predicados com qualidades da apreensão dos objetos, assim como da qualidade da experiência representada de modo pessoal, nos encontramos realizando de maneira expressiva na linguagem a expressão de tais sensações. Assim, a linguagem possui suas relações com a materialidade, de um lado, bem como suas relações para com a experiência do sujeito para com a materialidade, por outro. Trataremos aqui de colocar em pauta: a) relação entre a linguagem e experiência, tal como a apreensão externa; b) relações da linguagem para com a expressão da experiência qualitativa, tal como a expressão característica de uma experiência subjetiva.

Denominaremos como *expressões de sensações* todas as afirmações que afirmem ou neguem determinadas experiências internas exteriorizadas

através da linguagem de uma maneira particular, isto é, em primeira pessoa⁷². O problema que surge desta posição é o da expressão significativa em primeira pessoa sobre os próprios estados internos do sujeito que atribui sentido às suas expressões.

Encontramos na obra *Tractatus Logico-Philosophicus* do filósofo austríaco, posições diferentes e contrárias à obra *Investigações Filosóficas* e aos seus escritos póstumos. O *Tractatus* postulava uma tese bastante conhecida: o *isomorfismo*. Tese na qual a lógica da linguagem se refere (designa) os estados de coisas no mundo, de modo que o mundo poderia ser representado (figurado) através da linguagem. Na figuração do mundo em seus estados através da linguagem (TLP, § 4.01), a operação representativa faz referência aos modos pelos quais o mundo se encontra.

No entanto, a tese que se configurou como metafísica também se vinculou ao positivismo, uma vez que eliminava todas as proposições e conceitos sem referentes como tema de discussão científica. Conceitos sem referentes, como os distinguiu Frege⁷³, são conceitos que admitem um sentido apenas conceitual, mas que não podem ser encontrados no mundo mediante uma referência ao objeto. Neste aspecto, sobre a qualidade da experiência⁷⁴, a designação ao objeto externo da representação (figuração) não possui um referencial concreto.

Se as expressões de sensações, uma vez que concebidas como expressões privadas, não possuem uma referência, no que diz respeito a não se referirem a um objeto no mundo, segundo a tese do *Tractatus* de Wittgenstein. Seriam inefáveis pela estrutura lógica da linguagem, e por não se referirem a nada encontrado no mundo, permanecem como conceitos vazios de referentes e fora do escopo da investigação científica.

A influência do *Tractatus* de Wittgenstein para com membros do empirismo lógico, ou seja, o Círculo de Viena, é encontrada em obras de autores

⁷² Exemplos bastante característicos destas expressões em primeira pessoa são: sinto dores de dente / não sinto dores de dente etc.

⁷³ FREGE, Gottlob. Sentido e a Referência (1892). In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

⁷⁴ Aqui a experiência qualitativa diz respeito aos casos da qualidade de cores apreendidas, sensações de temperatura, variações dos sentidos. Tais qualidades da experiência se tornam problemáticas pelo aspecto de que dificilmente encontramos modelos da “mesma” qualidade da experiência em outros indivíduos sem recorrer às nossas próprias qualidades internas.

como Carnap e Schlick, entre outros autores⁷⁵. A interpretação de Carnap do *Tractatus* se encontra relacionada com a influência de Wittgenstein, mas tal influência também condiz com interesses particulares do empirismo lógico⁷⁶. Interesses que se relacionavam com a questão acerca de critérios de significado para proposições, assim como para com a validação de proposições que formam teorias e, em especial, teorias científicas.

Uma vez que o problema do conhecimento permanece ligado às proposições na linguagem, isso justifica uma investigação das regras lógicas utilizadas na linguagem e os critérios para o significado. A exigência lógica da significação do Círculo de Viena implica restrições da própria linguagem utilizada pela ciência em suas teorias. No que consiste tal limitação? Apenas palavras pertencentes ao vocabulário da ciência poderiam ter significação se forem suscetíveis de observação, ou seja, o repertório linguístico para a ciência deve estar atrelado aos fatores observacionais e experimentais, juntamente com os conceitos pertencentes ao léxico da ciência.

Contudo, a questão de um critério para o significado⁷⁷ e a influência do *Tractatus* para a concepção verificacionista do empirismo lógico podem ser

⁷⁵ Há motivos pelos quais o *Círculo de Viena* e teses positivistas tenham se relacionado com as teses do *Tractatus*. Entre os motivos, podemos destacar o interesse do positivismo lógico na análise de proposições empíricas e na verificabilidade de proposições. Do mesmo modo, o problema permaneceria intocável ao método introspectivo conduzido pelo racionalismo cartesiano e teses dualistas, uma vez que a tese sobre a experiência compreendida como uma qualidade da representação de um sujeito, apenas poderia ser compreendida como significativa mediante a análise da qualidade no sujeito. Mas tal qualidade permaneceria exclusiva ao sujeito que a possui; o sujeito estaria se constituindo tanto pela evidência privada de que possui uma representação, quanto pela evidência de que pode fazer alusão à representação, isto é, apontar internamente (IF, § 258) para a sua representação, de modo a não se comprometer com a justificação do seu conhecimento que fosse uma justificação objetiva.

⁷⁶ Carnap comenta essa influência: “The thinking of our Circle was strongly influenced by Wittgenstein's ideas, first because of our common reading of the *Tractatus* and later by virtue of Waismann's systematic exposition of certain conceptions of Wittgenstein's on the basis of his talks with him” (CARNAP, Rudolf. *The Vienna Circle (1926–1935)*. In: Schilpp, P. A. (ed.). *The Philosophy of Rudolf Carnap*. La Salle: Cambridge University Press, 1963, p. 28).

⁷⁷ Tal critério também se constitui em um método, denominado *verificacionismo*, uma vez que a verificação de uma teoria científica pode se dar pelo teste da teoria na experiência, se a teoria se encontrar bem constituída segundo a linguagem empregada pela ciência. Os empiristas lógicos definiram o critério de verificabilidade através da lógica da linguagem, de modo que os termos inobserváveis, os enunciados metafísicos ou poéticos, devem ser transpostos em termos e enunciados experimentais, isto é, segundo o correlato dos termos empregados da linguagem na experiência. Assim, toda sentença apenas pode ser verificada com o recurso à experiência. Entende-se, portanto, uma sentença não-significativa se os termos dessa sentença não podem ser transpostos em termos observacionais. Ao mesmo tempo, a concepção verificacionista também cumpre o papel de critério de demarcação entre o campo da metafísica e o campo da ciência, assim como demarcação entre proposições significativas e não significativas.

identificados como uma leitura positivista do *Tractatus*. Tal interpretação incorre na asserção de que, além das estruturas gramaticais, as sentenças utilizadas devem seguir uma lógica pela qual se fazem entendidas em um sentido claro. Além de deixar de lado qualquer ambiguidade de termos em proposições, isto é, a presença de termos com sentidos diversos (polissêmicos), assim como deixar de lado termos não significativos.

Sobre a tese verificacionista, A. J. Ayer (1991) elabora uma formulação nos seguintes parâmetros: “uma tese tem significação factual para um indivíduo se, e apenas se, ele souber como verificar a proposição que a dita frase parece exprimir”⁷⁸. Nesta interpretação, encontramos relações com as proposições do *Tractatus*, como nos aforismos em que Wittgenstein afirma: “a proposição *mostra*, se for verdadeira, como algo está. E *diz que* isto *está* assim” (TLP, § 4.023), de modo que a interpretação do empirismo lógico do *Tractatus* levou a influências significativas na filosofia da ciência e filosofia da linguagem no século XX, em especial, para a posição verificacionista.

Resta a questão: o que fazer com a linguagem da expressão de sensações em primeira pessoa? Vemos que uma linguagem de sensação parece não possuir um lugar adequado para uma filosofia que possua em seu horizonte a pretensão de uma explicação para o significado linguístico e uma preocupação com a objetividade com esse tipo de linguagem especial.

O *Tractatus* de Wittgenstein, juntamente com obras de Moore e Russell, foi responsável pela virada linguística na filosofia⁷⁹, em que a preocupação com a linguagem para a resolução de problemas filosóficos se destaca. A concepção do *Tractatus* se consolida na virada linguística mediante uma rejeição dos enunciados sem referentes, por uma teoria da figuração (em um método de projeção) e da conexão isomórfica da linguagem com o mundo para a resolução do problema do significado e da elucidação do que entendemos como proposição⁸⁰.

⁷⁸ AYER, A. J. *Linguagem, verdade e lógica*. Lisboa: Presença, 1991, p. 11.

⁷⁹ BERGMANN, Gustav. Logical Positivism, Language, and the Reconstruction of Metaphysics. In: *The Linguistic Turn: recent essays in philosophical method*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p. 63.

⁸⁰ O *Tractatus* de Wittgenstein elimina a linguagem de sensações do vocabulário filosófico e

Contudo, o problema sobre a relação da linguagem com a experiência, e da linguagem com o mundo, foi reelaborado por Wittgenstein, colocando a obra *Investigações Filosóficas* e obras posteriores dentro do que Rorty chamou de uma filosofia da linguagem ordinária [*ordinary-language*]⁸¹ na virada pragmática⁸² da linguagem na filosofia.

Não obstante, o problema da linguagem e da experiência descrita mediante o vocabulário da tradição (nos termos do dualismo cartesiano, das qualidades secundárias lockeanas ou da representação kantiana), permanece distante de dar cabo da resolução do problema da experiência qualitativa da consciência. Uma vez que o estatuto epistêmico permanece relegado, respectivamente, seja à certeza da intuição imediata, da qualidade da sensação privada, ou à representação.

Nos termos apontados, o problema das expressões de sensações ou de uma “linguagem de sensação” (IF, § 243) possui três problemas correlatos, a saber: a) o aspecto privado das expressões, b) o problema da objetividade, c) a ausência de referencial objetual para o significado.

A obra de Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, fornece uma metodologia para o tratamento das expressões de sensações (como apontamos em 1; 1.2; 1.3). Destacaremos, a seguir, as respostas de Wittgenstein, considerando os três aspectos problemáticos inicialmente apontados para o tratamento de uma linguagem de sensações sobre o pano de fundo dos conceitos psicológicos. Indicados os problemas iniciais na primeira parte da presente argumentação, juntamente com as respostas de Wittgenstein,

a relega ao plano de fundo de expressões inefáveis (ou ao domínio do transcendental), uma vez que o significado de tais expressões não se encontra vinculado aos referentes na combinação da estrutura lógica da linguagem com os estados de coisas do mundo. A relação, portanto, entre a linguagem e o mundo permanece limitada em razão da teoria da figuração na linguagem e da projeção do referente como uma figura [Bild] da realidade. Assim, mediante a estrutura lógica da linguagem e sua expressão como figuras da realidade, de modo que o limite entre o significativo e o sem-sentido [Sinnlos] é traçado (TLP, § 6.1).

⁸¹ Rorty (1992) em seu compêndio “The Linguistic Turn”, se refere à filosofia da linguagem pragmática, afirmando que a entende mediante uma preocupação da filosofia pela linguagem cotidiana (ordinária) e pelos usos da linguagem situacionais. Neste aspecto, além da influência de Wittgenstein através da obra *Investigações Filosóficas*, o significado de conceitos e palavras já não se encontra atrelado a um ideal com um estatuto ontológico: o universal. Mas vinculado aos usos ordinários em *jogos de linguagens*.

⁸² Cf. RORTY, R. Preface. In: *The Linguistic Turn: recent essays in philosophical method*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

trataremos, por fim, de chegar a uma compreensão sobre a questão dos problemas expressivos dos conceitos psicológicos à luz da trajetória de Wittgenstein sobre a análise da linguagem.

2.1 Regra e prática

O *argumento da linguagem privada* descrito por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* não é um problema exclusivo das expressões sobre sensações privadas de conceitos psicológicos mediante expressões internas e introspectivas, mas que pode aparecer tanto em cada discurso filosófico quanto na linguagem ordinária.

O problema da linguagem privada, que aparece na primeira parte da obra *Investigações Filosóficas*, é percebido em um diálogo com um cético. A escolha do estilo da obra por Wittgenstein é indicada no prefácio da obra como sendo em razão da própria natureza do problema. O problema se trata de um paradoxo da linguagem, mas sua natureza implica questões que caminham desde a filosofia da matemática, lógica, gramática, até a psicologia. Muitos aforismos da obra *Investigações Filosóficas* aparecem com repetições em outras obras publicadas⁸³ postumamente pelos herdeiros literários de Wittgenstein, como em *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia e Observações sobre a Filosofia da Psicologia*.

Colocar em questão o paradoxo de Wittgenstein resultará em ressuscitar o problema como um argumento cético sobre questões de linguagem no que diz respeito às expressões de sensações e seguimentos de regras lógicas e gramaticais.

Considerando os usos de nossas palavras, o seguimento de regras gramaticais permeia todo o campo semântico pelo qual as palavras adquirem significados. Sistemas formais como a lógica proposicional e a linguagem matemática pressupõem igualmente um sistema de regras para poderem operar semanticamente. Operar semanticamente nada mais é do que elaborar proposições inteligíveis e significativas, mas, ao mesmo tempo, envolve

⁸³ Cf. MARQUES, A. Vivência e Significado. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*. 2ªed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p. 6.

operações cognitivas complexas e a sua objetividade é ditada pelas regras dos próprios sistemas, que por sua vez podem ser aferidos publicamente.

Wittgenstein entende o problema como um paradoxo ao argumento do cético ao indagar se a linguagem privada pode operar de maneira significativa com regras, igualmente privadas (IF, § 269). Wittgenstein elucida nas *Investigações Filosóficas*:

O essencial em vivências privadas não é que cada um possua seu exemplar, mas que nenhum saiba se outro tem também isto ou algo diferente. Seria, pois, possível a suposição — ainda que não verificável — de que uma parte da humanidade tenha *uma* sensação do vermelho e outra parte uma outra sensação. (IF, § 272)

O esclarecimento imprescindível sobre a questão das regras privadas, embora possua em uma primeira perspectiva algo de absurdo, é uma questão mais problemática para a filosofia e para as ciências do que se poderia conceber superficialmente. Trata-se de afirmar que a nomeação e o significado podem operar de maneira privada. O que indica que toda a regra elaborada na linguagem e em sistemas sintáticos, assim como nos usos das expressões e símbolos, pode ser substituída eventualmente por uma disposição privada.

Assim, imaginamos que um matemático decida atribuir um significado novo a um símbolo sintático de sua linguagem para a operação. Claramente, se o matemático imputa significados privados aos símbolos sintáticos, ele não estará fazendo matemática. Mas com qual critério podemos afirmar o que afirmamos? Se não considerarmos que o critério das operações é um processo que indica a possibilidade de ser aferido publicamente. Então, todas as regras da matemática poderão ser consideradas *regras introspectivas* pelo aspecto de que as regras são decididas privadamente pelo matemático ou por uma determinada comunidade científica restrita que se utiliza de regras privadas para as suas operações e investigações. Trata-se, portanto, de decidir um critério de compreensão do significado e um critério de objetividade para a linguagem em operações cognitivas.

Antes de tudo, o problema da linguagem privada se encontra intimamente relacionado com o conceito de *jogos de linguagem*, assim como os usos de conceitos psicológicos repousam na linguagem. Nas palavras de Wittgenstein:

“o termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (IF, § 23). Os jogos de linguagem estão relacionados com a própria prática normativa da linguagem, embora os jogos de linguagem possuam inter-relações íntimas (verticais e horizontais).

Os jogos de linguagem, uma vez compreendidos como atividades, possuem analogias com jogos, na medida em que os jogos possuem regras, assim, também a linguagem possui seus aspectos semânticos ao se encontrarem norteados por regras, ou seja, possui relação direta com a gramática.

A maneira como crianças aprendem uma linguagem e como pessoas adultas aprendem um novo idioma se encontra relacionada com um critério de análise de que passam a dominar um idioma na medida em que se inserem em uma atividade, ou seja, na medida em que fazem o uso de palavras; se é o caso de que se encontram aptos para seguir as regras do idioma de acordo com uma comunidade de falantes, assim, estarão jogando o mesmo jogo de linguagem.

Claramente, para a captação dos significados do idioma, assim como para a realização de atividades (isto é, da prática), é necessário o aferimento público. Para que os aprendizes se tornem capazes de jogar o jogo de linguagem, eles devem captar adequadamente as regras direcionadas para o uso, para a adequada manipulação dos usos e para a efetiva atividade⁸⁴.

Embora a linguagem não se encontre separada de operações cognitivas, o problema da linguagem privada aparece tanto em razão do aspecto semântico na linguagem quanto no aspecto cognitivo pelo qual as regras devem ser seguidas⁸⁵.

Uma regra seguida orienta-se para os seus usos nos *jogos de linguagem*. A regra deve conter uma normatividade para a aplicação futura em casos anteriormente não utilizados, indicando o seguimento da regra em situações em

⁸⁴ A incapacidade para a efetivação de práticas mais primitivas sobre a normatividade de um jogo de linguagem poderia ser denominada de cegueira para os usos dos conceitos.

⁸⁵ Destacamos que não adotamos a interpretação do “cognitismo de regras” na filosofia de Wittgenstein, pelo contrário, as noções de Wittgenstein de seguimento de regras na linguagem que se caracterizam pela normatividade possuem um fio condutor diretamente ligado à prática efetiva e aos modos de uso.

que no passado a mesma não foi aplicada por um indivíduo ou por uma comunidade. Uma linguagem que possui regras é análoga a um jogo que possui regras. Assim também, a linguagem possui uma gramática para os usos das palavras. É neste último sentido que os jogos de linguagem adquirem um caráter público, uma vez que repousam sobre regras gramaticais. Os usos devem ser inteligíveis semanticamente uma vez que adquirem um caráter intersubjetivo.

A natureza do problema pode ser compreendida conforme os seguintes aspectos:

- i) A linguagem pode ser inteligível se segue regras;
- ii) As regras pressupõem objetividade como garantias de aplicações futuras;
- iii) Imputar significados privados fere as garantias de aplicações futuras e não garantem objetividade;
- iv) Disposição para seguir uma regra envolve processos cognitivos de inteligibilidade semântica.

O problema da linguagem privada (e como o problema se constitui em um paradoxo) é em razão de que se pode acreditar estar seguindo uma regra, mas imputando privadamente uma interpretação para a regra, sem efetivamente a seguir. Assim, *querer seguir* uma regra pressupõe os processos cognitivos de inteligibilidade semântica (iv), como considerar que a regra pressupõe a garantia de aplicação em casos ainda não aplicados (iii). Pois, como questiona Wittgenstein: “não podemos imaginar uma regra que regule o emprego da regra?” (IF, § 84). Ou seja, a crença na captação do sentido da regra pode levar a uma perversão da regra.

Aplicamos regras como critérios de objetividade, mas uma vez que o *modo de se conduzir* mediante regras ferem as garantias de aplicação futura, tampouco querer seguir uma regra anterior poderá fornecer garantias de aplicações futuras. Uma vez que não haveria diferenças entre crer que se está seguindo uma regra e estar estabelecendo regras privadamente ou interpretações privadas para uma regra. Nosso problema é o de encontrar um significado para uma proposição ou expressões que foram utilizadas (aplicadas) no passado e que garanta continuidade em casos ainda não utilizados.

Como fio condutor, abordaremos como ilustração ao problema um caso hipotético. Se o escravo do diálogo *Mênon* de Platão, ao invés de seguir as orientações de Sócrates⁸⁶, imputasse regras privadas para a operação cognitiva que deveria realizar, além de não resolver o problema de maneira objetiva, tampouco estaria aos olhos de Sócrates se utilizando de inteligibilidade. Mas o escravo poderia dizer que acredita que se encontra seguindo as regras, regras que são suas (privadas).

Se o escravo afirma que quer seguir as regras que Sócrates lhe sugere, mas quando infere cognitivamente uma proposição com o termo “quadrado” entende outra figura geométrica qualquer como um objeto com funções utilitárias quaisquer, estaria contradizendo a regra? Neste caso, bastaria esclarecer o sentido da regra e o seu modo de aplicação, mas ainda temos o problema resultante em garantias de aplicação para novos casos. E se Sócrates mostra ostensivamente o quadro, procurando esclarecer o sentido do uso do termo utilizado anteriormente, e a seguir, Sócrates afirma que possui quatro lados, com o termo “quatro”, o escravo poderá imputar um conceito qualquer ao termo proferido. Então, o escravo acredita que segue as regras que Sócrates lhe sugere, no entanto, acreditar seguir uma regra não é seguir regra alguma, ao contrário, se trata de uma interpretação da regra.

O escravo não se encontra ferindo regra alguma (*i*), uma vez que em suas regras aplicadas acredita estar seguindo as orientações em seus processos cognitivos. Se o escravo se questiona a respeito da sua situação nas suas orientações, no sentido de questionar se Sócrates possui conhecimento de suas palavras, não perceberia que sua interpretação da regra se encontra ferindo a aplicação futura. Não apenas o escravo poderia atribuir uma semântica privada para a sugestão de Sócrates, como poderia acreditar que a partir de uma nova sugestão o levaria a uma semântica correta.

Imaginando que o escravo do diálogo esteja a duvidar de Sócrates, e a dúvida consista em que o sentido do primeiro uso de “quadrado”, feito por

⁸⁶ Orientação que diz que o escravo deve interpretar um quadrado na sua frente com dimensões e lados iguais. E, se dado quadrado possui os lados com base em dois pés, deve conseguir seguir a regra de ampliação para saber quantos pés os lados do quadrado devem ter para possuir a superfície de oito pés (PLATÃO. *Mênon*. São Paulo: Puc-Rio; Edições Loyola, 2001, p. 55).

Sócrates, para tratar do problema geométrico, é o mesmo que no presente no qual Sócrates sugere. Tal dúvida consiste na incerteza do escravo sobre a utilização de um termo no presente que poderia possuir um sentido diverso no passado. Sócrates poderia estar utilizando o termo “quadrado” na primeira sugestão do passado de maneira metalinguística e ferindo os princípios pelos quais a regra deve possuir garantias de aplicabilidade futura (*iii*).

Voltando à questão que concerne à aplicação de regras, a disposição para o seguimento de regras envolve a inteligibilidade (*iv*), não significa uma interpretação privada. Se o escravo do diálogo duvida de Sócrates, diríamos que adota uma postura cética a respeito do seguimento das regras. Não há como Sócrates olhar para o interior do escravo e perceber a sua disposição para seguir a orientação, tampouco se entendeu a primeira orientação a respeito do significado do quadro. E se o escravo duvida de Sócrates, tampouco Sócrates poderia dizer que com o termo “quadrado” quis dizer “o quadro que se encontrava apontando anteriormente”, pois, diria o escravo, o quadro não significa o “quadrado”. O simples fato de que para ambos há algo de ininteligível semanticamente destrói todo o caminho possível de formular a questão (*i*) a respeito da soma dos lados do quadrado ou de outros problemas hipotéticos de superfície. O grande problema se converte em uma incapacidade de significação ao “querer dizer” de Sócrates e à interpretação da regra por parte do interlocutor⁸⁷.

Tanto *iii* quanto *iv* são posturas que o cético de Wittgenstein questiona, no caso em que a regra pressuporia critérios de aplicação futura (*ii*), uma vez que a regra deveria pressupor um modo de agir em conformidade com a regra, se a regra foi compreendida inteligivelmente. Como Sócrates sabe se, quando disse “quadrado” pela primeira vez, estava se referindo a uma figura geométrica e para um caso ainda não aplicado o termo ainda teria validade? E como o escravo poderia saber que se tratava disso? A figura poderia ser apontada ostensivamente.

⁸⁷ A presente exposição não representa uma perspectiva a respeito do problema filosófico da “mente” no diálogo platônico, mas uma elucidação do problema de seguir regras presente em *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, trata-se de uma analogia para a descrição dos próprios aspectos metodológicos de Wittgenstein.

Mas uma vez que não foi indicado, ou se a indicação ostensiva não foi compreendida, nada da vida mental de Sócrates e do seu interlocutor poderá apontar objetivamente para o sentido originário (pelo qual se referiam a uma figura e à compreensão semântica seguida pelo interlocutor de Sócrates em um primeiro momento). Embora o escravo tente seguir a regra de uma sugestão inicial, poderá pensar que Sócrates mudou privadamente o aspecto semântico.

Disposição para seguir uma regra envolve inteligibilidade semântica, mas a disposição para seguir uma regra como uma disposição de crença na captação da inteligibilidade equivocada conduz para a ausência de regras, e por consequência, a ausência de objetividade, assim como o campo permanece aberto para “regras que regulem o emprego da regra” (IF, § 84). Chamaremos esta última concepção de tese *disposicional* do cético, uma vez que toda a resposta presente e futura se encontra relacionada com a disposição na interpretação.

A argumentação de Wittgenstein em *Investigações Filosóficas* é contrária à tese do significado meramente através da ostensão. Uma teoria ostensiva se ligaria com a experiência e possuiria uma garantia para a verificação pública, na medida em que se puder apontar para os seus objetos e os nomear. Nas palavras de Wittgenstein, trata-se de um “ensino ostensivo das palavras” (IF, § 6), mas a definição ostensiva para os usos de palavras, conceitos e expressões em geral, deve pressupor regras que indiquem o lugar que as palavras que não possuam referentes devem ocupar em um jogo de linguagem.

Em uma linguagem apenas ostensiva, *apontar* para a qualidade de uma sensação não seria possível (*designar* a qualidade da sensação privada). A explicação sobre como chegamos a um nome que denominasse a qualidade de uma sensação sem o referente permaneceria misteriosa, uma vez que o portador para a denominação não pudesse ser apontado de maneira ostensiva. São as observações da regularidade de um jogo de linguagem da ostensão que permitiriam, neste último caso, ver os casos nos quais a prática da linguagem torna os conceitos inteligíveis semanticamente.

Se a tese para o significado linguístico fosse constituída unicamente pela cláusula da ostensão, em que apenas palavras com referentes seriam significativas. Então, se uma qualidade de sensação que possamos (vir a)

nomear ostensivamente (apontando) e, em seguida, nomeá-la com uma consequente expressão, ainda nos restaria uma questão em aberto, a saber, expressões que utilizamos como significativas, mas que não possuem referentes: conceitos psicológicos⁸⁸. Tais expressões são utilizadas, porém, não segundo uma ostensão, conforme sugere Wittgenstein: “como acabamos usando uma expressão como ‘eu creio’...?” (OBFP1, § 62), como chegamos ao conceito de crença? (OBFP1, § 63–64) Ao imaginarmos certos cenários nos quais pudéssemos utilizar outros conceitos para expressar certos significados de disposições que são fenômenos internos, ostensivamente, a linguagem se limitaria a alguns poucos lugares-comuns de objetos e conceitos que pudessem ser apreendidos por meio da indicação ostensiva. Em outras palavras, a regra para chamar um fenômeno de “crença” em detrimento de outro não existiria no léxico de tal jogo de linguagem.

O mesmo se aplica aos casos nos quais Wittgenstein trata de processos mentais e das sensações privadas. Wittgenstein afirma:

Nosso paradoxo era: uma regra não poderia determinar um modo de agir, pois cada modo de agir deveria estar em conformidade com a regra. A resposta era: se cada modo de agir deve estar em conformidade com a regra, pode também contradizê-la. Disto resultaria não haver aqui nem conformidade nem contradições. (IF, § 201).

Saul Kripke comenta⁸⁹ a respeito destas nuances do paradoxo em uma argumentação da aritmética. O argumento cético a respeito do seguimento de regras impede a aplicação do presente, uma vez que a regra é questionada sobre o passado. E se a regra foi interpretada de um modo no passado de maneira privada, nenhum resultado para o problema aritmético poderia ser inteligível no sentido de estar em conformidade com a regra no presente e no futuro. Dada uma circunstância passada em que se interpretou a regra, nada no presente poderá fornecer garantias de aplicação futura, uma vez que não estaríamos aptos a assumir que a regra deve possuir aplicações que ainda não fizemos.

⁸⁸ Imaginemos aqui, como recurso, o caso de uma criança picada por um inseto, mas que ainda seja incapaz de nomear a própria dor, por não ter aprendido um termo correspondente às sensações de dor.

⁸⁹ KRIPKE, S. *Wittgenstein a propósito de reglas y lenguaje privado*. Madrid: Tecnos, 2006.

Ou seja, para uma determinada situação diferente, a regra deve prescrever uma maneira de lidar com a situação que emerge. Sobre este paradoxo a respeito do “cético para significados” [*skepticism about meaning*]⁹⁰ na tese disposicional do cético, o argumento de Kripke (2006) pode ser compreendido como um paradoxo do seguimento de regras. O Wittgenstein de Kripke a respeito do seguimento de regras rejeita as condições de verdade como alcançáveis, assim como rejeita a condição do cético em aceitar as expressões sobre o “querer dizer” do seu interlocutor nas referências sobre o passado.

Não obstante, o problema, ao ser colocado nos termos das *Investigações Filosóficas*, concernente à linguagem de sensações, também diz respeito aos dados sensoriais [*sense data*]. Indica que os dados da experiência permanecem privados e a qualidade da sensibilidade é retida. Nagel (2005) possui uma analogia com a irredutibilidade dos fenômenos da experiência em seu artigo “*Como é ser um morcego?*” (1974). A proposta de Nagel não é de fornecer uma explicação de resolução do problema, mas esclarecer que os dados sensoriais e o fenômeno de possuir processos mentais são condicionados ao sujeito (a consciência dos dados sensoriais de um indivíduo). Assim, a experiência da consciência torna o problema intratável e firma que “há algo que seja *ser* como aquele organismo”⁹¹ que possui a experiência qualitativa de seus dados sensoriais, assim como para as interpretações privadas de regras. Contudo, os dados permanecem privados, pois, ao que indica, não temos como nos colocar no lugar de um organismo que possua dados sensoriais para então saber como é a qualidade dos dados sensoriais para o organismo, nas palavras de Nagel: “o caráter subjetivo da experiência”⁹².

Uma das características suscitadas pelo artigo de Nagel em relação ao problema dos processos mentais e do caráter privado das intenções é a indicação de que uma definição precisa desses processos, ou seja, de um processo mental, pressupõe uma vivência individual e subjetiva daqueles respectivos processos “internos”. Deste último aspecto surge a dificuldade em

⁹⁰ SOAMES, S. Skepticism About Meaning: Indeterminacy, normativity, and the rule-following paradox. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 8, n. 23, p. 211–249, 1997.

⁹¹ NAGEL, Thomas, 2005, p. 247.

⁹² Ibid., p. 247.

definir o que é a “experiência mental” propriamente, pois uma investigação do mental carrega consigo uma experiência fenomênica dos estados internos eminentemente subjetivos. Que, por sua vez, não devem ser afastados da investigação, já que formam o núcleo do que é ser *como* algo que possui uma experiência interna. Assim, a investigação do que é uma experiência mental nos conduz para a noção de que uma experiência, antes de tudo, é a experiência de um indivíduo singular.

A crítica de Nagel faz referência direta à redução do significado através do critério de verificação empírica na tese do empirismo lógico. Tal crítica conduz à ressalva de que a dificuldade não é apenas teórica, conduz para o argumento de que as expressões sobre sensações não podem ser reduzidas aos seus referentes empíricos. Já que as expressões de sensações exprimem fenômenos qualitativos de uma experiência subjetiva inacessível para a observação e verificação empírica.

Assim, o problema da investigação para o desenvolvimento de uma teoria do funcionamento da mente, da definição da mente (processos mentais), assim como para uma teoria do significado, carrega consigo o problema da experiência subjetiva. Encontramo-nos diante de uma dificuldade explicativa, e a justificativa dessa dificuldade é a seguinte: ser *como* algo (um organismo) envolve um aparato fenomênico. Tal aparato deve constituir as experiências da percepção dos indivíduos (sejam quais forem).

Com rigor, saber como é a mente de um ser envolve uma descrição do seu aparato para os fenômenos da experiência e, portanto, uma teoria do funcionamento desse aparato como explicação, assim como critérios de uso para as expressões de conceitos psicológicos sobre as experiências em primeira pessoa.

A compreensão do aparato fenomênico de um organismo pressupõe, para qualquer sujeito que o descreva, a mediação do seu próprio aparato, isto é, de um sujeito com uma vida mental distinta. O que representa um obstáculo à explicação da natureza daqueles processos internos. Se a justificação do conhecimento sobre a qualidade perceptiva de um organismo requer objetividade, então seria necessário que a experiência qualitativa em questão fosse reproduzível por outros sujeitos. Como esse não é um caso possível, a

descrição estaria inevitavelmente distante de uma representação objetiva, permanecendo circunscrita a um aparato subjetivo incapaz de substituir a vivência do organismo que se pretende descrever.

O problema suscitado pode ser interpretado como um problema do limite fenomênico dos processos mentais que não sejam os “nossos processos” e dos limites das expressões que se referem a tais processos. Tal concepção não leva para um solipsismo, mas carrega consigo um fantasma do dualismo, salvo pelo motivo de que as experiências não são incomunicáveis, uma vez que podem ser comunicadas expressivamente em uma linguagem. O problema que surge é de uma lacuna para o significado das expressões. A respeito das dificuldades da inteligibilidade para uma linguagem privada, encontramos sugestões no escrito de Wittgenstein publicado postumamente por Rush Rhees em *Notes for Lectures on “Private Experience” and “Sense Data”*:

No nosso jogo de linguagem privado, parecia que tínhamos dado um nome para uma impressão — com a finalidade, é claro, de usar o nome para essa impressão no futuro. A definição, isto é, deveria ter determinado em que ocasiões futuras para qual impressão usar o nome, e para qual não o usar (Wittgenstein, 1968, p. 291, tradução nossa).

Nossos processos internos e a nomeação de experiências privadas são possíveis de serem concebidos sem a necessidade de um aparato físico totalmente descrito, ou mediante uma substância como a *res cogitans*. Assim, podemos tratar da qualidade de um aparato perceptivo como um fenômeno não-espacial, embora não estejamos livres de dificuldades, uma vez que não estaríamos resolvendo o problema relativo à referência da expressão. Portanto, possuímos dois problemas fundamentais: um do campo epistêmico e outro do campo do significado. Respectivamente, o primeiro diz respeito à relação entre a mente e o corpo e em outros indivíduos na perspectiva de Nagel⁹³, ou seja, a natureza desses processos de maneira objetiva, e o da descrição das expressões das vivências subjetivas (embora não possamos compreender uma expressão sem recorrer aos nossos próprios processos). O segundo diz respeito

⁹³ A posição de Nagel (2005) se alinha com a perspectiva de teses neo-dualistas na medida em que insiste que o caráter das experiências subjetivas não pode ser reduzido aos aspectos exclusivamente físicos (materiais). Reconhece a limitação das investigações e das propostas reducionistas, mas não advoga uma ontologia substancialista sobre o mental.

aos aspectos da indeterminação do significado e de se possuir uma certeza apodítica de que as expressões de sensações psicológicas sejam compartilháveis de modo inteligível. Esta última é a questão que pode ser elucidada por meio dos aspectos metodológicos endereçados por Wittgenstein.

A proposta de teses reducionistas desvia-se do problema em não conferir sentido ao fenômeno da experiência subjetiva. Assim como Nagel, J. Levine aponta a “lacuna explicativa”⁹⁴ como o cerne do problema⁹⁵.

O mesmo aspecto do problema apontado por Nagel (2005) aparece na colocação de Wittgenstein sobre o fenômeno das experiências privadas e da dificuldade em aferir a qualidade da experiência. No sentido de uma experiência apreendida *como* pertencente a um sujeito e da maneira pela qual o sujeito experimenta qualitativamente os seus respectivos dados sensíveis. Contudo, a posição de Wittgenstein nos leva a duvidar das expressões de sensações individuais ao incluir o uso de conceitos psicológicos nas alegações de sensações, experimentação e a qualidade da sensibilidade apreendida privadamente. Afirma Wittgenstein:

A dificuldade é que sentimos que dissemos algo sobre a natureza da dor quando dizemos que uma pessoa não pode sentir a dor de outra. Talvez não devêssemos estar inclinados a dizer que havíamos dito algo fisiológico ou mesmo psicológico, mas algo metapsicológico, metafísico. Algo sobre a essência, a natureza da dor, em oposição às suas conexões causais com outros fenômenos (Wittgenstein, 1968, p. 277, tradução nossa).

A posição de Wittgenstein na obra *Investigações Filosóficas* e em seus escritos póstumos, ao contrário das considerações do *Tractatus*⁹⁶, não trata do

⁹⁴ LEVINE, J. Materialism and Qualia: The Explanatory Gap. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 64, 1983, p. 354-361.

⁹⁵ Tal problema promove uma bifurcação entre a qualidade da experiência, ou seja, o conteúdo percebido (o objeto da percepção) e o objeto existente independente da percepção. No entanto, teses reducionistas, ao proporem a eliminação do fenômeno da experiência subjetiva, eliminam juntamente consigo as expressões de sensações em primeira pessoa, assim como um vocabulário sobre os processos internos. A respeito da literatura de teses sobre a eliminação de conceitos psicológicos vinculados às expressões em primeira pessoa. Ver: Churchland, Paul M. Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes. *The Journal of Philosophy*, Vol. 78, No. 2, 1981, pp. 67-90.

⁹⁶ Se no *Tractatus* a linguagem era uma figura da realidade, em seus escritos póstumos Wittgenstein nos dirá que a linguagem não é um espelho que possa projetar o mundo. Tratar da linguagem como no *Tractatus*, mediante um modo de figurar (espelhar) a realidade, traz consigo um modo de confusão conceitual. Trata-se de uma tentativa de apreender a natureza, ou seja, a

significado linguístico de modo *essencialista*, mas indica as falsas imagens: “(...) falamos talvez de uma assimetria no nosso modo de expressão e olhamos para isso como uma imagem espelhada da natureza das coisas” (Wittgenstein, 1968, p. 277, tradução nossa). Ainda, o essencial não possui um critério unívoco, assim, não passa de uma falsa noção a procura por uma forma subsistente aos conceitos, trata-se de uma metáfora pela qual somos tentados a acreditar.

Como fator conclusivo na questão do significado das expressões em primeira pessoa, no que concerne às expressões que carregam consigo conteúdos indicativos de uma qualidade da experiência. O significado da expressão característica repousa nos modos de uso de uma expressão, e tais modos de uso nos jogos de linguagem são organizadores das expressões, assim, o uso é decorrente de práticas, ou seja, de uma forma de vida (IF, § 19). Percebemos a contingência de uma expressão ao analisarmos a quantidade de palavras que admitem a polissemia em um idioma, assim como a quantidade de usos possíveis para os mesmos conceitos em jogos de linguagens que poderiam ser concebidos. Deste modo, a organização é definida pela prática.

Mas no que nos auxilia na resolução do problema da linguagem privada e na dúvida sobre as expressões de sensações ao conceber os significados de modo pragmático? Permanece oculto, embora se possa conjecturar, se as nossas considerações sobre nossas expressões ordinárias, da qualidade de nossas experiências, são significativas do mesmo modo por outros falantes. Se a postura de Nagel (2005) exige que saibamos *como* é ter a qualidade de uma experiência e o significado de uma expressão que descreva a experiência, seja a descrição correta, encontramos o problema sobre o significado da expressão, da sua referência e de sua objetividade.

O cético para significados irá encontrar objeções para a expressão característica da qualidade de uma experiência: se afirmarmos que temos uma evidência interior. Se com uma expressão queremos nos referir a uma sensação especial, o sentido da expressão utilizada é a qualidade da sensação que o sujeito que a expressa na linguagem quer *indicar internamente*.

essência da palavra mediante uma postura *a priori* ou mediante a qual uma figura deveria estar vinculada essencialmente a um conceito (IF, § 115).

Contudo, Richard Rorty comenta⁹⁷ que, embora o problema não desapareça, tratar da linguagem e dos conceitos que utilizamos como detentores de uma essência prejudica a investigação, por permanecer o vago sentido de que a qualidade dos processos mentais seja tratada como uma substância independente do corpo: como qualidade de uma entidade não-espacial. Tal modo de hipostasiar os conceitos ao tratar os universais como particulares substanciais causa problemas categoriais⁹⁸, como afirma Ryle (2005).

As imagens figuradas que demonstram algo sólido, rígido e subsistente por trás do significado de nossas proposições, ou uma *forma lógica* que condicionasse toda a verdade das demais proposições verdadeiras e com significado. Estas permanecem no plano de um discurso que carrega consigo uma imagem das nossas expressões que não considera a organização das expressões significativas pautadas nas próprias práticas. Conduzem para a utilização de metáforas visuais sobre a essência das palavras que são causa da ilusão de que espelham a realidade⁹⁹.

A posição de Rorty sobre epistemologia e linguagem, assim como a posição de Wittgenstein, indica que abandonar as imagens significa abandonar as convicções de que a linguagem seja espelho da realidade. Deste modo, as considerações sobre a linguagem, assim como os conceitos expressos por meio dela, já não permanecem ligados a um tratamento essencialista. Mas adquirem um caráter pragmático na elucidação de que os significados dos nossos conceitos, das palavras e das expressões que tratam de sensações são parte de um jogo de linguagem, é neste aspecto que se reconduz o emprego metafísico para o uso “cotidiano” (IF, § 116).

O problema para o significado das palavras vinculadas às expressões de sensações não se trata apenas de uma aparente carência da teoria do significado ou da carência de um maior desenvolvimento da linguística como ciência. Trata-se de posições filosóficas sobre os modos de interpretação de operações cognitivas e dos usos de expressões psicológicas que indicam

⁹⁷ RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁹⁸ RYLE, Gilbert. *El concepto de lo mental*. Barcelona: Paidós, 2005.

⁹⁹ Ainda, segundo Rorty (2005), a promessa feita por Platão de que é tarefa da filosofia alcançar a certeza e o conhecimento certo mediante uma metafísica, conduziu as considerações filosóficas a caminhar perante a inevitável hipostasia de conceitos.

experiências subjetivas. Mas, tratar de nossas expressões como pertencentes a um campo semântico contingente nos permite considerar maneiras de abordar o problema e mensurar as condições de inteligibilidade¹⁰⁰ para as expressões de modo pragmático, ou seja, vinculados aos usos dos conceitos e regularizados por uma história natural humana.

Se as expressões de sensações são problemáticas do ponto de vista do dualismo, por considerar que a mente e todas as qualidades da experiência sensível estariam vinculadas à substância não-espacial, reside a dificuldade em encontrar o correlato significativo para expressar as experiências privadas de maneira objetiva. Como consequência, a epistemologia não poderia mais do que descrever os problemas como sendo um problema: da ausência de uma linguagem objetiva e não ambígua. Esta última, que limita o conhecimento sobre as experiências, assim como das condições para alcançar uma descrição plausível da substância não espacial que constitui o que há de substancial no homem. Em outras palavras, para o conhecimento, caberia apenas uma apresentação do problema e não uma resolução.

O problema que persiste nas teses *disposicionais* céticas¹⁰¹, nas teses neo-dualistas e nas teorias das representações é o problema na evidência privada, tanto para expressões de atitudes intencionais, quanto em não encontrarem uma linguagem que garanta objetividade¹⁰² ao significado em expressões que dizem respeito às qualidades da experiência. Tais qualidades transpostas em expressões da linguagem que possam garantir uma aplicabilidade no presente e que possuam um critério de aplicação futura. Do mesmo modo, permanece a questão da justificação do conhecimento sobre a

¹⁰⁰ A noção kantiana de “condições de possibilidade” (Kant, 1988, p. 101) do conhecimento deve ser distinguida do uso presente de condições de inteligibilidade. Uma vez que a inteligibilidade para expressões, compreendida de modo pragmático, não pressupõe uma antecipação metafísica *a priori* que ocupe o lugar do significado em expressões. Tampouco se encontra relacionada com a perspectiva de uma *forma lógica* (TLP, § 2.18), outrora defendida por Wittgenstein no *Tractatus*, que *mostra* a identificação entre linguagem e a forma da realidade.

¹⁰¹ Soames (1997) em seu artigo *Skepticism about meaning*, apresenta duas perspectivas críticas das teses disposicionais céticas para a interpretação da posição do interlocutor cético de Wittgenstein. Ele apresenta uma versão da tese de Kripke e uma versão para a de Quine.

¹⁰² Ainda, tratar de conceitos como hipostasiados em uma imagem, como a teoria da linguagem presente no *Tractatus* de Wittgenstein e em teses positivistas, conduz: seja ao vazio referencial e inefabilismo para as expressões de atitudes intencionais, seja para a redução ou eliminação das proposições de sensações. Uma vez que não se encontra um referente público para a indicação da expressão.

evidência apenas pela experiência da consciência subjetiva e expressada linguisticamente em primeira pessoa.

Exposto o problema sobre a linguagem privada apontado por Wittgenstein e o aparente psicologismo que se encontra presente no argumento, vimos que a resolução possível para a normatividade do significado reside na prática linguística propriamente dita. Sem, contudo, apelar para a necessidade de uma hipostasia a respeito da “qualidade da experiência interna” que acompanha uma expressão característica de um conceito psicológico em primeira pessoa. Na próxima seção da argumentação, iremos expor os problemas concernentes aos aspectos da linguagem: a) objetividade e ausência de referência, e b) dúvida sobre o significado.

2.2 O problema da objetividade das expressões de sensações

O problema sobre a objetividade do significado para expressões de sensações envolve, em um primeiro plano, a dúvida sobre as expressões na linguagem sobre o mental, tais como os processos cognitivos que envolvem a interpretação e as expressões de atitudes epistêmicas (crer, desejar, etc.), assim como para a qualidade das experiências. A dúvida para o significado nas expressões de conceitos psicológicos se dá em razão da natureza da questão: a) a privação qualitativa das experiências e b) significado ausente de referência empírica. Assim, as privações para os usos das palavras careceriam de objetividade se não é possível aferir ou indicar as expressões sobre os cenários “internos”, tampouco uma teoria do significado ostensivo, que Wittgenstein identifica como a “concepção agostiniana da linguagem” (IF, § 4), não resolve o problema para o significado das expressões de sensações que carregam consigo conceitos psicológicos.

A razão pela qual a ostensão não poderia fornecer uma teoria do significado em geral sobre as expressões de sensações envolve um limite pelo qual todo o léxico de uma linguagem ostensiva pressupõe substituir o objeto por um nome. Wittgenstein destaca que “dar nome a algo é semelhante a afixar uma etiqueta em uma coisa” (IF, § 15). No entanto, não se responde à pergunta sobre como chegamos a significar conceitos sem referência, como conceitos para sensações e proposições vinculadas aos usos psicológicos, uma vez que o

conceito não denota um objeto.

Contudo, Wittgenstein não pretende derivar uma teoria da linguagem agostiniana, mas indica desde *Investigações Filosóficas* que se trata de uma concepção tradicional em conceber o significado da linguagem através da ostensão. Assim, Wittgenstein indica que a visão agostiniana da linguagem (IF, § 1) envolve uma *imagem* de como a linguagem funciona e de como o significado é adicionado aos objetos de maneira essencialista. Portanto, a crítica de Wittgenstein se direciona para as concepções nas quais o significado *vem a ser* entendido como uma essência da linguagem, e tal crítica também é direcionada para o *Tractatus*.

A noção comum do significado da linguagem por ostensão, juntamente com a crítica de Wittgenstein, conduz para a compreensão de que a essência da linguagem não é unívoca. A ostensão ocupa um papel nos jogos de linguagem, mas o significado não envolve uma figura pela qual o significado possa operar sozinho.

Do mesmo modo, a ideia de uma univocidade aparece nas mais variadas formas na história da filosofia¹⁰³. A ideia da construção de uma linguagem formal que indicasse os referentes de maneira não problemática conduz para uma interpretação da linguagem como um espelho da realidade. Assim como a visão do empirismo lógico com as noções pelas quais fosse possível a distinção entre proposições significativas e não significativas, justamente pela concepção de que as sentenças são combinações de nomes que indicam os referentes dos objetos como estados de coisas (TLP, § 2.201). Sobre este aspecto, afirmara M. Schilick:

Se uma proposição disser alguma coisa acerca da realidade — e, somente se isto acontecer, a proposição encerra um conhecimento — deve ser possível, mediante a observação da realidade, constatar se a proposição em pauta é verdadeira ou falsa. Se, por princípio, não existir tal possibilidade de verificação, deve-se afirmar que uma tal proposição nada diz, é inexpressiva, não pode encerrar nenhum conhecimento sobre a natureza (SCHILICK, 1975, p. 26).

Vemos haver uma relação comum entre a interpretação agostiniana da

¹⁰³ Assim como tal visão aparece nas obras de Frege, Russell e do próprio Wittgenstein no *Tractatus*.

linguagem e as teorias da linguagem encontradas no primeiro movimento da virada linguística na filosofia. Tal relação indica não apenas o princípio da verificação do empirismo lógico, como também uma exigência pela qual a linguagem representasse a realidade, e do mesmo modo, aferir critérios cognitivos para a distinção entre proposições com sentido e proposições sem referentes.

Se em um primeiro momento o problema com uma linguagem de sensações conduz para a ausência de referentes, negando a visão agostiniana da linguagem, Wittgenstein nos indica caminhos a serem percorridos para uma visão panorâmica sobre os usos dos conceitos:

Uma fonte principal de nossa incompreensão é que não temos uma visão panorâmica do uso de nossas palavras. — Falta caráter panorâmico à nossa gramática. — A representação panorâmica permite a compreensão, que consiste justamente em "ver as conexões". Daí a importância de encontrar e inventar *articulações intermediárias* (IF, § 122).

Uma visão transparente possibilitaria uma clareza [*Uebersichtlichkeit*] maior sobre os significados nos usos efetivos, tanto filosóficos quanto ordinários, sobre as expressões de sensações. O problema de uma linguagem privada, uma vez que o critério da ostensão é deixado de lado, permanece em aberto no que concerne aos conceitos psicológicos expressos em primeira pessoa.

Contudo, como uma linguagem que contenha expressões de sensações poderá aferir o significado sem os respectivos objetos? A pergunta sobre a ostensão é norteadada por uma investigação sobre os usos dos conceitos nos *jogos de linguagem*. E o problema sobre uma linguagem privada nas expressões sobre sensações e da sua objetividade poderá ser analisado mediante tais relações entre jogos de linguagem.

G. Baker (2004) afirma não haver uma relação direta entre o dualismo cartesiano no argumento da linguagem privada de Wittgenstein, tampouco na relação da perspectiva de Wittgenstein com a de G. Ryle. Permanece um "aspecto negligenciado"¹⁰⁴ na interpretação do argumento por parte da tradição da filosofia anglo-saxônica, uma vez que o cético para significados de

¹⁰⁴ BAKER, Gordon. The Reception of the Private Language Argument. In: *Wittgenstein's Method: Neglected Aspects*, 2004.

Wittgenstein que argumenta (nos parágrafos: IF, § 242-315)¹⁰⁵ sobre os critérios para a objetividade, questiona mais sobre critérios para o significado do que para uma interpretação do mental¹⁰⁶. Ainda, Baker identifica que o problema da linguagem privada se encontra relacionado com as teorias da linguagem, assim como com os critérios de significado, tais como o verificacionismo do empirismo lógico e em sistemas formais da linguagem de Frege e Russell. G. Baker afirma que as interpretações que procuram demonstrar uma *redução ao absurdo* se pautam em uma interpretação comum em que:

Cada pessoa dá a si mesma uma espécie de definição ostensiva privada, concentrando sua atenção em uma experiência particular, e depois faz o uso da palavra que acaba de definir para descrever sua própria vida interior (§§ 243, 256, 258). A *reductio* consiste na demonstração de que a própria ideia de uma definição ostensiva privada não tem sentido porque a pessoa que fala uma língua privada (o “telefone privado”) carece de um padrão genuíno para distinguir o uso correto da palavra de seu uso incorreto (BAKER, Gordon. *The Reception of the Private Language Argument*. In: *Wittgenstein's Method: Neglected Aspects*, 2004, p. 119, tradução nossa).

A posição de Baker, portanto, sugere que o argumento da linguagem privada se relaciona com uma falta de clareza de uso para as expressões de sensações, ao contrário das interpretações de cunho dualista que levam a uma resolução *pro-redução*. Contudo, seja o problema sobre a objetividade da linguagem, seja um problema que envolve um dualismo, são problemas perenes que podem ser encontrados nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein e em seus escritos sobre a filosofia da psicologia. Antes de analisarmos as posições interpretativas, iremos expor o problema encontrado nas *Investigações Filosóficas* nos casos que interessam, isto é, nos casos que tratam diretamente sobre a objetividade e referência, que fazem alusão direta aos fenômenos das experiências subjetivas.

A interpretação de S. Kripke (2006) caminha para a posição que Baker (2004) define como um *reductio* do argumento. Uma vez que Kripke faz uma relação entre atribuir significados para símbolos matemáticos privadamente com

¹⁰⁵ Ibid., p. 117.

¹⁰⁶ Não consideramos na presente dissertação que o aspecto não seja negligenciado, como quer Baker, mas consideramos, ainda, que a interpretação de Ryle, Kripke e Quine sobre os fenômenos mentais seja de interesse para a exegese das obras de Wittgenstein.

a nomeação de sensações privadas, em que o significado careceria não apenas de referentes, mas também, a imputação de um significado privado seria a causa de uma relativização dos usos conceituais. Assim como para a posição de Quine, Baker sugere que coincide com o Wittgenstein de Kripke por defender que não existiriam fatos sobre o significado, uma vez que os fatos se tratam de referentes para os significados. De acordo com Baker, a posição de Kripke e Quine coincide na interpretação sobre a redução. Do mesmo modo, Soames (1997) possui críticas sobre a posição de Quine e Kripke a respeito da ausência de fatos para o significado de uma expressão de sensação¹⁰⁷. Vejamos se as posições de Quine e Kripke são redutivas, como quer Baker sobre o problema da objetividade.

O problema da linguagem privada perpassa um caminho nas *Investigações Filosóficas* (analisaremos os parágrafos §243-§315) que trata sobre o seguimento de regras¹⁰⁸ e as expressões de sensações. Wittgenstein questiona:

Mas seria também pensável uma linguagem na qual alguém pudesse, para uso próprio, anotar ou exprimir suas vivências interiores — seus sentimentos, seus estados de espírito? — Não podemos fazer isto em nossa linguagem costumeira? — Acho que não. As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber; às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois, não pode compreender esta linguagem (IF, §243).

Wittgenstein afirma que a utilização da metáfora de indicar internamente no sentido de “apontar para uma sensação” (IF, § 358) carrega consigo uma distinção entre o que seria um apontar externo e um apontar interior. Não se pode dizer de alguém que aprendeu a sentir dores, pois afirmamos que alguém possui dores e não que aprendeu a sentir suas próprias dores, ou seja, aprendemos a comunicar uma sensação, mas para isso há de haver uma regra para a utilização de uma palavra. Wittgenstein afirma que, quando construímos

¹⁰⁷ Tanto a crítica de Soames quanto a crítica de Baker são consideradas no desenvolvimento da presente dissertação sobre o argumento da linguagem privada em Wittgenstein. Contudo, julgamos que a compreensão das posições interpretativas de Quine, Kripke e Ryle seja de importantes elucidações ao problema.

¹⁰⁸ A interpretação de Kripke trata exclusivamente sobre regras, embora outros intérpretes como Soames (1997), Baker (2004), Quine e Ryle, tratem de mostrar outras implicações ao problema.

uma expressão de sensação segundo a gramática da designação da ostensão, na qual a palavra substitui o objeto, então o objeto na construção da expressão da sensação permanece sem relevância (IF, § 293). Nas palavras de Wittgenstein:

O paradoxo desaparece apenas quando rompemos radicalmente com a idéia de que a linguagem funciona sempre de *um* modo, serve sempre ao mesmo objetivo: transmitir pensamentos — sejam estes pensamentos sobre casas, dores, bem e mal, ou o que seja (IF, § 304).

A forma da expressão da sensação possui um correlato com a forma da expressão da ostensão. Neste aspecto formal, somos tentados a afirmar que o significado da expressão ostensiva repousa sobre a designação do objeto, assim como o significado do termo da sensação repousa sobre a indicação interna da representação subjetiva. No limite das comparações, podemos perceber que a designação do último caso é inacessível, mas também percebemos o emprego da palavra de acordo com uma determinada atividade de construção.

Outro problema ainda reside no parágrafo § 201 das *Investigações Filosóficas*. A este problema há posições interpretativas que afirmam que o parágrafo resolve o problema do seguimento de regras para a interpretação do significado de expressões, mas também permanecem problemas sobre o argumento cético sobre seguir regras e determinar o significado.

A posição de Kripke trata-se da indeterminação para a aplicação de um significado para um termo, uma vez que o termo é empregado em casos ainda não utilizados anteriormente. Assim, um novo caso requer uma regra para a aplicação. O que causa o paradoxo é se a regra não determina uma aplicação, assim como sabermos se a regra se refere a uma aplicação nova. Do mesmo modo, as expressões sobre sensações devem possuir regras para a aplicação, que Kripke identifica com uma gramática para a semântica de uma linguagem formal, relacionada com a gramática para os usos das expressões. A solução de Kripke se pauta em reduzir a imputação privada ao absurdo, uma vez que não há fatos que determinem uma aplicação futura, tampouco o cético aceitaria um significado utilizado no passado, ou seja, o significado de expressões utilizadas não esgota as aplicações não realizadas.

A interpretação de Quine (1968) não necessariamente se enquadra como

uma resposta ao problema da linguagem privada, mas encontra-se relacionada com a perspectiva pela qual não há uma univocidade para as expressões de uma linguagem e de sua tradução para outra. Assim, Quine elabora a tese da *intradutibilidade entre sistemas teóricos*, ou seja, da impossibilidade de tradução de um sistema linguístico para outro. Do mesmo modo, a perspectiva de Quine sobre a subdeterminação de teorias pela observação carrega consigo implicações que levam a tradução de teorias a serem incompatíveis¹⁰⁹. Wittgenstein propõe questões similares:

Imaginemos uma tabela que exista apenas em nossa imaginação; algo como um dicionário. Por meio de um dicionário podemos justificar a tradução da palavra X para a palavra Y. Mas devemos chamar isto também de justificação, se esta tabela é consultada apenas na imaginação? — “Ora, trata-se então de uma justificação subjetiva.” — Mas a justificação consiste em que se apele a uma instância independente. — “Mas posso também apelar para uma recordação partindo de outra. Não sei (por exemplo) se guardei corretamente o horário de partida do trem e, para o controle, evoco a imagem da página do livro de horários. Não temos aqui o mesmo caso?” — Não, pois esse processo deve verdadeiramente provocar a recordação *correta*. Se não precisasse *comprovar* a exatidão da imagem mental do livro de horários, como poderia esta comprovar a exatidão da primeira recordação? (Como se alguém comprasse vários exemplares do jornal do dia, para certificar-se de que ele escreve a verdade.) (IF, § 265).

Quine nos leva a imaginar duas linguagens e manuais que seriam utilizados para traduzir palavras e sentenças de uma linguagem para outra. A questão sobre o significado de uma palavra pode ser entendida através do emprego em *sentenças de ocasião*, sentenças em que ocorre o emprego de uma determinada palavra. Neste último tipo de sentenças poderão ser obtidos dados observacionais para o significado da palavra. Aprendemos uma palavra de uma linguagem com um significado por meio da observação de comportamentos. Esse aspecto da teoria de Quine se liga ao behaviorismo pela ênfase do significado de uma palavra ou sentença não pela explicação (internalista) da experiência que a palavra indica, mas pela observação comportamental das ocasiões nas quais uma palavra é empregada e seguida de um comportamento observável. A tese da indeterminação da tradução de Quine parte da noção de

¹⁰⁹ Quine, W. O. Traducción y significación. In: Quine, W. O. In: *Palabra y Objeto*. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

que os empregos das palavras podem ser determinados pela observação comportamental, e estes ligados aos dados dos sentidos, isto é, aos estímulos onde a sentença é empregada. Assim, há uma subdeterminação do significado pela observação.

O que torna problemática a noção de Quine sobre a subdeterminação se segue pela concepção de que nenhuma observação pode determinar o significado em uma teoria da tradução de maneira correta. Uma vez que a tradução de palavras ou sentenças de uma linguagem para outra envolve a observação comportamental sobre as ocorrências. Os comportamentos para ambas as linguagens também podem diferir se as linguagens pertencem a comunidades distintas com seus respectivos comportamentos distintos. Do mesmo modo, o que ocasiona a indeterminação da tradução se encontra ligado à subdeterminação do significado pelo critério de observação e evidência empírica, e os significados utilizados em uma comunidade de falantes vão muito além da evidência possível pela observação. Mas um conjunto de proposições verdadeiras (e significativas) em uma linguagem deve corresponder a um conjunto de proposições sobre fatos físicos não verbais. Segundo essa lógica, nas palavras de Quine:

É possível confeccionar manuais de tradução de uma língua para outra de diferentes modos, todos compatíveis com a totalidade de disposições verbais e, não obstante, todos incompatíveis uns com outros. (Quine, 1968, p. 40, tradução nossa)

O problema sobre a objetividade da linguagem demonstra que, se pensarmos em traduzir uma palavra ou sentença de uma linguagem para outra, na interpretação de Quine¹¹⁰, chegaremos novamente ao problema da objetividade de expressões apontado por Wittgenstein, principalmente na limitação dos nossos próprios quadros conceituais da linguagem que utilizamos.

A escolha entre vários termos para a tradução possui correlatos

¹¹⁰ A posição de Quine (1968, p. 42) segue-se de exemplos, como uma comunidade de falantes de uma terra distante que não fala o mesmo idioma que os linguistas que começam a elaborar teorias sobre o significado dos termos empregados pelos falantes da terra distante. O critério para o significado de termos se encontra relacionado com a observação. Mas se os linguistas diferem em suas teorias sobre a tradução de “gavagai” para “coelho” ou “conjunto de partes de coelho”, assim, a tradução de um termo da linguagem da comunidade das terras distantes permanece fora dos esquemas conceituais de nossa linguagem, ou seja, a linguagem dos linguistas.

empíricos, mas não um critério decisivo que corresponda à verdade. Os linguistas podem adotar uma postura pragmática para a elaboração da tradução, assim como Wittgenstein propõe nas *Investigações Filosóficas*, utilizando os termos conforme os usos em jogos de linguagem e observando o significado em sentenças de ocasião.

Contudo, a tradução de uma sentença ou termo é sustentada empiricamente, mas são incompatíveis entre si. Os dados de observação para a utilização de termos se encontram próximos da evidência empírica. Mas não há como apenas a observação, através do critério de evidência empírica, ser suficiente para a interpretação de um termo que leve para a tradução correta, uma vez que a tradução permanece ligada a um esquema conceitual.

Embora a tradução segundo a observação seja possível, ainda permanece a pergunta sobre a objetividade da tradução. Assim, o discurso sobre fatos da observação pode não possuir critérios factuais para a tradução, justificando o cenário da intradutibilidade entre esquemas conceituais com base nos dados empíricos, ou seja, embora uma tradução seja possível, ainda permaneceria em falta de um critério que determinasse a tradução correta.

Do mesmo modo, uma tradução de um esquema conceitual remonta à cultura do esquema conceitual que se pretende traduzir, e embora uma tradução de um conceito seja estipulada, ainda permanece ligado ao quadro cultural pelo qual o conceito adquire o seu significado. No limite, embora possa haver ocasiões observáveis empiricamente, não há um critério decisivo para a tradução que englobe a experiência dos falantes de uma cultura no emprego de determinadas palavras.

2.3 O empírico e o gramatical

Wittgenstein compara as relações entre a utilização de palavras em uma linguagem com jogos em vários momentos em sua obra *Investigações Filosóficas*. Afirma que os jogos de linguagem se encontram relacionados com regras pelas quais o significado é fixado em uma linguagem, assim como as regras determinam todos os lances em um jogo de xadrez. A comparação de uma linguagem com um jogo é uma das formas pelas quais Wittgenstein

exemplifica os empregos de palavras e sentenças. O interesse de Wittgenstein em suas obras póstumas de elaborar uma gramática para os conceitos psicológicos permanece evidente em obras como *Zettel* (Fichas), e são temas com conteúdo presentes na obra *Investigações Filosóficas*.

Wittgenstein traça contornos entre a psicologia da *gestalt*, dos problemas relacionados com a atividade de interpretação do sujeito e, principalmente, com as práticas de linguagem e significado. Assim, Wittgenstein “recupera o que havia banido do *Tractatus*” (VALLE, 2009, p. 388), ou seja, o empreendimento de colocar o significado ligado à atividade do sujeito e da própria cultura em que se encontra inserido. Esta última concepção remete a uma ponderação antropológica a respeito da história natural humana sobre a utilização da linguagem.

O que Wittgenstein ressalta sobre o empreendimento metodológico de uma filosofia da psicologia, em quadros gerais, compreende uma análise dos usos efetivos dos conceitos psicológicos¹¹¹. Contudo, conceber uma filosofia da psicologia por meio da descrição conceitual corresponde a uma concepção pela qual o significado dos conceitos adquire um caráter pragmático, ou seja, conceber os usos ordinários da linguagem como significativos também implica, segundo Wittgenstein, em uma investigação sobre as falsas imagens dos usos dos conceitos¹¹². O que Wittgenstein elabora em seu modo de empreendimento investigativo não é uma teoria pragmática, mas um modo de procedimento prático.

Uma vez que a falsa imagem é deixada de lado, a linguagem já não possui uma essência unívoca. O significado dos conceitos não reside apenas na indicação ostensiva dos seus correlatos empíricos, tampouco em um fundamento metafísico e ideal das categorias de um sujeito. Assim, a linguagem funciona de maneira análoga aos jogos. Em outras palavras, o significado corresponde ao uso de determinados conceitos e as proposições adquirem os

¹¹¹ Assim como a filosofia da linguagem de Wittgenstein presente em *Investigações Filosóficas* e *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* consiste em uma exposição dos jogos de linguagem e dos aspectos metodológicos com descrição dos usos dos conceitos psicológicos, em analogias entre os jogos de linguagem.

¹¹² Uma das falsas imagens consiste em se considerar a essência da linguagem como uma superordem categorial para a linguagem. Em suma, consiste em um pressuposto metafísico para a efetivação da linguagem.

seus significados conforme os *usos que se fazem delas*, de modo que o funcionamento da linguagem possa repousar em regras de usos atrelados aos aspectos culturais da linguagem, isto é, a forma de vida [*Lebenswelt*]. Assim, a filosofia da psicologia de Wittgenstein procura a compreensão da gramática dos conceitos psicológicos.

A compreensão de Wittgenstein sobre a linguagem se pauta para além da analogia com jogos na concepção de que a linguagem é uma técnica. Assim, as relações entre a linguagem e a tecnologia se encontram intimamente conectadas, uma vez que uma técnica se encontra atrelada ao modo de aplicação.

Contudo, se uma linguagem privada permanece problemática, como apontado anteriormente, a filosofia da psicologia de Wittgenstein trata da linguagem mediante a técnica, o que implica que o sentido de um conceito é captado se é o caso de domínio das regras de uso de uma linguagem. Assim, a configuração dos jogos de linguagem repousa nas determinações intersubjetivas pelas quais ocorre o funcionamento da linguagem, e esta é a função pragmática da linguagem relacionada com os usos, de modo que o fundamento da linguagem não pode estar senão no próprio campo dos usos. A investigação de Wittgenstein sobre os conceitos psicológicos difere da descrição da psicologia sobre os fenômenos psicológicos propriamente ditos. Uma vez que a filosofia da psicologia busca a compreensão (elucidação) dos usos dos conceitos psicológicos e a sua descrição sobre o significado dos conceitos expressos na linguagem propriamente dita, para além das observações comportamentais.

Uma vez esclarecido que as expressões de sensações são problemáticas, que a configuração do significado da linguagem reside nos usos de maneira pragmática, também as expressões de sensações privadas permanecem ligadas ao ceticismo a respeito dos conceitos psicológicos e ao solipsismo sobre outras mentes. Sobre este aspecto, a expressão na linguagem que possui um conteúdo sobre a sensação, expresso em primeira pessoa (“tenho a sensação x”), remete a um estatuto ontológico a respeito do indivíduo que possui a sensação x de maneira privada. Assim, a qualidade da experiência assume um estatuto objetal, de modo que a sensação permaneça apenas ao indivíduo.

Do mesmo modo, a expressão “sei que sinto x” remete a uma

consideração epistemológica, pelo caráter do conhecimento de x estar atrelado isoladamente no indivíduo que a expressa, de modo que em ambas, tanto o conhecimento (autoridade epistêmica), quanto o estatuto ontológico permanecem subjetivos, ou seja, permanecem privados.

No limite, tanto o aspecto ontológico quanto o aspecto epistemológico conduzem à postura cética, e com ela implica um isolamento a respeito da possibilidade do conhecimento, da qualidade da experiência e do significado para os usos dos conceitos. Em suma, o cético para significados poderá objetar afirmando que outras mentes não podem possuir evidência, assim como o significado das expressões de sensações não pode possuir fatos para o significado. Wittgenstein elucida:

“Creio que ele sofre.” — Creio também que ele não é nenhum autômato? Apenas com repugnância poderia pronunciar a palavra em ambos os contextos.

(Ou será assim: creio que ele sofre; estou certo de que não é um autômato? Absurdo!)

Imagine que eu diga de um amigo: “ele não é um autômato”. — O que é comunicado aqui e para quem isto seria uma comunicação? Para um *homem* que encontra outro em circunstâncias habituais? O que *poderia* isto comunicar-lhe! (No máximo que este sempre se comporta como um ser humano e não se comporta algumas vezes como máquina.) (IF2, § IV).

A dificuldade em relação às expressões de sensações que remetem a uma imagem interna repousa sobre uma confusão conceitual. Assim, uma solução ao problema em julgar atitudes privadas segundo uma objetividade conduz para a elucidação dos usos dos conceitos com a sua aparente privacidade. Com efeito, o que conduz para o enfoque da privacidade é uma primazia de um caso individual para a sua generalização. Se a imagem sobre as expressões de sensações conduz para a privacidade que os conceitos denotariam, tanto os enfoques do racionalismo quanto do empirismo sucumbem com as generalizações de um caso particular para o geral.

Wittgenstein realiza um desmantelamento dos pressupostos que conduzem à posição cética, assim como os pressupostos da psicologia em conferir significado a partir da posição epistêmica, ou seja, que para o uso de um conceito de sensação, o sujeito deve conhecer a sensação a partir do seu próprio

caso. Os parágrafos § 243 da obra *Investigações Filosóficas* que incidem sobre a linguagem privada nas posições céticas repousam sobre a generalização. De certo modo, a generalização que conduz, no limite, ao solipsismo, deverá ser tratada conforme uma investigação conceitual.

A dificuldade repousa sobre a falta de critérios de objetividade, no entanto, o enfoque principal de Wittgenstein no que diz respeito ao procedimento da investigação conceitual consiste na normatividade do uso:

(...) o conceito de ‘imagem interior’ é enganador, pois o modelo para esse conceito é a ‘imagem *exterior*’; e, no entanto, os empregos dessas palavras conceituais não se assemelham mais uns aos outros do que os de “algarismos” e “número”. (Sim, quem quer chamar o número de ‘algarismo ideal’, poderia suscitar uma confusão semelhante.) (IF2 § XI).

Um outro caso da preocupação que conduz a investigação de Wittgenstein se encontra em *Anotações sobre as Cores*. De modo análogo ao procedimento de uma elucidação dos usos conceituais na filosofia da psicologia, Wittgenstein elabora uma investigação para os conceitos de cor. Podemos ter uma palavra que possui um emprego segundo regras para uma determinada cor, assim como uma palavra que indica o próprio objeto que possui a propriedade de cor. Não se trata de conceber uma determinada cor como um substantivo, mas de analisar as formas pelas quais utilizamos as regras lógicas de aplicações conceituais. A cor “verde” pode ser entendida tanto como combinação das cores “azul” e “amarelo” quanto como um substantivo, assim, um esclarecimento sobre os usos conceituais conduz para não sermos tentados a procurar um “azul amarelado”¹¹³, tratando a possibilidade da construção da linguagem como um objeto propriamente. Neste sentido, se trataria de um erro categorial semelhante ao apontado por Ryle sobre o conceito de mente¹¹⁴.

Assim, uma morfologia para os conceitos poderá auxiliar nas regras para os usos, de modo que os conceitos psicológicos venham a se afastar da imagem internalista. Nas palavras de Wittgenstein:

“Quem compara a ‘organização’ da impressão visual com cores e formas, parte da impressão visual como de um objeto interno. Com isso, este objeto torna-se certamente um disparate; uma

¹¹³ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações Sobre as Cores*. Lisboa: Edições 70, 1977. (§ 158)

¹¹⁴ RYLE, Gilbert. *El concepto de lo mental*. Barcelona: Paidós, 2005, p. 32.

formação estranhamente oscilante” (IF2, § XI).

Torna-se claro que as analogias entre jogos de linguagem podem favorecer uma interpretação diferente dos conceitos. Para estes casos, chamaríamos de uma “cegueira” para o funcionamento dos conceitos em um jogo de linguagem. A técnica para os usos dos conceitos se caracteriza pela inserção de um indivíduo na *Lebenswelt* da linguagem, contudo, uma gramática para os usos dos conceitos deverá traçar parâmetros de inteligibilidade e de objetividade para os usos.

Como foi discutido anteriormente, a preocupação de Wittgenstein é com a filosofia da psicologia na análise conceitual da gramática profunda para os usos dos conceitos. De modo que a preocupação em relação aos problemas dos fenômenos psicológicos (tais como crenças e desejos) não corresponderia a uma explicação factual de comportamentos que podem ser interpretados pelo behaviorismo como a causa dos fenômenos psicológicos. Pelo contrário, o esforço de Wittgenstein em sua filosofia da psicologia é o de descrever os usos conceituais e seus respectivos dinamismos para os conceitos psicológicos expressos segundo um caráter de normatividade¹¹⁵.

A questão em relação às imagens internas é concomitante nas expressões em primeira pessoa, isto é, a noção da privacidade de estados mentais e suas respectivas expressões carregam consigo uma falsa representação dos usos conceituais, uma vez que os critérios para as expressões significativas devem repousar no domínio público. Contudo, a proposta de uma abordagem que forneça a objetividade não se pauta em uma abordagem comportamental, mas conceitual e gramatical. A grande diferença entre uma psicologia como ciência e a abordagem da filosofia da psicologia é a capacidade desta última, segundo os pressupostos de Wittgenstein, de conseguir lançar luz sobre os problemas conceituais da psicologia.

A resolução do problema da linguagem privada para um cenário de objetividade não se dá mediante uma resposta decisiva sobre o argumento

¹¹⁵ Assim, uma investigação conceitual a respeito dos usos que caminha para a gramática dos conceitos “internos” poderá auxiliar a ciência da psicologia pelo discernimento e estabelecimento de descrições a respeito de usos significativos e suas distinções entre expressões e proposições pseudo-empíricas.

cético, mas em demonstrar que mesmo os usos privados para serem significativos devem repousar no seguimento de regras que determinem o significado. E tais regras, como foi dito, pelo seu caráter de normatividade, repousam sobre a prática.

Neste aspecto, não há paradoxo em afirmar que uma regra deve determinar uma aplicação futura, uma vez que comunidades de falantes aprendem os usos de seus conceitos que emergem no seio de suas práticas de comunicação linguística: a história natural humana. Assim, a imagem de uma essência da linguagem e da ostensão privada são deixadas de lado, embora possam fornecer analogias úteis para a compreensão da linguagem e das relações entre os jogos de linguagem.

As considerações sobre as interpretações conceituais para a pesquisa empírica em psicologia, no caso de pesquisas a respeito de comportamentos que acompanham determinadas expressões de sensações, sem uma clarificação do significado do conceito, poderão levar a investigação da psicologia para um problema conceitual. Ou seja, ao problema de imagens internas pseudo-empíricas. Estes problemas a respeito da pesquisa empírica podem ser evitados com uma gramática para os conceitos dos fenômenos psicológicos.

Um dos problemas que surgem em relação aos jogos de linguagem que podem levar a confusões conceituais e aos modelos pseudo-empíricos é destacado por Baker e Hacker (2009, p. 18). Os autores afirmam que transgredir as fronteiras dos jogos de linguagem pode ocasionar problemas conceituais. Neste sentido, os psicanalistas podem procurar o inconsciente mediante modelos fisiológicos; uma falsa imagem para o conceito.

Na filosofia tardia de Wittgenstein, como em *Investigações Filosóficas* e *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, há uma distinção entre proposições empíricas e proposições gramaticais, contudo, a distinção entre os dois tipos não é tão facilmente distinguida. Uma das características das proposições gramaticais se caracteriza, além das regras, pelo aspecto de que as negar causa

contradições¹¹⁶. As proposições empíricas, além de adquirirem o seu significado ostensivamente, ou possuírem referentes factuais, são proposições que também possuem uma estrutura gramatical, além de possuírem a característica de possibilidade de serem verdadeiras ou falsas.

Assim, embora a investigação da gramática para os usos dos conceitos seja uma investigação das proposições regulatórias. A investigação ainda pode incorrer em falsas imagens, se pressupor que o uso de conceitos para a pesquisa em laboratórios foi encontrado, como uma superordem para os conceitos fora dos domínios em que são empregados. Uma investigação gramatical dos usos dos conceitos pode auxiliar a investigação da psicologia em relação à própria ontologia da ciência.

O seguimento de regras para o significado de conceitos psicológicos não repousa sobre uma teoria da psicologia com uma base explicativa. Motivo pelo qual podemos ver pessoas caminharem pelas ruas, mas não dizemos delas que são mentes encarnadas em um corpo, pelo contrário, vemos a totalidade do corpo e dos comportamentos dos quais podemos atribuir um predicado psicológico em terceira pessoa. Assim, parte do vocabulário psicológico que utilizamos na linguagem ordinária não faz parte de uma teoria psicológica previamente fundamentada.

O sujeito do qual se predicam estados mentais não é uma substância, como uma mente ou o cérebro, mas a totalidade do indivíduo, de modo que negar a instanciação conduziria a um erro de categoria¹¹⁷. Com efeito, a abordagem de Wittgenstein, juntamente com o seu empreendimento, não apenas contraria algumas das pressuposições das correntes psicológicas intuicionistas presentes em sua época, como também as suposições de W. James a respeito do recurso ao introspectivismo para o acesso privilegiado aos estados mentais e dos seus respectivos conteúdos. A autoridade epistêmica relativa ao acesso privilegiado aos estados mentais caracteriza a tendência na

¹¹⁶ As proposições gramaticais podem ser entendidas como proposições nas quais a negação gera resultados importantes de análise, como negar a proposição: “todo quadrado não possui lados” (embora neste caso, a proposição seja falsa), “vermelho é uma cor”, entre outras.

¹¹⁷ A confusão que poderia surgir ao se afirmar que o motor de um carro anda, e não o carro em sua totalidade, assim, os predicados psicológicos não são dirigidos ordinariamente ao cérebro ou à mente.

qual podem emergir problemas conceituais. Neste quesito, Wittgenstein afirma:

Em um laboratório, sob a influência de correntes elétricas, por exemplo, alguém de olhos fechados diz: “Movimento meu braço para cima e para baixo” — apesar de o braço não se mover. “Ele tem pois o sentimento peculiar desse movimento”, diremos. — Movimente seu braço para lá e para cá, com os olhos fechados. E procure, enquanto o movimenta, convencer-se de que ele está parado, e que você tem apenas certas sensações estranhas nos músculos e nas articulações! (IF, § 624)

A psicologia empírica, mesmo destituindo-se do papel do introspectivismo no aspecto dualista, ainda percorreu o caminho do associacionismo (argumento da analogia) em relação aos fenômenos mentais com os correlatos fisiológicos nas origens da psicologia como ciência¹¹⁸, em dois aspectos basilares:

a) Os equívocos em proposições empíricas ocasionados por equívocos de proposições gramaticais¹¹⁹: a psicologia empírica pode incorrer em erros de explicação causal aos experimentos que incorrem em imputação de estados mentais associados com determinados fenômenos físicos. Sobre este ponto, são exemplos as correlações neuronais em tentativas de explicação causal entre a relação de uma emoção e um estado fisiológico (ou, ainda, o parágrafo § 624 a respeito do experimento com eletricidade descrito por Wittgenstein).

b) Os equívocos em proposições gramaticais: o pensamento interpretado como um processo mental e o seu correlato fisiológico não fornecem explicações suficientes sobre o significado do conteúdo do pensado. O que é a natureza do pensamento, no caso da sua manifestação seguida de uma correlação fisiológica, demonstra apenas que o acontecimento fisiológico é o que acompanha o pensamento, mas não o pensamento por si mesmo¹²⁰.

¹¹⁸ Cf. Dualismo e associacionismo nas origens da Psicologia como ciência. In: ARAKI, Mauro Junji. *Filosofia e psicologia em William James*. São Carlos: UFSCar, 2009.

¹¹⁹ A distinção entre proposições empíricas e proposições gramaticais é um dos modos de classificar os enunciados linguísticos segundo suas funções nos jogos de linguagem.

¹²⁰ Imaginamos o caso de um paciente visualizando a figura Pato-Coelho de Jastrow, perguntamos se ele vê em um momento t1 o pato ou o coelho (a disjunção é exclusiva). No momento t1, o paciente responde que vê um pato, no momento t1 realizamos uma fotografia dos neurônios do paciente (ou de suas retinas) e afirmamos em t1 que o paciente vê um pato, pois seus neurônios possuem uma determinada configuração. Contudo, a configuração neuronal em t1 não explica a natureza do pensamento “pato”, apenas o acompanha.

O associacionismo, embora se servindo de um método empírico, pode incorrer em erros, em imputações de estados mentais, levando a investigação (experimento) a um dualismo de estados mentais e acompanhamentos fisiológicos. Um dos exemplos para ambos os casos são as questões de Wittgenstein sobre as relações entre a interpretação de ver um cubo como figuras com interpretações distintas. O que acompanha a interpretação em um experimento que procura uma explicação causal não se dá através da identificação de um fenômeno físico para explicar um estado mental, conforme salienta Wittgenstein:

Suponhamos que alguém faça a seguinte descoberta: ele investiga os processos na retina de pessoas que vêem figura ora como cubo de vidro, ora como armação de arame etc. E descobre que esses processos são semelhantes aqueles que ele observa quando o sujeito olha ora para um cubo de vidro, ora para uma armação de arame e assim por diante. As pessoas ficariam inclinadas a considerar tal descoberta como prova de que realmente *vemos* a figura de maneira diferente a cada momento.

Mas com que direito? Como será que o experimento pode declarar algo sobre a natureza da experiência imediata - Ele a coloca numa determinada classe de fenômenos (OBFP, § 11).

Imputar processos mentais associados a um acontecimento fisiológico ainda não torna o experimento suficientemente explicativo, pois precisamos justificar o que sejam as alterações na retina de um indivíduo e as imagens de seus neurônios. Estas, ainda não respondem sobre como o indivíduo atribui um determinado significado para a sua expressão, ou seja, para a forma como vê um objeto e expressa *o que* vê. O que o psicólogo que conduz o experimento realiza é correlacionar os fenômenos mentais com seus respectivos casos fisiológicos. Mas seria enganoso implicar que a declaração do paciente no experimento seja uma descrição de um fenômeno interno do qual o paciente seja o único árbitro no qual o psicólogo deve se fiar para relacionar o estado interno ao fisiológico.

Interpretar uma figura não deve se confundir com a incidência de um processo mental, pois a capacidade de interpretar uma figura se trata do domínio de uma técnica. Assim, imputar estados mentais ou fenômenos privados de consciência são maneiras equivocadas de conduzir uma investigação para a

realização de associações. O que Wittgenstein realiza em sua filosofia da psicologia pode auxiliar no procedimento empírico com ênfase na gramática dos conceitos e nos modos em que são utilizados.

Neste aspecto, Wittgenstein começa um processo de diluição dos substantivos¹²¹ que indicam imagens de um cenário interior sobre o mental, acompanhado de precauções da investigação na filosofia da psicologia. De maneira que, ao cenário interno, são exigidos critérios externos para as expressões, e para os critérios externos é exigida normatividade sob a égide da gramática para os usos dos conceitos. Contudo, a posição de Wittgenstein em relação ao dualismo, uma vez esclarecida, ainda não indica que é assumida a postura behaviorista. Não se nega o cenário interior, mas se compreende a forma pela qual a linguagem indica tal cenário e as suas inter-relações nos jogos de linguagem.

Wittgenstein concorda a respeito da investigação seguida de um método empírico para a psicologia em conceber o comportamento como objeto possível para se apreender fenômenos significativos. Os behavioristas permanecem corretos em interpretar a linguagem como parte do comportamento, mas se enganam ao considerar que os processos mentais são redutíveis ao comportamento. Foi indicada por Hacker (1990) a proposta de Wittgenstein em relação ao comportamento, ou seja, que podemos elaborar regras para comportamentos e que seguir uma regra comportamental exige os critérios públicos e objetivos. Assim como as regras do jogo de xadrez exigem que se saiba a regra para cada componente do jogo, “as regras regulam o comportamento” (BAKER; HACKER, 2009, p. 124). Mas a posição de Wittgenstein a respeito da psicologia difere do behaviorismo¹²² ao conceber o comportamento, principalmente em relação aos estímulos e respostas. A redução do mental ao comportamento (no behaviorismo radical, com Carnap

¹²¹ Trata-se de uma “dessubstantivação” de imagens que são bases de teorias explicativas, tais como: o cenário do interior, a mente e hipostasias similares.

¹²² Como bem coloca Hacker (1990), o behaviorismo que Wittgenstein tem em mente é da composição de Watson, também defendida por Carnap e Russell em meados de 1930, que mantinha uma posição contrária à psicologia de W. James e da qual Wittgenstein se ocupou através das considerações de Russell ao Behaviorismo. Ver: Behavior and Behaviorism. In: HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: meaning and mind*. An analytical commentary on the Philosophical Investigations. Vol. 3. Basil Blackwell: Oxford, 1990, p. 224.

entre os seus expoentes) incorre no equívoco gramatical na interpretação. O behaviorismo falha na medida em que busca uma explicação causal para uma ampla gama de fenômenos psicológicos relativos ao comportamento.

Iremos conceber, a seguir, um caso análogo de equívoco ao indicado anteriormente sobre confusões entre correlatos fisiológicos e conceitos psicológicos, em um laboratório de psicologia hipotético. No laboratório de psicologia, o campo objetivo de observação se situa nos comportamentos. E se nos perguntarmos: o que é o pensamento? O psicólogo nos diria que deve haver comportamentos humanos que possam indicar se alguém pensa (e se alguém estiver pensando). O comportamento que “indica se alguém pensa” exemplifica o problema sobre o mental. Deste modo, poderíamos responder simplesmente que alguém pensa se possui comportamento correspondente a algum exemplo situacional de estar pensando. Igualmente diríamos que alguém possui uma mente, se se comporta de acordo com modelos comportamentais identificáveis no manual do psicólogo comportamental. O manual com os seus respectivos modelos comportamentais poderia nos dizer se os comportamentos de quem duvidamos que possa possuir um estado mental são estados mentais genuínos ou estados maquinais (um estado sem alma e irreflexivo). Wittgenstein coloca a problemática nas *Investigações Filosóficas* nos seguintes parâmetros: imaginar que as ações de terceiros são ações de autômatos (IF, § 420).

O cenário com autômatos não apenas não responderia o que é o pensamento e suas características, como tampouco poderia fornecer um método objetivo sobre descrições psicológicas a respeito do mental. No entanto, o cenário dos comportamentos linguísticos autômatos se tornaria indistinguível dos autênticos. Surge assim um problema a respeito das expressões de sensações vinculadas aos processos mentais e a um método de investigação sobre sensações em expressões psicológicas.

Contudo, a exemplificação citada sobre o problema do mental ainda não demonstra o que se entende por “pensamento” e “mente”. Tampouco nos parece ordinariamente tão certo de que realizamos determinadas atividades que consideramos processos mentais, e que nos parece igualmente que realmente (*a priori*) pensamos enquanto realizamos tais atividades. Pois os pensamentos “pertencem” a um sujeito bastante determinado — que somos nós mesmos — e

que apenas este sujeito possui um acesso imediato e evidente do conteúdo do que se encontra em seu processo mental. O conteúdo é *privado*, como o denominou a tradição metafísica.

A experiência dos conteúdos mentais é intrínseca aos sujeitos que os possuem. Se alguém crê confusamente que possui uma dor — mesmo sem a possuir — terá uma sensação de dor. Como acreditar que se possui uma dor (estar em um estado mental no qual a crença em uma dor corresponda com a experiência da dor) sem a possuir? É possível convencer-se a si mesmo de que se possui uma sensação sem realmente a possuir? Esta pergunta teria alguma resposta? É neste estágio da investigação que o manual encontra um limite de aplicação. A questão epistêmica a respeito da crença evoca a sensação como um problema não causal de maneira empírica. Uma vez que a crença se trata antes de uma disposição do que de uma configuração fisiológica. A questão sobre a identificação de uma crença como disposição em uma configuração fisiológica ainda estaria sujeita a uma tradução da configuração física para a linguagem em termos de crença.

A linguagem exteriorizada cumpre um papel fundamental na expressão dos estados internos. A exteriorização dos estados remete a uma expressão em primeira pessoa. Não obstante, a reconstrução do argumento de Descartes, no qual a certeza dos estados mentais e do próprio pensamento apenas poderia ser indubitável para o próprio sujeito que é detentor da experiência do pensamento, coloca em questão o manual.

Tal experiência interna do sujeito e de suas representações conduzem para os testemunhos epistêmicos a respeito das crenças do sujeito que lhe são inerentes e de suas experiências. Se não é possível experimentar uma sensação alheia ou possuir a experiência de um sujeito que não somos nós mesmos, tampouco uma análise da experiência interna do sujeito seria possível. Nos resta a introspecção, segundo o método cartesiano, uma maneira pela qual se poderia analisar a nós mesmos como objetos e generalizar as conclusões para todos os objetos (indivíduos externos). Mas, ainda, a generalização não poderia ser aplicada como critério causal e indubitável, tampouco teríamos uma explicação a respeito do comportamento.

O problema com as experiências remete a uma inseparabilidade entre o

pensamento e a linguagem. No momento dos nossos exemplos, temos um sujeito que afirma ou nega, que descreve as suas sensações internas e procura uma explicação sobre o mental de maneira introspectiva, pois o manual já não pode ser aplicado. Chamaremos esta posição filosófica de *introspectivismo*, ao afirmar que apenas o próprio sujeito que possui uma determinada experiência poderá possuir, como consequência, alguma certeza (crenças) sobre o que sente e sobre suas afirmações ou negações de suas sensações internas.

Para o introspectivista, todas as pessoas são como uma caixa preta e obscura que emite sentenças sobre sua relação com seu ambiente (e sobre outras caixas pretas que são suas semelhantes).

A pergunta sobre “como é possível uma coisa como a consciência” faz tanto sentido para o introspectivista quanto sobre “como é possível existir algo como sensações de outra pessoa”. Saber o que responder quando lhe perguntam sobre suas sensações não é o mesmo que saber se o remetente da pergunta entendeu a sua resposta.

Há uma tendência no introspectivismo para o ceticismo sobre sensações de outras pessoas e para o solipsismo. E se não existe nada no espírito de uma pessoa que pode ser evidenciado sem a generalização a partir do próprio caso, então não deve existir nada dentro de uma pessoa além de representações internas e intocáveis assim como as suas próprias. Nos termos introspectivos, apenas a própria introspecção poderia fornecer amostras da consciência de maneira isolada: privadamente.

Wittgenstein afirma na obra *Investigações Filosóficas* que uma linguagem privada se constitui na atribuição de significados isolados (IF, § 243; § 245; § 246), que uma pessoa pode atribuir significados às impressões internas (privadas). Um exemplo ordinário da maneira pela qual as sensações privadas ocorrem é justamente a forma pela qual um sujeito afirma de si mesmo que se sente de uma maneira, que possui determinadas impressões, e enfim, que possui uma sensação especial. Mas que outras pessoas talvez nunca tiveram essa sensação, e que não lhe seria possível afirmar de terceiros um predicado de suas sensações. Realiza-se, assim, um ato introspectivo de nomear uma sensação privada. Como saber se a sensação do sujeito é a mesma sensação que normalmente chamamos de ‘dor’? Wittgenstein afirma:

Imaginemos o seguinte caso. Quero escrever um diário sobre a repetição de uma certa sensação. Para isto eu a associo ao signo “S” e escrevo este signo num calendário, cada dia em que tiver a sensação. -Quero fazer notar, em primeiro lugar, que não se pode formular uma definição ostensiva! -Como? Posso apontar para a sensação? -Não em sentido ordinário. No entanto, eu digo ou escrevo o signo e, ao mesmo tempo, concentro minha atenção na sensação-aponto, por assim dizer interiormente para ela. (IF, § 258)¹²³.

A definição ostensiva como critério para o significado é rejeitada por Wittgenstein neste aspecto, pois a ostensão exige a espacialidade para a apreensão do significado (o ato de apontar para um objeto e o nomear). Uma vez que a sensação privada não possui espacialidade, a ostensão não será significativa. Mas é como se o introspectivista, metaforicamente, apontasse para a sua sensação privada e a nomeasse privadamente (esta é a relação entre dois tipos de jogos de linguagem com o “apontar”).

A questão é que uma sensação privada, ou seja, nomeada privadamente, não teria significado algum na linguagem, tampouco seria significativa para o conhecimento da sensação como uma expressão psicológica da sensação. Podemos interpretar um personagem em uma obra de literatura afirmando que possui uma sensação única, nos diz que sensação lhe causa desconforto, mas que o significado da sensação, após a sua nomeação, permanece privado. Assim, a personagem seria incapaz de expressar a sua sensação privada em uma linguagem inteligível, e o relato da personagem não passaria de um monólogo hermético sobre algum aspecto de sua psicologia privada.

Contudo, a confusão do cenário interno pode ser questionada, principalmente se questionarmos, como o fez Wittgenstein, sobre o estatuto do significado para as expressões. Assim como Wittgenstein, o behaviorista busca um critério público¹²⁴, mas pode incorrer em equívoco do pressuposto causal em

¹²³ Nos utilizamos aqui da edição *Investigações Filosóficas*, editora Vozes, por julgar mais adaptada. (Cf, *Investigações Filosóficas*: Petrópolis: Vozes, 2009, p. 127).

¹²⁴ As considerações de Wittgenstein a respeito do comportamento, embora possuam semelhanças ao behaviorismo, diferem significativamente das posições do behaviorismo lógico, como a posição de Ryle apresentada. O comportamento não é apenas não redutível ao mental na concepção de Wittgenstein, mas vai além, ou seja, Wittgenstein rejeita a proposta de que o comportamento seja redutível ao mental (sejam estados ou processos), principalmente na direção de fornecer critérios linguísticos de evidência para os fenômenos mentais que acompanham o comportamento.

tratar as proposições gramaticais como proposições empíricas.

O comportamento não acompanha a qualidade de uma experiência em um sentido causal, a experiência pode ser identificável com comportamentos, no entanto, a qualidade da experiência pode ser *concomitante* ao comportamento, assim como a experiência da primeira pessoa não necessariamente acompanha uma imagem do mental de maneira privada. Do mesmo modo, não se trata, na perspectiva de Wittgenstein, de se negar em absoluto o *cenário interior*, mas de demonstrar em que medida ele se constitui em uma confusão conceitual, que por sua vez, demonstra as relações entre jogos de linguagem.

Do ponto de partida, como vimos até aqui, a linguagem de sensações posta nas expressões não deve ser reduzida aos dados meramente empíricos. As expressões psicológicas possuem regularidades, seus conceitos possuem funções de utilização. O problema a respeito da qualidade da experiência e de sua respectiva expressão nos parece bastante simples de ponderar, embora uma resolução precisa não inclua uma redução, por exemplo, na redução que implicitamente se encontrava presente na teoria isomórfica ou verificacionista.

Desta maneira, vemos que a busca pelo significado unívoco de teorias clássicas, bem como a impossibilidade de resolução ao problema da expressão significativa de conceitos psicológicos em primeira pessoa, permanece aberta e insolúvel nos moldes em que é posta. Wittgenstein reformula a questão, não mais em uma linguagem de univocidade, mas na pragmática da linguagem em seus usos efetivos. Assim, uma linguagem do interior não é eliminada, não permanece relegada, tampouco, ao campo eminentemente empírico, e juntamente com isso, podemos analisar os campos de usos de determinadas proposições e expressões, sem que estejamos em uma busca cega pelo fundamento do significado unívoco ou incorramos em fundamentar teorias pseudo-empíricas.

Portanto, a filosofia da psicologia de Wittgenstein não busca uma explicação causal, mas endereça a questão do significado e dos conceitos psicológicos para a possibilidade de análise gramatical, com suas distinções e analogias, de forma que auxilia nas confusões conceituais tanto da filosofia quanto das ciências. Esta é a função que cumpre o endereçamento dos aspectos metodológicos para a filosofia da psicologia, uma vez que as distinções entre

conceitos, a localização e as analogias possíveis entre jogos de linguagem, permitem *ver* relações, conceber diferenciações de categorias distintas de jogos de linguagem.

O campo empírico compreende a aquisição dos jogos de linguagem, de se inserir em seus domínios: trata-se de uma técnica, de um aprendizado da linguagem de modo taxonômico e ostensivo pautado na história natural humana. Já o campo da gramática consiste na normatividade da linguagem, de suas relações entre os jogos de linguagem: trata-se da localização dos conceitos. Para os conceitos psicológicos, tanto o modo de aquisição quanto o modo de expressão importam, uma vez que dizem respeito não a objetos dados na experiência, mas a funções que cumprem nos domínios recônditos da linguagem.

3 LINGUAGEM E EPISTEMOLOGIA

Trataremos neste capítulo dos entrelaçamentos da filosofia (tardia) da linguagem de Wittgenstein com a epistemologia. Esta se encontra atrelada ao tema do conhecimento, bem como aos problemas a respeito das proposições de conhecimento e das expressões em primeira pessoa que indicam um conhecimento, seja tal conhecimento privado, seja como uma forma de constatação internalizada.

Demonstraremos uma mudança de perspectiva de Wittgenstein para com o *Tractatus*, isto é, de uma teoria do conhecimento subordinada à lógica para uma epistemologia do uso¹²⁵. Que se preocupa mais com a análise morfológica das expressões do que com o estatuto de construção formal de sentenças, que visa, assim, o modo dos empregos de termos como saber, conhecer, duvidar, acreditar, entre outros.

Do mesmo modo, os termos psicológicos em expressões, relativos ao conhecimento, juntamente com uma autoridade epistêmica, já não permanecem mais limitados ao campo formal, mas permanecem implícitos na elasticidade dos comportamentos humanos. Deste modo, procuremos demonstrar: a) que a indeterminação do significado relativo aos termos de conhecimento junto da autoridade epistêmica não possui uma problemática cética se posta em outros moldes, tal como a entende Wittgenstein; b) as descrições metodológicas fornecem uma resposta que vai além do paradoxo cético; c) a dissolução de idiosincrasias e confusões da linguagem no que tocam ao conhecimento a partir da análise Wittgensteiniana.

Como encontramos no *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein ressalta que “a teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia” (TLP, § 4.1121), a asserção se encontra atrelada ao campo de estudo da lógica no *Tractatus*. Uma vez que a preocupação da lógica é o esclarecimento dos atos do pensamento em relação com a validade nas operações lógicas em função dos

¹²⁵ A consideração de uma “epistemologia do uso” é oriunda dos trabalhos de Arley Moreno (2013, p. 83). Embora não se trate de uma imputação ao próprio Wittgenstein, a noção de uma epistemologia que foca no uso das expressões epistêmicas possui grande interesse para a compreensão da própria filosofia tardia do autor austríaco.

conteúdos e dos operadores, e não uma preocupação sobre como o conteúdo lógico é possível psicologicamente. Contudo, Wittgenstein se debruça, principalmente, em seu caminho metodológico, posterior ao *Tractatus*, com questões eminentemente epistemológicas em seus escritos póstumos, de modo que cabe a questão: seria a epistemologia uma filosofia da psicologia nos escritos posteriores ao *Tractatus*?¹²⁶ A seguir, iremos realizar uma síntese desta questão e de como ela incide luz sobre as indagações em torno das questões sobre a filosofia da psicologia, considerando o *Tractatus* não como tema, mas como pano de fundo.

Para a síntese a respeito da questão: a distinção entre a lógica e a teoria do conhecimento é importante. Uma vez que a primeira (lógica), segundo o *Tractatus*, delimita-se com a estruturação da linguagem e de suas operações, ou seja, as operações puras da lógica em relação com a função de verdade (verofuncionalidade). Enquanto uma teoria do conhecimento, no escopo do *Tractatus*, se ocupa com o esclarecimento sobre os “processos do pensamento” que, entre eles, incluem os processos que se vinculam aos da possibilidade lógica, simbólica, semântica e estruturação do conteúdo com a linguagem¹²⁷.

A distinção para com os escritos posteriores de Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas* e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*, caminha para um esclarecimento gramatical dos conceitos na linguagem consoante com a *práxis*¹²⁸. A respeito deste tópico, Léo Peruzzo Júnior (2015,

¹²⁶ Na obra *Tractatus Logico-Philosophicus*, em § 4.1121, Wittgenstein trata de relacionar essa perspectiva diante da problemática da linguagem. A questão a que nos debruçamos é de questionar se nos escritos tardios de Wittgenstein, tais como nas obras *Investigações Filosóficas* e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*, essa concepção ainda se mantém, como uma continuidade, ou se é abandonada. Tal é a pergunta feita, por exemplo, por autores como Potter (2008), John Koethe (2016) e Moreno (2013), embora com concepções díspares: o primeiro mediante uma concepção sobre a distinção entre linguística e psicologia; o segundo com um “terceiro” Wittgenstein e das suas relações com concepções do *Tractatus*; o terceiro, com uma das abordagens do “novo método” de Wittgenstein. Evidenciamos que a discussão sobre o tema continua aberta.

¹²⁷ Não iremos tratar aqui sobre os pormenores da teoria do significado no *Tractatus* e de outras teses da obra com suas implicações. No momento, basta elucidar que a teoria do conhecimento não desempenha um papel de centralidade no *Tractatus*. Este tema é desenvolvido por Potter (2008, p. 244), no qual nega um papel de centralidade da epistemologia no *Tractatus* na obra *Wittgenstein's Notes on Logic*, onde demonstra concordância com Dummett. Potter procura demonstrar que a epistemologia (teoria do conhecimento) à qual Wittgenstein se refere é uma filosofia da psicologia no sentido em que trata do significado (linguística) com a sua diferença da lógica.

¹²⁸ No *Tractatus*, a formalização é importante para as operações lógicas, mas não se trata de

p.198) comenta que “nos escritos tardios de Wittgenstein, a linguagem é entendida como a chave da atividade que une o interno e o externo, sem que isso implique qualquer visão dualista sobre o tema”.

Sobre a relação entre a lógica e a epistemologia, segundo Potter (2008, p. 244-245, tradução nossa): “no *Tractatus* nada é dito que não seja meramente programático sobre como esta relação é estabelecida”, e ainda “a relação de conhecimento não é (...) passível de ser o tipo de psicologia experimental de poltrona tão frequentemente favorecida por Russell”. Já em *Investigações Filosóficas*, não apenas a perspectiva logicista é abandonada, mas a preocupação em torno de uma gramática para os conceitos da linguagem é evidenciada¹²⁹. Assim, a concepção de uma metodologia gramatical se constitui como uma *epistemologia do uso*, sobretudo, para uma investigação a respeito dos conceitos psicológicos.

Potter (2008, p. 99) trata da afirmação de Wittgenstein da epistemologia como uma filosofia da psicologia no *Tractatus*, mediante a compreensão de que a lógica no *Tractatus*, em função dos valores de verdade, é um tema distinto de uma concepção sobre o conhecimento do significado na linguagem. De modo que a noção de uma filosofia da psicologia se aproxima mais da linguística do que da psicologia experimental¹³⁰. Mas também, a distinção de Wittgenstein é entre a lógica e a psicologia, de modo que, em concordância com Potter, não há uma diferenciação no *Tractatus* entre a psicologia e a linguística. A conclusão de Potter é de que a filosofia da psicologia tratada por Wittgenstein no *Tractatus* pode ser considerada uma linguística.

Deste modo, a filosofia da psicologia, em escritos posteriores ao *Tractatus*, desenvolvida por Wittgenstein, traça contornos e fronteiras com o

uma epistemologia a respeito do conhecimento lógico, mas de operações lógicas propriamente ditas, de modo que a linguagem e as operações lógicas possuem um caráter não cognitivo e autônomo. Além disso, culminam para que as proposições lógicas significativas pudessem ser distinguidas das “proposições” da ética e estética, assim como a demarcação de proposições significativas (demarcação entre a metafísica, linguagem significativa e ciência natural).

¹²⁹ Como tratamos anteriormente sobre os aspectos metodológicos na primeira seção do presente escrito (1.2; 1.3).

¹³⁰ “O que Wittgenstein descreve aqui é o processo pelo qual transformamos itens linguísticos em símbolos: eles adquirem pertencimento às várias categorias gramaticais em virtude de serem dados simbolizando papéis desta forma. Isto é o que hoje poderíamos chamar de linguística: Wittgenstein não faz distinção entre ela e a psicologia” (POTTER, p. 99, tradução nossa).

recurso do esclarecimento a respeito dos conceitos relativos ao conhecimento, assim como para com os conceitos psicológicos nos “processos do pensamento” (processos mentais), vinculados com a atividade do esclarecimento gramatical. E procura, como o objetivo do empreendimento, a *visão panorâmica*, de modo que a investigação remonte para analogias, familiaridades e classificações de âmbito morfológico, se distinguindo da perspectiva cientificista. Não se trata, portanto, de elaborar uma teoria causal e naturalista, de elaborar hipóteses como na física e na fisiologia. Trata-se, sobretudo, de uma investigação conceitual, como afirma sobre este ponto Arley Moreno:

A tarefa de uma epistemologia wittgensteiniana seria a de mostrar por analogias o panorama das aplicações admissíveis e as inadmissíveis, assim como as consideradas necessárias de conceitos como *conhecimento*, *dúvida*, *certeza*, e tantos outros termos psicológicos aí envolvidos (MORENO, 2013, p. 83).

O tratamento terapêutico em relação aos aspectos metodológicos de Wittgenstein conduz para a compreensão do domínio das técnicas dos jogos de linguagem, assim como a compreensão dos conceitos psicológicos relativos aos da dúvida, da certeza e do conhecimento. Contudo, não se trata de elaborar uma teoria rigidamente erigida sobre o conhecimento, mas de distinguir gramaticalmente e procurar ver relações no domínio da linguagem que empregam tais conceitos. Portanto, uma investigação a respeito das proposições gramaticais e de suas distinções. Nas palavras de Moreno (2013, p. 86): “idéia que certamente aponta para uma epistemologia do uso (...) para além da epistemologia terapêutica, e como sua consequência”.

Dentro deste panorama, ainda restam problemas em relação à própria atividade, uma vez que conceitos tais como ‘mente’, ‘conhecimento’, ‘certeza’, ‘dúvida’, e demais conceitos psicológicos, possuem seus critérios de aplicação que repousam, seja na normatividade da gramática, seja em regularidades de nossas formas de vida. Do mesmo modo como possuem diferenças significativas em seus empregos pessoais. Ou seja, possuem uma assimetria nos empregos entre a primeira e a terceira pessoa, e em campos temáticos: semântico e epistêmico.

A própria distinção entre primeira e terceira pessoa em relação ao emprego de conceitos psicológicos é pautada em diferenças diretamente

relacionadas com a gramática. E a problemática dos conceitos psicológicos não acaba apenas com uma distinção entre formas de expressão na primeira pessoa e as formas de observação na terceira pessoa. De modo que os conceitos em suas operações linguísticas podem ser concebidos de modo analítico e *a priori*, ou seja, a proposição (implicação material) ou um conceito analiticamente dado, poderá ser entendido como *necessário*, embora a aquisição dos conceitos (aprendizado dos conceitos) seja dada de modo empírico (há uma distinção entre o aprendizado dos conceitos e a lógica na semântica da linguagem, no emprego dos conceitos). Assim, a necessidade lógica que no *Tractatus* correspondia a uma forma lógica abstrata poderá ser analisada como uma necessidade de uma implicação entre conceitos na gramática em *Investigações Filosóficas*.

É neste último sentido que Wittgenstein trata de uma investigação gramatical e de uma ordenação do conhecimento (gramatical) em relação com os usos de nossos conceitos em várias de suas obras. Os casos mais conhecidos, como a “cegueira para o aspecto” (UEFP § 778), no reconhecimento de figuras ambíguas, na investigação da gramática das cores, no argumento da linguagem privada, e sobre o *interior* na segunda parte de *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*.

Tanto as considerações materialistas quanto as considerações introspectivistas são colocadas em pauta pelo tratamento de Wittgenstein, principalmente, por considerar que a *gramática profunda* de conceitos psicológicos na primeira pessoa não é ao todo epistêmica. Se a autoridade epistêmica do introspeccionismo se constitui pela “evidência” de que possui sensações, representações, imaginações, crenças e intencionalidades “privadas”. Cabe destacar que todos os conceitos na linguagem em primeira pessoa do presente, ao pressuporem as “constatações” dos objetos internos que constituem a mente como uma categoria separada do corpo, são *expressões* e não *constatações*.

Nas palavras de Wittgenstein: “‘Eu pretendo...’ *nunca* é uma descrição, mas em certas circunstâncias uma descrição pode ser extraída dali” (OBFP, § 599), em outras palavras, não se pode duvidar de que *pessoalmente* possamos estar em um processo de dor, mas se pode duvidar se a expressão da sensação de dor é um caso de fingimento, e a descrição pode ser realizada na terceira

pessoa. Contudo, as expressões *primitivas* de dor não são casos proposicionalmente gramaticais, bastaria imaginar os casos em que afirmamos na terceira pessoa as imputações de estados subjetivos em crianças¹³¹.

Assim, as expressões de sensação surgem apenas no domínio de um jogo de linguagem, são expressões características. De modo que podemos questionar, com Wittgenstein, se é o caso de que os conceitos psicológicos (de conhecimento) expressos em primeira pessoa possam ser classificados ao todo como *epistêmicos*. Como no caso em que haveria um estatuto epistêmico em relação ao conhecimento de outras mentes, como problema característico da filosofia da mente.

Na verdade, podemos classificar de maneiras diversas certas expressões em primeira pessoa, proposicionalmente e de maneira descritiva. Do mesmo modo, um argumento similar poderá ser direcionado para defensores do materialismo ‘mental’ se questionarmos, com Wittgenstein: “mas isto não se deve ao nosso conhecimento demasiado escasso dos processos que se dão no cérebro e no sistema nervoso?” (IF, § 158). Como investigação conceitual, e, portanto, gramatical, cabe destacar que não se trata do mental como objeto interno¹³², e principalmente, redutível aos processos cerebrais, neuronais ou localizáveis no sistema nervoso. Aqui cabe aquela distinção entre expressões e descrições, e entre proposições empíricas e gramaticais. Com o intuito de demonstrar os empregos, os usos da linguagem e as distinções entre os conceitos, mas também cabe demonstrar que atos podem ser concebidos como não-verbais, e que podem ser descritos com o recurso de conceitos psicológicos.

A questão a respeito dos conceitos epistêmicos que denotam um conteúdo psicológico, tais como (crer, duvidar, ter em mente etc.), pode ser analisada do ponto de vista das regularidades da gramática, como o fez Kripke (2006), Quine (1968), Hacker (1986) e Soames (1997). Contudo, autores como

¹³¹ Sullivan (2017, p. 336) realiza uma exploração da aplicação do aprendizado de jogos de linguagem juntamente com os aspectos dos limites de aplicação dos conceitos psicológicos para crianças, demonstrando a utilidade do aprendizado de jogos de linguagem com conceitos psicológicos no campo teórico da psicologia. Cf. *Understanding Early Childhood and Infant behaviour and experiences*. In: SULLIVAN, Gavin Brent. *Wittgenstein's philosophy in Psychology*: Interpretations and applications in historical context. London: Springer Nature, 2017.

¹³² A recomendação de Wittgenstein, no uso ordinário da linguagem, é de desconfiar da gramática e procurar as “diferenças” na aplicação (UEFP, § 395).

Bassols (2001) e Moreno (2013) apontam, respectivamente, seja para uma epistemologia naturalizada, seja para uma epistemologia do uso. Queremos destacar aqui que ambas as respostas podem ser consideradas. Embora uma resposta sobre a regularidade dos termos psicológicos ainda indique uma autoridade epistêmica, se posta nos termos de uma interioridade restrita, indicando uma indeterminação do significado (como Kripke e Quine destacam). Uma abordagem pragmática para a análise dos conceitos psicológicos (como os de Rorty, Bassols e Moreno) indica uma análise pautada não apenas nos constructos normativos da linguagem, mas na história natural humana sobre as práticas da linguagem.

Iremos destacar, a seguir, os pontos que esclareçam as dicotomias presentes nos escritos sobre a psicologia de Wittgenstein, juntamente com as posições oriundas do caminho metodológico do autor. Entre elas, o papel do conhecimento na distinção entre os operadores semânticos e epistêmicos através da interpretação de Hacker (3.1), as descrições de conceitos psicológicos de crença e conhecimento (3.2) e, enfim, os panoramas da filosofia de Wittgenstein sobre uma epistemologia do uso de acordo com Bassols e Moreno (3.2; 3.3).

3.1 Indeterminação

Um dos problemas da filosofia da mente é o que se denomina, nomeadamente, de uma *constatação epistêmica* a respeito das sensações, emoções, crenças, certezas e dúvidas etc. De modo que se origina, assim, concepções a respeito dos *objetos internos*. Wittgenstein discute largamente tal questão nos parágrafos que tratam da linguagem privada, assim como em *O interior e o Exterior*¹³³, como uma das modalidades do presente problema.

Contudo, podemos classificar tal problema, como o fez Hacker (1985, p. 262), e como a classificação foi realizada na história da filosofia, em dois aspectos: a) privacidade epistêmica; b) privacidade de propriedade. Embora ambas correspondam a uma *autoridade epistêmica* em relação às representações no “interior”, que se subdividem em posições filosóficas mais

¹³³ MS 169, na segunda parte de UEFP.

radicais como o ceticismo e o solipsismo.

Estas últimas posições são interpretadas, nomeadamente, como problemas epistemológicos na filosofia da mente e na filosofia da linguagem¹³⁴, assim como sustentam uma indeterminação tanto do significado na linguagem quanto do conhecimento.

O primeiro aspecto da autoridade epistêmica é referente ao caso da indeterminação do significado em virtude da falta de uma base para os conceitos psicológicos, uma vez que não são conceitos físicos. O segundo aspecto diz respeito à impossibilidade de um conhecimento sobre os conceitos psicológicos, justamente em razão do primeiro aspecto. Em suma, trata da indeterminação do conhecimento que se assenta sobre a indeterminação do significado linguístico.

O problema da autoridade epistêmica levantado nos parágrafos que tratam do argumento da linguagem privada em *Investigações Filosóficas*, e em outras obras de Wittgenstein, perpassa o tema do solipsismo. Temática que já era tematizada e apontada pelo autor desde o *Tractatus*, que também sugere que a obra *Investigações Filosóficas* deve ser compreendida tendo em vista as assimetrias com o *Tractatus*, como pano de fundo¹³⁵.

Não obstante, por parte dos empiristas¹³⁶, assim como por parte do dualismo cartesiano (o dualismo de propriedades), as *provas sobre as outras mentes* foram dadas mediante um argumento por analogia. A problemática a respeito da *analogia* é que parte de um pressuposto de uma *primazia do próprio caso*¹³⁷, e no aspecto indutivo pelo qual a generalização e a imputação de estados subjetivos podem ser, em geral, largamente equivocadas¹³⁸. Pelo fato

¹³⁴ Hacker (1985, p. 262) possui uma *leitura* que é considerada conservadora por autores como Moyal-Sharrock (2021, p. 64), mas nos interessam as classificações por uma questão de exposição didática. A classificação de Hacker (1985, p. 262) afirma que todas as posições possuem uma autoridade epistêmica, com o solipsismo de modo mais radical, ao chegar à conclusão de que os estados mentais pessoais não podem ser idênticos aos de terceiros, ou comparados com os de terceiros, pois lhes faltariam um exemplar identificável.

¹³⁵ Cf. *Investigações Filosóficas*, prefácio.

¹³⁶ Embora para o empirismo não exista nada na mente que não esteja pautado na experiência, ainda deve explicar o surgimento de conceitos psicológicos que não dizem respeito à experiência.

¹³⁷ Tal termo é largamente utilizado por Valle. B (2009, p. 391).

¹³⁸ Vohra (2014, p. 95) realiza uma ampla classificação dos tipos de argumentos por analogia e procura uma refutação que concorde com a sua leitura. Cf. VOHRA, Ashok. *Wittgenstein's Philosophy of Mind*. New York, Routledge Revivals, 2014.

de que a analogia parte de uma constatação de conhecimento pessoal e trata da imputação deste conhecimento para outros indivíduos de modo análogo.

Tal posição corresponde a uma imputação que possui a sua raiz tanto na introspecção quanto na noção de *constatação* de objetos mentais, ao mesmo tempo em que é causa da questão sobre a indeterminação do significado. E é rejeitada por Wittgenstein em razão de seus fundamentos.

Por outro lado, Hacker (1986, p. 272), ao comentar tal temática nas obras de Wittgenstein, elabora um argumento a respeito do conhecimento pessoal [*self-knowledge*] dado de maneira privada, e corresponde com este a distinção entre a primeira e terceira pessoa, também traçada por Wittgenstein em seu plano de tratamento dos conceitos psicológicos. De modo que as expressões em primeira pessoa com autoridade de conhecimento sobre os conceitos psicológicos (crenças, dúvida, certeza etc.) são tratadas com dois tipos de operadores por Hacker: o operador epistêmico e o operador semântico.

Ao operador epistêmico, cabe a análise dos valores de verdade de uma proposição; ao operador semântico, cabe uma análise do sentido da expressão. A expressão em primeira pessoa “eu sei que tenho uma dor”, “eu sei que eu acredito que *p*” etc., não são constatações do mesmo modo que a descrição em terceira pessoa, uma vez que esta última corresponde com a observação, que é, por sua vez, objetiva.

A tese dos operadores epistêmicos se baseia na asserção de que as expressões em primeira pessoa apenas poderiam possuir valor de verdade na medida em que fossem tratadas, ou concebidas, como constatações, o que não parece correto do ponto de vista de Wittgenstein. Uma vez que os conceitos psicológicos em primeira pessoa não são descrições, em virtude de não serem constatações de um objeto interno, tampouco seria possível uma descrição que transmitisse informações objetivas com valores de verdade possíveis de atribuição.

Permanece claro que as expressões com autoridade epistêmica em primeira pessoa, deste modo, não possuem valor de verdade, do mesmo modo, o argumento da tese corresponde à impossibilidade do conhecimento pessoal

no sentido da autoridade epistêmica¹³⁹. Assim, podemos tratar das confissões e expressões com autoridade epistêmica, nas quais imputam um conhecimento privado em primeira pessoa não como proposições com valor de verdade, mas como expressões não-epistêmicas. Uma vez que se tratam de expressões que possuem uma base primitiva e características possíveis de observações comportamentais, embora não sejam redutíveis.

A base de Hacker para a imputação da tese não-epistêmica ao caso das expressões de verbos psicológicos reside no peso argumentativo de uma análise da gramática, e de que uma expressão com autoridade epistêmica em primeira pessoa não pode ser analisada do ponto de vista dos valores de verdade. Uma vez que o objeto que serve de conteúdo da expressão permanece “oculto”. Contudo, em contraste com o operador semântico, neste último, as expressões em primeira pessoa, embora não possuam valores de verdade, ainda possuem sentido, uma vez que repousam sobre um jogo de linguagem estrutural. Segundo Wittgenstein: “uma experiência interior não pode mostrar que eu *sei* qualquer coisa” (DC, § 569).

Wittgenstein concorda largamente com alguns pressupostos do behaviorismo em não realizar uma introspecção e concluir por analogia que outras mentes existem, bem como não concorda que o significado na linguagem é sempre privado. Porém, demonstra que as expressões em primeira pessoa com imputação de conhecimento não são dadas pela constatação ou pela certeza psicológica dos estados mentais. Ao mesmo tempo, concorda com o behaviorismo lógico ao compreender que a linguagem é aprendida por um *meio* e de modo empírico. Wittgenstein afirma que as expressões em primeira pessoa dos estados mentais são expressões características de comportamentos, como na seguinte passagem:

Acreditar que o outro está com dores, duvidar de que ele esteja, são tantas maneiras naturais de nos comportarmos com relação às outras pessoas; e nossa linguagem é apenas um auxílio e uma extensão desse comportamento. Quero dizer: nosso jogo de linguagem é uma extensão do comportamento mais primitivo. (Pois nosso *jogo de linguagem* é comportamento.) (OBFP, § 151).

¹³⁹ Cf. Temkin, J. (1981, p. 99) em *Wittgenstein on Epistemic Privacy*, comenta sobre a imputação de Hacker sobre a tese não-epistêmica das expressões.

Uma vez encontradas as formas pelas quais falamos de objetos físicos de maneira ostensiva, assim como nos utilizamos de conceitos psicológicos da mesma forma pela qual tratamos de objetos de maneira ostensiva, permanece claro que os jogos de linguagem dos conceitos psicológicos e dos físicos entram em relação.

Mas é justamente pelo fato de que aprendemos uma linguagem tanto pelos comportamentos característicos quanto pelos conceitos, de modo que as expressões características e primitivas são substituídas por expressões objetivadas nas práticas sociais. Em outras palavras, as *formas de vida* possuem regularidades, e a linguagem possui as suas regularidades, que podem ser descritas e analisadas logicamente. Embora possamos justamente afirmar que, se a natureza e as leis da física fossem de uma maneira diferente, a necessidade de os conceitos serem como são poderia ser colocada em questão. Contudo, é justamente a presença da regularidade na linguagem e uma normatividade cultural que conferem aos jogos de linguagem uma periodicidade e residem sobre a *história natural* humana.

Os padrões de aplicações de conceitos psicológicos possuem as suas raízes tanto na gramática da linguagem quanto na forma pela qual a linguagem é adquirida, de modo que as suas relações sejam complicadas. É neste sentido que o comportamento humano historicamente não é determinado, mas possui as suas regularidades. A linguagem, do mesmo modo, possui as suas regularidades, como também pode ser alterada, pois ela possui um caráter eminentemente *elástico*¹⁴⁰.

Na obra *Da Certeza*, Wittgenstein elabora uma série de exemplos pelos quais certas proposições básicas constituem as certezas gerais dos comportamentos e das formas de agir no mundo. E entre as *certezas fulcrais*, a afirmação sobre as obras *Proof on External World* e *A Defence of Common Sense*, de Moore, nas proposições: “eu tenho duas mãos”, “o mundo existia antes do meu nascimento”¹⁴¹, e entre outras, são colocadas como assentes. De modo que uma dúvida radical sobre tais proposições poderia colocar toda a

¹⁴⁰ UEFP, § 243; § 246.

¹⁴¹ DC § 397.

regularidade das *formas de vida* em questão.

Na história natural humana, tais proposições versam sobre certezas nas quais a dúvida do conhecimento sobre o mundo pode colocar em questão a base do edifício de uma história natural, e a negação de um conhecimento fulcral pode levar a se conceber os comportamentos humanos de maneira absolutamente indeterminável.

Há uma diferença entre a incerteza sobre nossas mãos não desaparecerem se não estiverem sendo vistas por nós mesmos e a incerteza em relação às outras mentes? A certeza remete à ausência da dúvida, e a incerteza sobre o mental não é do mesmo nível que a incerteza a respeito dos objetos físicos. A característica dos jogos de linguagem é que o seu aprendizado depende da concordância nos juízos a respeito dos conceitos e que possuem uma base natural em relação ao comportamento humano. É neste sentido que alude Moyal-Sharrock (2016, p. 121, tradução nossa): “nossos conceitos psicológicos são indeterminados porque o comportamento humano é indeterminado”. Exemplifica Wittgenstein:

Suponhamos que introduzo uma expressão, por exemplo “Acredito”, deste modo: ela deve ser prefixada à comunicação sempre que esta servir para dar uma informação sobre aquele que comunica. (Não é preciso ligar nenhuma incerteza a “Acredito”. Lembra-te também de que a incerteza é passível de ser expressa impessoalmente: “Ele poderia chegar hoje.”) (UEFP, § 241)

Nas caracterizações a respeito da certeza, assim como da crença, podemos fazer distinções entre as expressões/proposições em primeira pessoa e terceira pessoa, de modo que a certeza (e crença) em tais expressões em primeira pessoa não desempenham nenhum papel relativo ao conhecimento (em outras palavras, não desempenham um papel epistêmico).

Uma vez que na primeira pessoa é possível a expressão no impessoal e não expressa um conteúdo relativo ao conhecimento: “acredito que p ”, pode ser substituída por simplesmente p (primeira pessoa), assim como a expressão “ele acredita que p ” (terceira pessoa), a substituição não se consolida, mas informa.

Neste último aspecto, os conceitos psicológicos (de crença, certeza e dúvida) são operadores semânticos na primeira pessoa, e não operadores

epistêmicos. De modo que, para o operador semântico, depende do sentido da proposição: a certeza ou a crença em p depende do sentido da proposição. Enquanto que para o operador epistêmico depende dos valores de verdade da proposição: se é o caso tanto do valor de verdade quanto da referência. Assim, é possível colocar em questão o argumento da autoridade epistêmica que assenta sobre as expressões em primeira pessoa. Uma vez que a imputação de conhecimento afirma que *apenas o próprio sujeito que possui um processo mental poderá saber do seu conteúdo*, assim como apenas ele poderá conferir um sentido para a sua expressão.

Contudo, e ao que toca à terceira pessoa? O conhecimento indica uma técnica, técnica que demonstra que o conhecimento poderá ser correspondente a uma descrição, ou seja, o critério do conhecimento é a capacidade cognitiva pela qual se poderá, de certo modo, realizar o conteúdo do conhecimento¹⁴². Assim, o saber corresponde ao domínio de uma habilidade pela qual o critério para o conceito psicológico não repousa na abstração privada, mas na demonstração pública. Tal noção corresponde ao plano de tratamento dos conceitos psicológicos traçado por Wittgenstein, uma vez que as sensações e emoções possuem uma *duração genuína*, mas o conhecimento não; emoções podem ser temporalizadas, uma vez que são episódicas, enquanto as crenças fulcrais e o conhecimento não se caracterizam do mesmo modo¹⁴³.

Colocado de outra forma: o que é a expressão de conhecimento sobre o conteúdo de um processo mental? Para a imputação de um estado subjetivo, muito já deve estar de *antemão* preparado na linguagem, mas também repousar em uma forma de vida. Um exemplo útil aqui é a questão de como saber que uma criança se encontra *triste* pelo seu comportamento característico.

Deste modo, o conhecimento de um processo mental é a capacidade de descrever os arredores a respeito dos quais o conceito psicológico possui papel como operador semântico em um jogo de linguagem. De modo que o choro e os ruídos que acompanham o comportamento de uma criança poderão ser critério

¹⁴² “‘Sabê-lo’ significa apenas poder indicá-lo, descrevê-lo” (UEFP2, § 28).

¹⁴³ Podemos, por exemplo, perguntar quanto tempo um paciente sentiu uma dor, quanto foi a duração de uma emoção, e ele poderá expressar de acordo com as suas lembranças. Contudo, não poderíamos temporalizar do mesmo modo o tempo que o paciente teve a duração *genuína* de seu conhecimento.

da imputação do estado subjetivo com uma base comportamental, isto é, uma história natural humana pautada em comportamentos característicos. O que, por sua vez, forma a normatividade da linguagem. Conforme salienta Wittgenstein a respeito do modo de proceder:

O que fornecemos são propriamente anotações sobre a história natural do homem; não são curiosidades, mas sim constatações das quais ninguém duvidou, e que apenas deixam de ser notadas, porque estão continuamente perante nossos olhos. (IF, § 415).

As formas de falar a respeito do conhecimento como um substantivo que repousa na mente, assim como um objeto de designação ostensiva privada (interna), não podem ser empregadas na epistemologia sem o risco de uma distorção cognitiva: sem o risco de se ignorar os paralelos entre os jogos de linguagem.

O que Wittgenstein nos sugere é que não devemos, em nossas considerações sobre a linguagem e os conceitos psicológicos, refinar um conceito para a finalidade específica de construção de uma teoria (OBFP, § 633), pois os experimentos não poderiam refutar nem corroborar o novo conceito ou hipótese. Trata-se, sobretudo, de analisar os nossos esquemas de classificação dos conceitos psicológicos e, assim, deixá-los como estão (IF, § 124).

A diferença entre as expressões de sensações em primeira pessoa, em contraste com a autoridade epistêmica, é que esta última sugere um absolutismo do conhecimento, que repousa sobre o significado em um sujeito, de modo a tornar o conhecimento um objeto interno inamovível¹⁴⁴, mas que abre margens para o ceticismo. O aspecto eminentemente cético que repousa sobre a autoridade epistêmica, como foi dito, é a afirmação de que o significado de uma expressão (seja de crença, conhecimento, de sensações, emoções e assim por diante) é privado e ocorre na mente do sujeito. E, ao contrário, afirmar que as expressões de “conhecimento” em primeira pessoa possuem uma base de um aprendizado empírico, significa que as expressões com significados são aprendidas com base em comportamentos característicos. Assim, uma criança aprende que “dor” é o que ela deve comunicar, ao invés de apenas gritar. São

¹⁴⁴ Tal expressão nos textos de Wittgenstein diz respeito a posições filosóficas que pretendem imunidade à crítica.

conceitos que substituem expressões mais primitivas. Nas palavras de Wittgenstein:

Quero encarar aqui o homem como um animal; como um ser primitivo a quem se reconhece instinto, mas não raciocínio. Como uma criatura num estado primitivo. Qualquer lógica suficientemente boa para um meio de comunicação primitivo não é motivo para que nos envergonhemos dela. A linguagem não surgiu de uma espécie de raciocínio. (DC, § 475).

A imputação de conhecimento para os processos mentais, nas afirmações de autoridade epistêmica, induz à conclusão de que o conhecimento é uma propriedade mental. Na análise de Wittgenstein, em seu plano de tratamento dos conceitos psicológicos (OBFP2, § 63), juntamente com as suas considerações sobre o conhecimento, o contraste se manifesta: o conhecimento não é um estado mental interno, mas uma técnica. De modo que a imputação de conhecimento em uma expressão (que impute autoridade epistêmica) nada mais deve significar do que a capacidade de agir de determinadas maneiras.

Mas como saber se uma dor alheia é real? Bem, por meio de uma observação de comportamentos, assim como a afirmação em primeira pessoa “eu sei que estou com dores”, é uma expressão com um significado, embora pudesse ser uma mais primitiva. Assim como certos comportamentos característicos de dores em uma criança que ainda não é membro de um jogo de linguagem com uma estrutura fundada. Como foi dito anteriormente, o conhecimento não é um estado mental interior¹⁴⁵, nas palavras de Wittgenstein: “o saber não é de forma nenhuma *traduzido* em palavras quando se manifesta. As palavras não são tradução de uma outra coisa que estava ali antes dela” (OBFP, § 736).

O ceticismo, que se encontra presente em casos de expressões com contestações de autoridade epistêmica, provoca o problema da indeterminação, assim, a indeterminação é o caso paradigmático de um significado privado que

¹⁴⁵ O argumento sobre o conhecimento de outras mentes, uma vez que rejeitamos um argumento por analogia, poderá partir das evidências comportamentais, assim como a base para o aprendizado da linguagem em Wittgenstein. Ryle (2005) realiza tais constatações de maneira que o behaviorismo lógico possui uma conclusão pela qual a evidência sobre as outras mentes não é dada por analogia, mas pela observação. É neste aspecto que podemos traçar relações entre ambos os autores, embora a posição filosófica de Wittgenstein não seja a mesma posição do behaviorismo.

induz para a relativização geral dos conceitos psicológicos. Assim como remete para a indeterminação da própria justificação do significado dos conceitos psicológicos. Contudo, a negação de uma autoridade epistêmica para os casos de imputação de conhecimento para inferências subjetivas em primeira pessoa ainda não resolve a questão sobre a indeterminação.

Embora se possa demonstrar ao cético que o seu aprendizado conceitual seja pautado na experiência, ele poderá recorrer ao subterfúgio de que os conceitos alheios são indeterminados, uma vez que, para o conceito de conhecimento, assim como para os conceitos de sensações, o conteúdo do conhecimento se torna privado.

A alegação de Wittgenstein, de que o conhecimento é uma técnica que deve ser possível de demonstração pública, resolve o problema cético da indeterminação. Razão pela qual o cético poderá argumentar que sabe de eventos que são incomunicáveis e nos quais o critério empírico para o conhecimento não se torna aplicável¹⁴⁶. Tal conhecimento tácito não explicável pode ser descrito em terceira pessoa, bem como a expressão do saber poderá ser demonstrada mediante a prática.

Neste último aspecto, a posição cética se fundamenta como um argumento de um conhecimento inamovível. Contudo, não é o caso de uma refutação ao cético no mesmo nível no qual a questão é colocada¹⁴⁷, pelo contrário, caberá demonstrar que a indeterminação é um caso de elasticidade conceitual, mas que não pressupõe uma interioridade que assente sobre o mental. Em outras palavras, deve-se reconhecer o aspecto cético não como um argumento *sui generis*, mas como um caso de incompreensão do jogo de linguagem adquirido publicamente, ou seja, o cético não atribui o mesmo significado público aos termos que emprega que são adquiridos com uma base objetiva e empírica.

¹⁴⁶ Na contemporaneidade, este é um exemplo de uma versão cética do *conhecimento tácito*, comum aos trabalhos de M. Polanyi e T. S. Kuhn.

¹⁴⁷ Se os escritos de Wittgenstein visam uma refutação ao cético, é uma questão problemática. Embora os aspectos metodológicos de Wittgenstein de fato conduzam para questionamentos pontuais sobre as bases de teorias explicativas, assim como para as bases do posicionamento cético.

Conquanto o argumento cético permaneça, o caso da indeterminação da linguagem não significa uma relativização total dos jogos de linguagem. É possível um caso de conhecimento tácito não-linguístico, embora o conhecimento por normatividade deva ser passível de demonstração pública, de descrição objetiva através da terceira pessoa e relatos informacionais.

3.2 Descrições epistêmicas

A obra *Da Certeza* de Wittgenstein traz consigo uma abordagem para a teoria do conhecimento, principalmente do papel da certeza e da dúvida em relação com o saber. As considerações de Wittgenstein a respeito do conhecimento em *Da Certeza* não apenas se encontram atreladas aos argumentos paradigmáticos do uso dos termos “saber”, “acreditar”, “duvidar” em primeira pessoa expressos por Moore, como também possuem relações diretas com as abordagens de Russell.

Asseveramos anteriormente (3.1) que o problema da indeterminação se encontrava ligado ao significado, porém, ele também se encontra ligado ao conhecimento propriamente dito, e assim, se encontra relacionado com posições céticas. Afirmamos anteriormente que a resposta ao cético talvez não pudesse ser dada de maneira absoluta, ou seja, de modo inamovível, do mesmo modo no qual o questionamento cético é colocado. Contudo, Wittgenstein, em *Da Certeza*, faz totalmente o contrário, uma vez que fornece uma resposta para o argumento cético no mesmo nível no qual a questão cética é colocada. Este é um caso curioso pelo qual devemos considerar uma série de descrições dos verbos relativos ao saber, dúvida e certeza.

Wittgenstein, ao discutir o tema do conhecimento, se encontra afastado da tradição clássica de Platão, Descartes, Locke e Kant, para mencionar apenas alguns autores que discutem o tema do conhecimento. Os aspectos metodológicos de Wittgenstein aplicados ao tema do conhecimento requerem uma nova concepção epistemológica, a saber, a análise conceitual dos jogos de linguagem pautados em uma história natural. A linguagem se encontra pautada na prática, nas ações humanas diante do mundo, seja nas relações sociais, seja no modo de agir diante de determinadas circunstâncias ordinárias. Bassols

(2001, p. 271) comenta que Quine possui uma visão similar a respeito da abordagem epistemológica, herdada das posições filosóficas de Wittgenstein, e pontua que se trata de uma “epistemologia naturalizada”¹⁴⁸. A nova abordagem da epistemologia deixa de lado as hipostasias, assim como deixa de lado a promessa de certeza de Platão a respeito de um conhecimento inamovível, assim, abandona a indagação sobre a possibilidade de um conhecimento *a priori* que é pauta de discussão desde Descartes.

Em *Da certeza*, a refutação a uma posição cética se constitui no mesmo nível no qual a questão cética é levantada. Há duas noções que respondem a Russell neste ínterim. A primeira, sobre a teoria causal do significado psicológico (discutida anteriormente na seção 1.1). A segunda remete à proposta epistemológica em que busca um conhecimento que o homem razoável não poderia colocar em dúvida¹⁴⁹. Russell, em sua proposta, pretende dar uma resposta ao cético e evitar o relativismo radical a respeito do conhecimento, como foi dito, procurando um conhecimento fundacional. Wittgenstein rejeita tanto a posição de Moore quanto a posição de Russell: a segunda por estar equivocada, e a primeira por falta de precisão.

Vejamos agora alguns exemplos sobre a abordagem epistemológica de Wittgenstein e a aplicação dos aspectos metodológicos (discutido nas seções 1; 1.1; 1.2; 1.3) ao caso do conhecimento e da resposta ao cético. *Da certeza* representa com ênfase o caso de aplicação de aspectos metodológicos da filosofia da linguagem de Wittgenstein aos problemas clássicos da teoria do conhecimento. Contudo, nos interessa, ao caso cético, a resposta de Wittgenstein ao caso de Moore, onde o autor (Moore) afirmou proposições triviais sobre o conhecimento em primeira pessoa, nas seguintes considerações: “eu sei que p”, enumerando, assim, um conhecimento eminentemente em primeira pessoa. Segundo Wittgenstein, tal posição se baseia em um uso incorreto do termo “saber” em primeira pessoa, por induzir que o saber, neste sentido, seja

¹⁴⁸ Cf. Quine, W. O. *Epistemology Naturalized*. In: *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1999, p. 69.

¹⁴⁹ Cf. Wittgenstein y la teoría del conocimiento clásica. In: BASSOLS, Alejandro Tomasini. *Teoría del conocimiento clásica y epistemología wittgensteiniana*. Mexico: Plaza y Valdés, 2001, p. 233.

um estado mental¹⁵⁰. Neste aspecto, as relações das expressões de “saber” em primeira pessoa utilizadas por Moore possuem fortes ligações com as formas de expressões céticas. A obra *Da Certeza* é um exercício de aplicação metodológica e um questionamento sobre o funcionamento da linguagem.

As expressões em primeira pessoa com o termo “saber” (por exemplo, “eu sei que p”) significam que a afirmação não pode incorrer ao erro, e quem afirma saber em primeira pessoa indica que o seu conhecimento não está sujeito à contestação. Mas também é possível afirmar que se acreditava que se sabia. Aqui, aparecem dois usos para o termo “saber”, que por sua vez se origina das relações entre jogos de linguagem. O cético assevera que não é possível saber a respeito do mundo, uma vez que é necessária uma base firme que sustente todas as suposições a respeito do saber. Em outras palavras, a certeza e o saber devem estar fundamentados por uma base segura.

Como podemos saber que nossas mãos não desaparecem no momento em que não estamos olhando para elas? Como podemos saber que o mundo já existia antes do nosso nascimento? O cético assevera que tais saberes não são possíveis, uma vez que sustenta a necessidade de um fundamento tanto para a afirmação do saber quanto para o conteúdo da proposição, e a base para o saber, ao ser investigada, possui erros sistêmicos. Para uma soma aritmética, o cético assevera que nunca podemos ter certeza de saber sobre o seu resultado, uma vez que poderíamos incorrer ao erro.

Wittgenstein, ao se dirigir para tais questões que remontam às argumentações céticas, permanece na mesma postura cética como contra-argumento. O cético possui dúvida sobre o conhecimento, e o que Wittgenstein faz é perguntar sobre o fundamento da dúvida cética. Wittgenstein não procede como Moore, indagando sobre todas as proposições triviais que ordinariamente afirmamos que temos como certas. Pelo contrário, de acordo com Wittgenstein, a dúvida cética é colocada contra o cético.

As descrições em torno da dúvida, certeza e saber em primeira pessoa foram apontadas por Bassols (2001, p. 249). Trataremos apenas de analisar a abordagem de Wittgenstein sobre tais conceitos:

¹⁵⁰ DC, § 6.

a. Descrição de dúvida.

a1. O cético carece de fundamentar a base pela qual reside a sua dúvida.

a2. A dúvida não pode tocar a história natural humana, uma vez que todas as proposições triviais aceitas formam parte de um sistema de crenças. Colocar certas proposições triviais em questão compromete a ação humana no mundo. Wittgenstein afirma que primeiro uma criança aprende os conceitos e depois a dúvida poderá ser colocada. Uma criança que inicia duvidando sobre tudo o que aprende não poderia agir no mundo do mesmo modo que um adulto, ou seja, “a criança aprende, acreditando no adulto. A dúvida vem *depois* da crença” (DC, § 160).

a3. Sobre a história natural repousam proposições que formam as bases das convicções humanas. A linguagem, como construção baseada na história natural, também é pautada em reações comportamentais. A dúvida deve nortear a ação, ou então, não é uma dúvida genuína, o que significa que uma dúvida que não compromete a ação humana sobre o mundo é uma dúvida falsa. Nas palavras de Wittgenstein: “o homem sensato não tem certas dúvidas” (DC, § 220).

b. Descrição de certeza.

b1. Agimos sem duvidar, com certeza *fulcral*, uma vez que a dúvida generalizada compromete a ação humana sobre o mundo e a própria história natural. Wittgenstein afirma que temos diversas convicções que fazem parte do nosso conjunto de certezas sobre como devemos agir, ou seja, certezas que direcionam as nossas ações sobre o mundo¹⁵¹.

b2. A certeza mental se caracteriza pela ausência da possibilidade do erro, embora não represente uma certeza objetiva. Trata-se de uma certeza meramente subjetiva¹⁵² que pode ser colocada em questão tanto em relação à história natural humana quanto em relação aos dados objetivos.

b3. A certeza proposicional é objetiva, uma vez que repousa sobre um

¹⁵¹ Bassols (2001, p. 260) possui um exemplo útil: “quando um ser humano se encontra com fome, não duvida de que a comida diante de si não poderia se converter em um pedaço de gelo”.

¹⁵² Infere-se como se encontram as coisas no mundo, mas não que a inferência se encontre justificada, significa apenas apresentar razões para uma determinada inferência.

conjunto de situações e elementos que condicionam determinadas proposições a serem tomadas como aceitas (*background*) para a ação humana sobre o mundo. Colocar o *background* em dúvida significa colocar em questão tanto qualquer forma de agir sobre o mundo quanto a própria dúvida. Neste último aspecto, colocar uma dúvida em dúvida é redundante.

c) Descrição do saber em primeira pessoa.

c1. Moore afirma saber, mas não percebe, segundo Wittgenstein, que há dois tipos de usos para o termo “saber”: o uso ordinário e o uso filosófico¹⁵³. Por um lado, no uso ordinário, o “saber” significa apenas poder dar razões para uma proposição, sem a tomar como totalmente acertada. Por outro lado, pode significar tomar o *background* como um “saber” trivial, que significa apenas que para um sujeito x, dadas determinadas condições, segue-se que x deve se comportar de determinada maneira, então a certeza e o saber coincidem.

c2. O uso ordinário do termo “saber” em primeira pessoa pode ser expresso pelo impessoal, tornando irrelevante o conceito de “saber” com a autoridade epistêmica a ele atribuído, e, portanto, o termo “saber” vinculado a um estado mental independente pode ser rejeitado.

c3. Para qualquer afirmação proposicional do “saber” em primeira pessoa no uso filosófico, deve-se pressupor uma série de outras proposições implícitas e ordinárias que sustentem a proposição de “saber” no uso filosófico¹⁵⁴.

Chegamos até um ponto de partida para uma refutação ao cético, presente nas considerações de Wittgenstein. Para o conceito de “saber” em primeira pessoa no uso filosófico, há de se pressupor uma série de proposições implícitas que localizam aquele que afirma “saber que x” dentro de um *universo proposicional*. As proposições de fundo que sustentam qualquer afirmação sobre o “saber” em primeira pessoa utilizada no uso filosófico não podem ser expressas fora do seu conjunto. E, portanto, a tentativa de dar uma resposta ao cético para uma proposição isolada (“eu sei que x”) em primeira pessoa, procurando um

¹⁵³ O presente ponto (c1-c2-c3) se trata de um resumo esquematizado retirado da obra de Bassols (2001, p. 250), em que realiza a distinção entre ambos os usos. Consideramos a análise de Bassols correta e não acrescentamos maiores ponderações.

¹⁵⁴ O *background* deve ser tomado como campo objetivo, por exemplo, afirmar “eu sei que está chovendo” implica outras proposições implícitas de fundo, tais como condições meteorológicas, que se vive no Planeta Terra etc.

fundamento último, não se sustenta, e o cético sempre poderá duvidar da possibilidade do saber. Segundo Bassols:

O que isto significa é que algumas proposições pressupõem outras, se erigem sobre elas. Nenhuma delas possui uma marca especial. Bem como, seu caráter distintivo constitui o lugar que ocupa no sistema global e é este lugar que determina a sua função semântica. (BASSOLS, 2001, p. 262, tradução nossa).

Tanto o uso filosófico quanto o uso cético para o “saber” são equivocados. Principalmente, por não considerarem que, nas perguntas céticas, as respostas filosóficas ao cético, assim como a tentativa de dúvida e de construção de saberes, são parte de um grande conjunto de proposições que formam parte de uma história natural. Como foi dito, a negação ou a dúvida da história natural, assim como a dúvida cética do saber para com proposições triviais, significa colocar em questão toda *forma de vida*, o modo de agir no mundo que permanece implícito nas organizações sociais, culturais, e em pesquisas científicas.

O pano de fundo que faz com que uma expressão de “saber” em primeira pessoa tenha função semântica constitui a propriedade objetiva das proposições, ou seja, o conhecimento social e consolidado, as práticas institucionalizadas, que formam, enfim, o conhecimento de *background*.

Os aspectos metodológicos para fundar crenças, que possuem utilidade para as expressões ordinárias de “saber”, são os mesmos de explicitação de proposições presentes nas expressões ordinárias de “saber” colocadas em primeira pessoa. Em outras palavras, fundar uma crença envolve uma análise de uma dada proposição e, assim, tomá-la como verdadeira desde um ponto epistêmico, de acordo com a sua verofuncionalidade. Contudo, tal caráter de tomar uma proposição como verdadeira dependerá do *background*. Assim, seria impossível para apenas um indivíduo explicitar todo o conjunto de proposições que compõe o seu *background* para que a sua expressão em primeira pessoa (“eu sei que *p*”) tenha uma função semântica. Do mesmo modo, se se colocar em dúvida a história natural, é posta em dúvida, juntamente, qualquer possibilidade de função semântica para expressões isoladas.

Os conceitos em relação à certeza e à crença, em relação com as atitudes epistêmicas, são mais bem delineados por Wittgenstein em *Da Certeza*, assim

como aparecem também fragmentos das considerações tanto em *Investigações Filosóficas* quanto em sua segunda parte e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*. Tais conceitos desempenham um papel importante em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. Para distinguirmos o pensamento da crença, não basta afirmar que a crença possui afinidade com outros conceitos como temor, desejo, esperança, e localizar a expressão da crença em uma expressão em primeira pessoa (“eu sei que p ”), mas buscar a lógica do conceito de crença. Tal conceito, como dito anteriormente, se encontra relacionado com o conceito de “saber” em primeira pessoa. Wittgenstein explorou as descrições da gramática destes conceitos. Assim como as emoções, crenças não possuem uma localização corpórea, tampouco a esperança, e ao contrário das sensações corporais e das representações, uma crença não possui a mesma duração temporal (*duração genuína*), elas fazem parte de um pano de fundo proposicional que sustenta em conjunto as funções semânticas isoladas.

Pode-se definir a crença como a falta (ausência) de dúvida em relação a uma proposição, tanto para o uso ordinário quanto para um uso filosófico. Deste modo, a crença não é um estado mental que pode ser expresso e descrito com seus conteúdos característicos, assim como a dúvida. Embora a crença, o saber, a dúvida e a certeza possam ser descritas em uma linguagem em primeira pessoa, não possuem um estatuto epistêmico nas expressões em primeira pessoa.

Do mesmo modo, as expressões em primeira pessoa das atitudes proposicionais (crença, dúvida etc.) são levadas para os subjuntivos, de um lado, e são contraditórias quando negadas, por outro. Tais características demonstram as funções semânticas de determinadas expressões em primeira pessoa. Os subjuntivos são os casos nos quais a formalização lógica negligencia o conteúdo prévio, de modo que a formalização de uma proposição não é idêntica à sua expressão ordinária, acarretando confusões nas formalizações, uma vez que se pode confundir a expressão na linguagem com uma implicação formal. Exemplifica Wittgenstein:

A proposição “Se p , então q ”, como, por exemplo, “Se ele vier, ele trará algo para mim”, não é igual a “ $p \supset q$ ”. Pois a proposição “Se..., então...” admite o subjuntivo, e a proposição “ $p \supset q$ ” não.
- Quem à proposição “Se ele vier,...” responde com “Isso não é

verdade” não está querendo dizer: “Ele vem e não vai trazer nada”, e sim: “Ele *pode* vir e não trazer nada”

De “ $p \supset q$ ” não se segue “Se p , então q ”; pois eu posso muito bem afirmar a primeira proposição (sei, por exemplo, que $\sim p \cdot \sim q$ é o caso) e negar a segunda (OBFP, § 269).

O subjuntivo se caracteriza pela diferença entre a expressão na linguagem e a formalização, no caso de hipóteses que remetem à *incerteza*.

Como exposto anteriormente, as crenças, saberes, desejos, expressos em primeira pessoa, não garantem a verdade do objeto, mas constituem o campo do jogo de linguagem no qual as proposições funcionam. A proposição: “eu acredito que p ”. Pode ser interpretada de maneira não problemática pela afirmação da proposição “ p ” isolada. Deste modo, afirmar “ p ” na linguagem ordinária reflete a crença de que “ p ” (como uma função semântica). Assim, o “eu sei que”, “eu acredito que” etc., embora sejam expressivas e possuam um papel semântico, isto é, funções semânticas, não possuem um estatuto epistêmico, e, portanto, não possuem uma autoridade epistêmica genuína.

As diferenças entre uma implicação material e o subjuntivo nas expressões ordinárias fazem com que a linguagem ordinária possua mais variações, mais relações entre jogos de linguagem, tornando uma análise mais complexa, embora mais rica em funções semânticas.

Os aspectos metodológicos presentes nas obras de Wittgenstein aplicados ao contexto do *saber* não apenas removem as inclinações da epistemologia anterior ao século XX de se considerar o conhecimento como uma propriedade mental ou inerente a uma configuração psicológica humana (racionalismo cartesiano, idealismo), como dispensam um tratamento de hipostasias. A epistemologia traçada por Wittgenstein aponta para um comprometimento da filosofia com o desenvolvimento de modos de análise conceitual.

A afirmação da indeterminação do significado dada por Quine e Kripke consiste em darem maior relevância para a técnica da linguagem do ponto de vista de seguir regras gramaticalmente, e tal indeterminação do significado abre margens para a indeterminação do conhecimento sobre proposições basilares. Tanto Bassols, Rorty e Moreno comentam a respeito de uma epistemologia que

se volta para a prática e os contextos de utilização da linguagem. Apontamos aqui o recurso da localização dos conceitos psicológicos com conotações epistêmicas ao campo da história natural humana. Contudo, o destaque para uma epistemologia naturalizada que considera a história natural humana não implica a dissolução da gramática, mas a localiza nos parâmetros de inteligibilidade, tanto para o significado na linguagem quanto para as proposições que indicam conhecimento.

3.3 Pensamento e linguagem

Wittgenstein aponta, concernente à filosofia da psicologia, duas idiossincrasias sobre a distinção entre pensamento e linguagem em *Investigações Filosóficas* e *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*¹⁵⁵.

A primeira idiossincrasia a respeito da sustentação de uma distinção entre o pensamento e a linguagem é a da interioridade ou privacidade assente sobre o significado, que aparece, nos trabalhos de Wittgenstein, desde o *argumento da linguagem privada* e segunda parte de *Investigações Filosóficas*. A segunda idiossincrasia, sobre a autoridade epistêmica, concernente ao conhecimento privado e pessoal nas expressões em primeira pessoa.

As posições que sustentam a distinção com significado privado se assentam nestes dois aspectos que, fundamentalmente, implicaram discussões bastante controversas na história intelectual¹⁵⁶. O primeiro aspecto idiossincrático da questão pode ser resumido na pergunta de W. James: o pensamento se encontra completo no início ou no final de uma frase?¹⁵⁷. O

¹⁵⁵ IF2 (§ XI; § XII; XII), e OBF2 (§234; §235). Também é recorrente em outros escritos, como em UEFP (§118; §119; §120), e em ZE (§1; §10; §12).

¹⁵⁶ Desde Platão, a questão está disposta, embora não do mesmo modo que na filosofia moderna. No diálogo *Crátilo* do autor, há uma pergunta a respeito da linguagem, que consiste na questão de como é possível que um nome possa se relacionar (representar) com um objeto real. O recurso, no diálogo, é demonstrar que os nomes possuem essências que se relacionam com o mundo. Um outro aspecto deste problema é tratado por Sto. Agostinho, em *Confissões (Livro I)*, ao tratar dos nomes como sinais para objetos, e os nomes para sensações e emoções como maneiras de exprimir uma vontade interior. Esta teoria implica na separação entre pensamento e a linguagem. Uma visão similar é elaborada por Descartes, na filosofia moderna, o qual afirma em *Meditações Metafísicas* que a constituição do homem se dá em dois aspectos, o espírito e o corpo. Ele postula um dualismo de duas essências: mente e corpo. De modo geral, na noção cartesiana, o pensamento é uma propriedade da mente, enquanto a linguagem é uma ferramenta para o pensamento.

¹⁵⁷ “(...) não existe nada em nossas mentes além do que nossas próprias palavras, assim que elas passam?” (JAMES, W. 1974, p. 69).

segundo aspecto pode ser compreendido em decorrência de tal questão, uma vez que o conhecimento sobre o significado permanece oculto e privado para terceiros.

Tal pergunta não será resolvida apenas com uma linha histórica pela qual o problema adquiriu interpretações ao longo do tempo na epistemologia. Embora uma atitude histórica nos auxilie a localizar as posições intelectuais, filosóficas e psicológicas a respeito das origens do problema e das idiossincrasias que prevalecem nas distinções assentes em teorias que visam uma solução ao problema na história intelectual¹⁵⁸.

Nos conhecidos parágrafos sobre o *argumento da linguagem privada*, em *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, a questão sobre a linguagem aparece em um diálogo cético, a respeito da privacidade do significado linguístico¹⁵⁹. Vimos que a posição que origina o problema se caracteriza pelo seu aspecto de interioridade, que destaca a privacidade, seja do significado de um termo em uma proposição, seja do conhecimento pessoal do significado. Contudo, a discussão a respeito do pensamento e linguagem perpassa várias obras de Wittgenstein. Por exemplo, em *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*, o autor assevera:

A pergunta seria então: quando uma palavra ocorre num determinado contexto, posso criar no pensamento um outro contexto? Se não o faço, não acontecendo nada de anormal, vai então o meu pensamento a par da minha fala?

Ainda que o meu pensamento se desvie alguma vez do caminho da fala, ele segue normalmente tal caminho.

Se tudo segue o seu caminho normal, ninguém pensa no acontecimento interno que acompanha a fala. (UEFP, § 118; §119; §120)

¹⁵⁸ O problema a respeito da distinção entre pensamento e linguagem significativa também assenta a base de uma investigação empírica e, portanto, científica, sobre a natureza do pensamento, de um lado, e da linguagem, por outro. Contudo, antes de abordar a questão de um naturalismo que repousa sobre o problema, devemos olhar, preliminarmente, para as idiossincrasias de uma tal distinção.

¹⁵⁹ O argumento possui diversas interpretações, tais como as de Kripke, Quine, Hacker, sobre a indeterminação e o paradoxo no seguimento de regras. Assim como interpretações que destacam uma refutação à teoria ostensiva. Contudo, destacaremos apenas o papel da privacidade assentada em posições que sustentam a distinção entre o pensamento e a linguagem com o recurso da privacidade do significado.

A distinção entre o significado de um pensamento privado e a expressão na linguagem (com o significado privado). Caracteriza-se pelo aspecto da interioridade do significado num processo mental que condicionaria a possibilidade de uma proposição significativa ser expressa na linguagem, e a indeterminação resultante sobre o significado, ou seja, se é o caso de um significado restrito ou público.

A respeito da primeira idiossincrasia, a efetividade da proposição expressa é apenas possível pelo pensamento anterior que condiciona a linguagem, e assim, ocorre uma bifurcação entre pensamento privado e significado expresso. Como questionamos a distinção? A posição admite um ceticismo para o significado na medida em que postula uma privacidade do significado, assim como admite um ceticismo sobre o pensamento de terceiros na medida em que admite a separação entre um pensamento significativo privado e a compreensão de terceiros expressados pela proposição.

O problema a respeito da privacidade assenta sobre a possibilidade de um pensamento significativo na ausência da expressão, ou em outras palavras, da posição que admite a possibilidade de um pensamento significativo privado.

A pergunta feita por Wittgenstein retrata a questão: “pode-se pensar sem falar?”¹⁶⁰, ou seja, pensar significativamente. E aponta o caminho: “É pensar uma espécie de falar?”¹⁶¹ Há uma distinção entre ambas as questões. A primeira reside sobre a indagação da possibilidade de um pensamento significativo sem a expressão, enquanto a segunda aponta para uma relação entre pensamento e linguagem.

Se afirmarmos que o significado é uma característica do pensar, nos inclinamos para a questão inicial colocada por James, uma vez que o sentido enquanto pensamento é anterior a uma proposição, mas com isso permanecemos com a questão indecida.

Se afirmamos que o significado é uma característica da linguagem, ainda devemos buscar uma posição que sustente racionalmente que o significado é constituinte da linguagem, ou seja, em frases, sentenças, termos e proposições.

¹⁶⁰ IF, § 327.

¹⁶¹ IF, § 330.

Ou então, investigar se o significado é uma característica inerente aos termos (atômicos em uma proposição).

Se admitimos que o significado não é uma propriedade do pensamento, mas da linguagem que repousa no uso, estamos inclinados com tal noção a rejeitar a distinção, juntamente com Wittgenstein. Contudo, tal posição não é defendida apenas por autores da filosofia analítica das escolas de Cambridge e Oxford, como também no campo da fenomenologia e psicologia¹⁶². A idiossincrasia de um pensamento com significado privado remete à concepção de Russell do significado causal psicológico¹⁶³. A idiossincrasia reside no aspecto de que o pensamento e o seu conteúdo são privados (ou seja, internos), em oposição ao público.

Negar o aspecto privado do significado ao pensamento não significa negar que se possa pensar em silêncio. Trata-se de um equívoco, ou seja, não queremos negar a interioridade, mas as categorias privadas que aparecem como *fantasmas na máquina*¹⁶⁴ relativas ao significado.

A concepção do significado no pensamento como linguístico permite uma abordagem dinâmica, livre dos problemas impostos pelo dualismo. Wittgenstein aborda essa relação entre pensamento e linguagem em vários momentos de suas considerações sobre os verbos psicológicos¹⁶⁵, oferecendo um tratamento para o problema. No entanto, a questão permanece em aberto nos moldes em que é colocada: a imaginação que acompanha o significado de um termo pode ser ela mesma causada pela proposição no processo de significação, exigindo uma elucidação que vá além da mera identificação entre pensamento e linguagem.

A palavra “pensamento” admite uma polissemia. Precisamos, com isto, localizar as variedades dos sentidos semânticos de tal termo, assim como localizar tal conceito nos jogos de linguagem e suas relações. Segundo Wittgenstein, os jogos de linguagem sobre o interior e o exterior possuem

¹⁶² Cf. GOLDSTEIN, K. El analisis de la afasia y el estudio de la esencia del lenguaje. In: *Psicología del lenguaje*. Buenos Aires: Paidós, 1960.

¹⁶³ Discutida anteriormente em 1.3; 2.1.

¹⁶⁴ Ryle, ao elaborar tal negação, localiza o mito categorial em Descartes. Contudo, nega todo um cenário interior em detrimento de um cenário comportamental. Destacamos que a posição do behaviorismo se aproxima da posição de Wittgenstein, embora possuam diferenças significativas, principalmente, no modo pelo qual a privacidade é tratada.

¹⁶⁵ Ver plano de tratamento dos conceitos psicológicos (seção 1.2).

relações bastante aproximadas. Como surge o interior enquanto um cenário privado é uma questão que, para Wittgenstein, poderá ser respondida metodologicamente mediante uma busca de relações nos jogos de linguagem¹⁶⁶.

Para uma *visão panorâmica* da situação, devemos buscar uma separação entre a imaginação ausente de linguagem e um pensamento linguístico significativo. É nesse último sentido de ‘pensamento’ que devemos nos debruçar, uma vez que a idiossincrasia de uma privacidade do significado em um pensamento linguístico nada mais afirma que o significado da linguagem é um pensamento significativo privado. Na esteira do pensamento privado, a linguagem é uma ferramenta para a expressão, assim, a conclusão não poderá ser outra senão a apontada na questão de James de que o pensamento pode se encontrar completo antes da expressão de uma sentença na linguagem ou no fim dela.

Contudo, o significado identificado com a linguagem indica que o pensamento sem linguagem é vazio de conteúdo¹⁶⁷. Para a posição de uma privacidade do significado em um pensamento, permanece a figura fantasmagórica de um pensamento sem corpo e privado como mera possibilidade sem efetividade. A exclusão da distinção entre significado no pensamento privado e linguagem implica que o pensamento significativo é, tanto semanticamente quanto estruturalmente, pautado na linguagem¹⁶⁸. Em outras palavras, o pensar é concomitante à expressão frasal.

O contraste de uma divisão entre pensamento e linguagem que envolve a privacidade do significado pressupõe que o significado seja uma propriedade atribuída pela cognição humana em sentenças. Assim, o significado é inexistente na ausência de um *constructo* humano. Independentemente de um debate acerca do realismo ou idealismo que recaia sobre a questão, ainda, a privacidade de um pensamento com significado apenas poderá ser *linguística*, ou seja, a

¹⁶⁶ O jogo de linguagem da posse, por exemplo, pode sugerir uma metáfora para tais relações. S afirma que possui um objeto (exterior) sobre seu domínio, que lhe pertence. Analogamente, S poderá afirmar que possui uma ‘dor’ (ou emoção em seu interior) do mesmo modo que possui um objeto.

¹⁶⁷ Para além da polissemia do termo “pensamento”, o sentido de “pensamento” que temos em conta aqui é o significativo e linguístico, que se distingue de uma “imaginação” não linguística, do “pensamento visual”, e assim por diante.

¹⁶⁸ Tal perspectiva se aproxima da concepção de Vygotsky exposta em *Pensamento e Linguagem*.

capacidade de nomear os objetos presentes e processos mentais, e a de construir e interpretar sentenças.

Tal problema de uma distinção pode ser apontado como uma certa confusão de uma outra distinção: a de *processos* mentais e *estados* mentais. Como demonstra Wittgenstein ¹⁶⁹, os processos mentais são características de expressões episódicas, isto é, *duração genuína*. Enquanto os estados mentais não podem ser localizados em termos episódicos.

Ainda, como expressões episódicas em processos mentais direcionam a consideração de que a imaginação, enquanto um significado não-linguístico, é um processo mental¹⁷⁰ que possui durações correspondentes. Por exemplo, a expressão em primeira pessoa “estou imaginando x” é um pensamento, enquanto o conteúdo é uma imaginação. Tal perspectiva demonstra que “pensar” admite uma polissemia. Mas não acreditamos que o problema seja apenas uma falha conceitual entre esta distinção, de modo que deve haver uma outra razão, mais profunda, pela qual a crença de um pensamento significativo e privado que não seja a *imaginação* se sustente.

O segundo aspecto, de uma autoridade epistêmica, leva para a sustentação de uma distinção entre o saber expresso em primeira pessoa de modo linguístico, diz respeito ao conhecimento *pessoal* do conteúdo significativo dos próprios pensamentos (em um sujeito). Deste modo, um sujeito poderá afirmar que apenas ele possui o saber a respeito do conteúdo do que se encontra pensando. Embora seja uma constatação trivial, cabe destacar que o significado (do conteúdo) do pensamento apenas poderá ser descrito objetivamente mediante uma descrição no caso do saber.

Assim, perguntamos a um sujeito se ele sabe jogar xadrez, e por quanto tempo ele soube que sabia jogar xadrez. Constataremos que o sujeito sabe na medida em que conseguir demonstrar em uma partida do jogo o respectivo saber que afirma. Demonstrar que apenas o sujeito sabe sobre o conteúdo dos seus pensamentos é uma questão que deve pressupor a linguagem para a expressão, que por sua vez pode ser descrita como experiências, imaginação, capacidades cognitivas e disposições. E, uma vez que o jogo possui regras, a afirmação

¹⁶⁹ OBFP1, § 836.

¹⁷⁰ UEFP, § 116.

pessoal do sujeito sobre conhecer o jogo de xadrez significa que possui o domínio de uma técnica¹⁷¹.

Do mesmo modo, ser capaz de se comunicar significa dominar a técnica da linguagem. Assim, necessitamos verificar se a expressão ‘eu sei o que eu penso’ possui o mesmo estatuto que o domínio de uma técnica, isto não é a técnica de ler os próprios pensamentos. Contudo, a questão permanece mal colocada, uma vez que a afirmação expressa pelo sujeito “eu sei o que eu penso” não poderá ser significativa se não for passível de significado dado semanticamente, ou seja, em uma estrutura linguística (jogo de linguagem).

O domínio de uma técnica não significa que o saber permaneça privado ao sujeito, uma vez que ele deve poder demonstrar publicamente a sua capacidade de acordo com regras igualmente conhecidas publicamente. A autoridade epistêmica a respeito da primeira pessoa, de seus significados em conteúdos de pensamentos privados, também abre margem para o ceticismo a respeito do significado, na medida em que o conhecimento não seja compreendido como uma técnica publicamente demonstrável.

Caso se indague ao sujeito (que atribui aos seus pensamentos privados uma autoridade epistêmica) a questão: qual a base do significado pela qual denomina os objetos da sua experiência? Apenas poderemos constatar que corresponde a um aprendizado da linguagem.

Tal aprendizado envolve tanto critérios empíricos como uma demonstração no domínio público, caso contrário, não poderíamos julgar que toda a denominação do sujeito seja a *mesma* denominação que realizamos publicamente¹⁷².

Se os critérios para a afirmação de uma autoridade epistêmica são empíricos, como é possível que o conteúdo dos pensamentos seja passível de interpretação privada? Contudo, todo o pensamento significativo é eminentemente linguístico, uma vez que o aprendizado da linguagem possui uma base empírica pautada em uma normatividade. De maneira que seria, não

¹⁷¹ O saber “que” e o saber “como” também podem auxiliar a questão sobre um “saber privado”, uma vez que ambos podem ser aferidos publicamente.

¹⁷² Os conceitos de cores são empregados pública e objetivamente na linguagem. Caso um significado seja privado, não apenas a expressão característica para os conceitos de cores seria ininteligível, como tampouco haveria um consenso, ou seja, uma “concordância nos juízos” em jogos de linguagem a respeito da nomeação de cores.

apenas enganoso, como também falso, a atribuição de uma autoridade epistêmica a respeito do significado do conteúdo do pensamento, na ausência da linguagem pública e de um modo prático de condução na linguagem.

Podemos abordar tal questão da autoridade epistêmica segundo a posição de Hacker (1986, p. 272) ao problema presente no argumento da linguagem privada traçado por Wittgenstein. Hacker contesta o argumento a respeito do conhecimento pessoal dado de maneira privada e da autoridade epistêmica nele presente no que concerne ao significado.

Tal distinção diz respeito aos seguintes aspectos: ao operador epistêmico cabe o valor de verdade da proposição; ao operador semântico cabe o significado da proposição/expressão.

Como foi dito (seção 3.1), a expressão em primeira pessoa (“eu sei o que eu estou pensando”, “eu tenho uma dor”, “eu acredito que p ” etc.) não são constatações privadas e se diferem da descrição em terceira pessoa. Esta última corresponde a uma observação, uma vez que o sentido da expressão em primeira pessoa apenas poderá ser inteligível de acordo com a semântica de jogos de linguagem, das proposições objetivas que fazem parte de um *background*.

Mas falta ao operador semântico os valores de verdade possíveis de atribuição segundo critérios objetivos, e tal expressão imputa um conhecimento pessoal a respeito do significado do conteúdo do pensamento privadamente (na primeira pessoa).

Assim, as expressões “eu sei o que eu estou pensando”, “eu acredito que p ”, poderão ser substituídas pelo impessoal sem prejuízos, uma vez que a expressão no impessoal “eu acredito que p ”, poderá ser a expressão de (simplesmente) “ p ”, do mesmo modo, “eu sei o que eu estou pensando”, poderá ser substituída pelo conteúdo correspondente ao pensamento isoladamente.

A tese dos operadores epistêmicos proposta por Hacker limita a atribuição de valores de verdade para as expressões em primeira pessoa. As expressões de verbos psicológicos que possuem a autoridade epistêmica não podem ser suscetíveis de descrição pública e a consequente verificação do seu valor de verdade, tampouco podem ser mensuradas de acordo com critérios objetivos. Nestes aspectos, toda a expressão pessoal que imputa o saber a respeito do significado em pensamentos privados não são constatações.

As expressões em primeira pessoa não possuem valor de verdade e não dizem respeito ao conhecimento, uma vez que, para a imputação de conhecimento, a proposição deve possuir valores de verdade. Isso permanece indecído na primeira pessoa no modo privado em que é colocada. Do mesmo modo, tal argumento da atribuição de um *status* epistêmico nas proposições em primeira pessoa e que se liga ao significado privado, corresponde à impossibilidade do conhecimento das expressões em primeira pessoa pautado na autoridade epistêmica.

Contudo, segundo o operador semântico, as expressões em primeira pessoa possuem um sentido, uma vez que o critério para a expressão é empírico e baseado no aprendizado de jogos de linguagem com regras semânticas estabelecidas por comunidades de falantes. Neste aspecto, as expressões pessoais (de dor, por exemplo) podem ser interpretadas como uma substituição de expressões primitivas de dor, isto é, expressões características de processos mentais.

A imputação de autoridade epistêmica implícita nas expressões de conhecimento a respeito do significado no conteúdo do pensamento é baseada na idiosincrasia de tratar as expressões em primeira pessoa, como um cenário privado adquirido sem o recurso da experiência e de *formas de vida* (culturalmente).

Assim, podemos tratar das confissões em primeira pessoa, não como proposições com valor de verdade, mas como expressões não-epistêmicas, pois se trata de expressões que possuem uma base primitiva com características possíveis de observações comportamentais. A base de Hacker para a tese não-epistêmica ao caso das expressões de verbos psicológicos em primeira pessoa (significado privado) reside na concepção de que se pode separar a imputação de conhecimento pessoal de uma expressão dos casos de domínio de uma técnica demonstrável publicamente. Também é assente por Wittgenstein que a linguagem possui critérios objetivos¹⁷³.

Uma vez que se aceita a tese não-epistêmica para os casos de expressões em primeira pessoa, compreende-se com ela que as expressões pessoais não possuem o mesmo estatuto de conhecimento que as descrições públicas em

¹⁷³ IF, § 378.

terceira pessoa. De modo que um pensamento com um significado privado não poderá ser concebido como uma constatação de conhecimento, uma vez que o conhecimento reside no domínio de uma técnica. Assim também, a autoridade epistêmica a respeito do conhecimento do próprio sujeito e do conteúdo de um pensamento, e do seu respectivo significado privado, não poderá ser concebida como uma constatação de conhecimento. Mas sim como uma expressão característica que pode ser expressa no impessoal (e em seus respectivos conteúdos linguísticos inteligíveis publicamente), assim, a justificação do saber pode ser aferida.

Com o recurso de uma análise de relações entre jogos de linguagem com verbos psicológicos, é possível uma abordagem mais ampla que dissolva o problema da privacidade do significado juntamente com o da autoridade epistêmica. E, embora a investigação positiva e naturalista possa fornecer ferramentas para uma abordagem comportamental e fisiológica, não fornece as analogias e distinções necessárias para a abordagem que rejeite a privacidade nos moldes em que ela é colocada, ou seja, na forma de categorias distintas e indubitáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos aspectos metodológicos da filosofia da linguagem de Wittgenstein¹⁷⁴ e a sua consequente aplicação aos conceitos psicológicos presentes em sua filosofia da psicologia, evidencia-se um panorama pelo qual o problema da objetividade das expressões de conceitos psicológicos em primeira pessoa é tratado. A aplicação dos aspectos metodológicos, portanto, sugere um modo de se proceder em relação aos conceitos problemáticos do significado de expressões com conceitos psicológicos, assim como resulta na dissolução da carga de uma autoridade epistêmica presente nas expressões em primeira pessoa.

Wittgenstein, em sua abordagem da filosofia da linguagem para a filosofia da psicologia, configura uma alternativa às epistemologias fundacionais e às filosofias da mente que postulam objetos internos como condição do significado e do conhecimento como um modo privilegiado de acesso. A base conceitual é a demonstração de que a interioridade não é uma categoria explicativa privilegiada: tampouco o significado, a certeza ou o saber, residem em um lugar do mental privilegiado. Eles emergem de práticas públicas, formas de vida e jogos de linguagem com normatividade compartilhada. Os aspectos metodológicos de Wittgenstein, para análise dos jogos de linguagem e da gramática profunda, não buscam fundar uma teoria explicativa ou substituir teorias, mas dissolver confusões conceituais geradas pelo uso filosófico inadequado de termos ordinários, ou ainda, formas psicologistas de se tratar conceitos.

A resolução da problemática da inteligibilidade das expressões que indicam uma qualidade da experiência interna, relativas aos conceitos psicológicos, consiste na compreensão do que denominamos na presente dissertação como uma epistemologia que possui em seu escopo a história natural humana baseada nas *formas de vida*, indicadas por Wittgenstein. Tal escopo deve

¹⁷⁴ A metodologia se encontra presente em *Investigações Filosóficas*, e o seu modo de aplicação aos conceitos psicológicos se encontra em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* e *Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia*. Os aspectos metodológicos foram abordados na primeira seção da presente dissertação (nas seções: 1.1; 1.2; 1.3).

considerar os aspectos antropológicos da aquisição e utilização da linguagem para além da análise de se seguir regras. Concepção que alguns autores (Bassols, Soames, Rorty e Moreno) denominaram como uma pragmática da linguagem, uma epistemologia naturalizada, ou uma epistemologia do uso. Denominamos tais traços como uma epistemologia que considera a história natural humana para a aquisição, utilização e inteligibilidade da linguagem, bem como para as expressões psicológicas.

O resultado é uma epistemologia que considera aspectos antropológicos baseados na história natural humana, terapêutica em sua atividade, morfológica, descritiva, comparativa, analógica, como componentes dos aspectos metodológicos, que dissolve tanto o ceticismo radical quanto o introspectivismo, colocando o conhecimento na história natural humana e o significado linguístico em práticas compartilhadas. Assim, percebemos como os conceitos psicológicos relativos ao conhecimento, qualidade da experiência e significado, não precisam necessariamente de uma teoria explicativa para serem compreendidos. Uma vez que a *visão panorâmica* trazida por Wittgenstein auxilia, de modo flexível, a compreensão das práticas linguísticas sobre o mundo, mesmo na ausência de teorias explicativas.

Os problemas que tratamos nas seções da presente dissertação, como o problema da objetividade das expressões em primeira pessoa e do significado restritivo correlato, que abarca questões céticas, se encontram ligados à linguagem e a um modo de se conceber relações entre os jogos de linguagem: o discurso sobre o mental é parte de um jogo de linguagem, emerge de tais jogos, eis a origem problemática que não envolve uma teoria explicativa para o conceito, mas um mapeamento dos usos conceituais.

O problema tratado deste modo evidencia relações entre os jogos de linguagem e indica o lugar que os conceitos psicológicos ocupam nas práticas no interior da linguagem. Os conceitos psicológicos que indicariam o significado restrito ao mental se dissolvem através da aplicação dos aspectos metodológicos, uma vez que esta última possui como foco o rastreamento (uma geografia do uso) para tais conceitos. Conforme apontado por Wittgenstein nos seus escritos sobre filosofia da psicologia, ao descrever as relações, as distinções e as analogias possíveis entre jogos de linguagem: o jogo de

linguagem do interior e exterior, de uma gramática das cores, das expressões e descrições.

A resolução do problema da privacidade assenta na noção de que as expressões de conceitos psicológicos em primeira pessoa são partes integrantes das formas de vida, bem como a aparente privacidade do significado surge na medida em que os jogos de linguagem entram em relações dinâmicas. Tais relações são evidenciadas por Wittgenstein e constituem o foco da análise dos conceitos psicológicos.

Por outro lado, a configuração da objetividade para expressões psicológicas em primeira pessoa se caracteriza por um fundo comum às práticas da linguagem pautadas na história natural humana, em outras palavras, os usos para as expressões psicológicas em primeira pessoa são evidenciados como significativas em seu modo de utilização. Embora os jogos de linguagem em primeira pessoa, bem como o jogo de linguagem do interior, entrem em relações com os jogos de linguagem na terceira pessoa e do exterior, ainda assim, é possível caracterizar os conceitos em seus modos de uso.

Uma vez que a carga da autoridade epistêmica para as expressões em primeira pessoa é diluída com a distinção entre proposições empíricas e as proposições gramaticais, assim como com a distinção entre os operadores semânticos e epistêmicos, juntamente com os indicativos da história natural humana: o papel da objetividade para as expressões em primeira pessoa passa a ser compreendido como residente em suas funções de usos significativos. Estes, por sua vez, desempenham um papel em interlocuções e elaborações de proposições nas práticas da linguagem. E, mesmo que uma posição filosófica não aceite a distinção dos operadores, ou posições psicologistas procurem reafirmar as *imagens* em hipostasias conceituais, ainda é possível objetar que o caráter público do significado reside no seguimento de uma normatividade. Isto é, na técnica pela qual a norma é efetivada, uma vez que a efetivação da técnica é uma aplicação da norma.

O papel de uma interioridade (privacidade) do mental que interessaria ao cético para o significado privado e suas expressões não desempenha uma autoridade epistêmica, uma vez que os usos se encontram dados publicamente mediante as noções do saber como uma técnica. Esta é a relevância dos aspectos metodológicos de Wittgenstein para as distinções de modalidades de

jogos de linguagem. Contudo, não se trata de eliminar o papel que a designação do mental possa ser utilizada significativamente, mas de se chegar à compreensão de um panorama dos *usos*, pelos quais os conceitos psicológicos adquirem um caráter significativo.

Ainda, a respeito dos aspectos metodológicos de Wittgenstein, a aplicação dos mesmos para com uma linguagem das experiências qualitativas em primeira pessoa¹⁷⁵, indica as relações nos modos pelos quais os conceitos psicológicos são entendidos. De um lado, como um enquadramento semântico e, por outro lado, como uma prática ostensiva. Neste último aspecto é que as relações entre os jogos de linguagem na primeira pessoa e terceira pessoa entram em dinâmica, induzindo para a consideração de um cenário interior que consolide o significado de maneira privada ao mental.

Exatamente tais relações problemáticas que tornam os aspectos metodológicos importantes para a prática da linguagem. Uma vez que a prática repousa sobre uma história natural, os aspectos metodológicos relativos aos critérios de regras, mediante a possibilidade de análise e distinções das relações que acontecem entre os jogos de linguagem e dos conceitos que operam *entre* e *nos* jogos de linguagem.

As questões a respeito do significado advindo das relações entre os jogos de linguagem se tornariam intratáveis ao se postular uma autoridade epistêmica para as expressões de conceitos psicológicos em primeira pessoa, se postas nos moldes da questão cética e nos moldes de uma privacidade para o significado. Wittgenstein nos ensina a olhar para tais problemáticas considerando a prática da linguagem norteadas pelos usos, sem entrar em defesa de prerrogativas metafísicas ou modos de acesso privilegiados.

Uma vez que a análise dos jogos de linguagem e de suas relações possibilita uma *visão panorâmica* dos usos, a autoridade epistêmica pertencente à privacidade de um mentalismo é deixada de lado em razão do argumento de uma distinção entre operadores semânticos e epistêmicos. Uma vez que se considera a história natural humana relativa às proposições com conteúdo de conhecimento. Mas com isso, uma linguagem do interior não é rejeitada, mas

¹⁷⁵ Tratamos dos tópicos a respeito da expressão de experiência e da linguagem na segunda seção da presente dissertação (seções: 2.1; 2.2; 2.3).

esclarecida, juntamente com os apontamentos a respeito da sua objetividade e no que é característico de tal objetividade, ou seja, no que consiste: expressões psicológicas como um dos possíveis jogos de linguagem, significado como uso, e conhecimento como técnica.

Assim, a consistência de uma *linguagem do interior* que possui critérios públicos de aferimento significativo, embora não possua um estatuto epistêmico, ainda permanece objetivada pelas práticas e regras que são advindas de uma história natural humana (*forma de vida*) e no modo de se proceder com a semântica da linguagem. O caráter ilusório¹⁷⁶ da interioridade do significado reside em confusões conceituais, esclarecidas por meio do procedimento metodológico (dos aspectos metodológico-terapêuticos) de Wittgenstein.

As notas de Wittgenstein a respeito da filosofia da psicologia indicam uma maneira de lidar com as relações e as inter-relações entre jogos de linguagem, bem como fornecem um meio de análise para com os problemas oriundos das relações linguísticas.

O objetivo de dar conta de tornar inteligível o tema de uma resposta sobre a *objetividade das expressões de conceitos psicológicos em primeira pessoa* reside na forma de se conceber a *linguagem do interior*. Wittgenstein trata de tal questão afastando o estatuto de uma privacidade restritiva e afastando o correlativo molde cético. A resolução se trata de uma diluição da privacidade e o consequente esclarecimento do seu surgimento, mediante a análise dos conceitos psicológicos que operam nas relações entre os jogos de linguagem.

Assim, a privacidade e o psicologismo deixam de desempenhar um papel de centralidade aos conceitos psicológicos, uma vez que os aspectos metodológicos de Wittgenstein aplicados aos conceitos psicológicos tratam de formas análogas de se conceber as relações entre os jogos de linguagem, seus paralelos e diferenciações.

Apenas por meio de uma análise das relações entre os jogos de linguagem, os conceitos psicológicos expressos em primeira pessoa podem ser compreendidos de modo inteligível e dissociados da privacidade de um mentalismo restritivo. Deste modo, a objetividade para as expressões se

¹⁷⁶ “O ‘interior’ é uma ilusão. Quer dizer: o complexo de ideias no seu todo ao qual se alude com esta palavra é como uma cortina pintada corrida à frente da cena do genuíno emprego da palavra” (UEFP2 § 26).

encontra na semântica do jogo de linguagem em primeira pessoa, pautados na normatividade que reside na *práxis*.

O presente trabalho atravessou três campos para a resposta aos objetivos propostos a respeito da objetividade das expressões em primeira pessoa, o que designamos como um campo dos aspectos metodológicos, um campo da linguagem e da experiência e um campo da linguagem relativa aos conceitos epistêmicos. Nestes aspectos, o fio condutor foi o plano de tratamento para os conceitos psicológicos, uma vez que este implica um modo de se proceder com as questões, assim como um modo de se analisar, distinguir, relacionar jogos de linguagem (junto dos aspectos metodológicos), e operar com os conceitos psicológicos. Diante de tais aspectos, nos debruçamos ao esclarecimento: a) a objetividade das expressões desvinculadas de uma privacidade, b) uma linguagem do interior desvinculada de um estatuto metafísico; e enfim, c) as expressões de conhecimento e crença desvinculadas de um estatuto epistêmico.

Resulta da investigação a procedência de Wittgenstein ao que é propriamente descritivo no campo da linguagem: a objetividade. As expressões em primeira pessoa não possuem o caráter de linguagem descritiva, mas expressiva, sem que com isso percam a sua função semântica e o significado relativos aos conceitos psicológicos propriamente.

As *ilusões gramaticais* vão além de meros recursos de assimetrias e equívocos de analogias, os jogos de linguagem entram em relações profundas, surgem daí numerosas formas de relações conceituais, que induzem o uso filosófico para noções de um jogo de linguagem totalmente distinto. Daí a utilidade em analisar jogos de linguagem mais primitivos, relacioná-los com outros, e selecionar os conceitos que nos interessam para uma *visão panorâmica* dos seus funcionamentos. Essa atividade se constitui uma tarefa árdua, uma vez que exige operar com conceitos de maneiras diferentes.

A desvinculação da linguagem do interior com um cenário hipostasiado, bem como a desvinculação para com a privacidade do significado, indica que a linguagem não possui uma *via única* de funcionamento. Contudo, possui relações (entre jogos de linguagem) que formam analogias, assimetrias e modos pelos quais o significado de termos psicológicos recebe uma atmosfera de uso.

Vemos que encontrar tais relações e analisá-las faz parte do trabalho filosófico como uma atividade terapêutica, com um procedimento metodológico

que possui funções, aplicadas aos conceitos que interessam, com a finalidade de *ver* relações e afastar mal-entendidos e *imagens*, para com a gramática profunda da linguagem junto de seus usos. Ora, se trata de “acumular recordações para uma finalidade determinada” (IF, § 127), tal finalidade é característica dos conceitos de campos que interessam, aqui, destacamos os conceitos psicológicos.

A presente dissertação contribui ao mostrar no que se constitui a atividade de uma *filosofia da psicologia*, mediante as ponderações de Wittgenstein, no esclarecimento das relações de jogos de linguagem relativas aos conceitos psicológicos. Mais do que evidenciar os modos de uso dos conceitos psicológicos, também fornece um mapeamento dos conceitos que os tornam inteligíveis para uma visão panorâmica das relações.

Para concluir, evidenciamos que o papel de uma filosofia da psicologia como tratamento conceitual das relações entre jogos de linguagem é endereçado para a constituição de uma visão panorâmica. Esta última é imprescindível, tanto para a psicologia: ao psicólogo cognitivo que analisa as expressões na linguagem; quanto para a filosofia: ao filósofo que analisa a gramática profunda nos jogos de linguagem. Ao possibilitar ver confusões conceituais, paralelos enganadores entre jogos de linguagem distintos, e enfim, permite observar caminhos e possibilidades às quais nos encontramos cegos, sem recorrer à elaboração de teorias explicativas.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões; De magistro**. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)
- AYER, A. J. **Linguagem, verdade e lógica**. Lisboa: Presença, 1991
- ALBRITTON, R. On Wittgenstein's use of the term "criterion". **The Journal of Philosophy**, LVI, n.22, 1959.
- ARAKI, Mauro Junji. **Filosofia e psicologia em William James**. São Carlos: UFSCar, 2009.
- BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: Rules, grammar and necessity**. V.2. Oxford, UK: Blackwell, 2009.
- BAKER, Gordon. **Wittgenstein's method: neglected aspects**. Cornwall: Blackwell Publishing, 2004.
- BEALE, Jonathan; KIDD, Ian James. **Wittgenstein and scientism**. New York: Routledge, 2017.
- BRENTANO, Franz. **Psicología desde el punto de vista empirico**. Espanha: Salamanca, 2020.
- BURTT, A. E. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.
- CARNAP, Rudolf. The Vienna Circle (1926-1935). In: Schilpp, P. A. (ed.). **The philosophy of Rudolf Carnap**. La Salle: Cambridge University Press, 1963.
- CHALMERS, David (org.). **Philosophy of mind**. New York: Oxford University Press, 2002.
- CHURCHLAND, Paul M. Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes. **The journal of philosophy**, v. 78, n. 2, p. 67-90, 1981.
- CICOTTE, L. G. N.; DONAT, M. Comportamento em Wittgenstein, Behaviorismo Metodológico e Comportamentalismo: semelhanças e diferenças. In: **Voluntas**, Santa Maria, v.12, n.2, p. 01-22, 2021.
- DAY, W. F. On certain similarities between the Philosophical investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. **Journal of the experimental analysis of behavior**, v.12(3), p. 489–506, 1969.
- DANNA, M. F; MATTOS, M. A. **Aprendendo a observar**. 2º ed. São Paulo: Edicon, 2011.
- DESCARTES, René. **Meditações**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 2004.
- DIAMOND, Cora. **The realistic spirit: Wittgenstein, Philosophy, and the Mind**.

Cambridge/Massachusetts: The MIT Press, 1991.

DIAMOND, Cora; TEICHMAN, Jenny (org.). **Intention and intentionality**. England: The Harvester Press, 1979.

DINISHAK, Janette. Köhler, Wittgenstein, and the Live Bonds of Dynamical Reality. **Philosophia scientiæ**, v. 26(3), p. 21-36, 2022.

ENGELMANN, Mauro Luiz. **Wittgenstein's philosophical development: Phenomenology, Grammar, Method, and the Anthropological View**. England: Palgrave Macmillan, 2013.

FATTURI, A. **Mundo interior e expressão**: a filosofia da psicologia de Ludwig Wittgenstein, 2009, p. 179, Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade Federal de São Carlos; São Carlos, SP, Brasil.

FREGE, Gottlob. O pensamento: uma investigação lógica. **Anais de Filosofia. São João del-rei**, n. 6, p. 283-298, jul. 1999.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GARDNER, Howard. **A nova ciência da mente**: uma história da revolução cognitiva. Trad. Cláudia Malbergier Caon. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GRUMICKER, F. A. **Notas em torno de Wittgenstein**: a filosofia como crítica da linguagem. Curitiba: Autor, 2024.

GLOCK, Hans-Johann; HYMAN, John (ed.). Wittgenstein And Analytic Philosophy: Essay for P. M. S. HACKER. New York: Oxford, 2009.

HARK, Michel. **Beyond the inner and the outer**: Wittgenstein's philosophy of psychology. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1990.

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: meaning and mind**. An analytical commentary on the Philosophical Investigations. v. 3. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

HACKER, P. M. S. The conceptual framework for the investigation of emotions. **International review of psychiatry**. v.16. n. 3, p. 199-208, 2004.

HACKER, P. M. S. **Insight and illusion**: Themes in the Philosophy of Wittgenstein. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HEBECHE, Luiz. O Mundo da Consciência: Sobre a Filosofia da Psicologia de Ludwig Wittgenstein. **Revista portuguesa de filosofia**, T. 58, Fasc. 3, Ludwig Wittgenstein: Significados da Sua Obra, 2002, pp. 633-639.

HILMY, S. Stephen. **The later Wittgenstein**: the emergence of a new philosophical method. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

JAMES, William. Princípios de Psicologia. In: **James – Dewey – Veblen**.

[Tradução de Pablo Rubén Mariconda]. 1ª ed. v. XL. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores)

JAMES, William. Pragmatismo. In: **James – Dewey – Veblen**. [Tradução de Pablo Rubén Mariconda]. 1ª ed. V. XL. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores)

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOETHE, John. Wittgenstein and Epistemology. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle (ed.). **The third Wittgenstein: The Post-Investigations Works**. New York: Routledge, 2016.

KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

KRIPKE, Saul. **Wittgenstein a propósito de reglas y lenguaje privado**. Madrid: Tecnos, 2006.

KUHN, T. S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LEVINE, Joseph. Materialism and Qualia: The Explanatory Gap. **Pacific philosophical quarterly**, v. 64, p. 354-361, 1983.

NAGEL, Thomas. Como é ser um Morcego?. In: **Cadernos de história e filosofia da ciência**. Campinas, Série 3, v. 15, n. 1, p. 245-262, 2005.

PERLOFF, Marjorie. **A escada de Wittgenstein: a linguagem poética e o estranhamento do cotidiano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

PERUZZO Júnior, L. Linguagem e mente na Filosofia de Wittgenstein. **Argumentos**, Fortaleza, v. 7, n. 13, 2015.

POTTER, Michael. **Wittgenstein's notes on logic**. New York: Oxford University Press, 2008.

PUTNAM, Hilary. **Corda tripla: mente, corpo e mundo**. São Paulo: Idéias e Letras, 2008.

PLATÃO. **Mênon**. São Paulo: PUC-Rio; Edições Loyola, 2001.

PLATÃO. **Teeteto-Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

QUINE, W, O. **Palabra y objeto**. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

RORTY, Richard. **Ensaio sobre Heidegger e outros**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RORTY, Richard. **The linguistic turn**: recent essays in philosophical method. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

ROJO, Roberto. Wittgenstein: gramática y metafísica. **Thémata** Revista de Filosofia, n. 21, p. 263-276, 1999.

RYLE, Gilbert. Expressões sistematicamente enganadoras. In: **Ensaio** / Gilbert Ryle, John Langshaw Austin, Willard van Orman Quine, Peter Frederick Strawson. [Tradução de Balthazar Barbosa Filho]. 1ª ed., v. LII. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores)

RYLE, Gilbert. **El concepto de lo mental**. Barcelona: Paidós, 2005.

MARQUES, António. Vivência e Significado. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

MORENO, A. R. (org.). **Wittgenstein e a epistemologia**. Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2013. (Coleção CLE).

MONK, Ray. **Wittgenstein**: o dever do gênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. **Certainty in action**: Wittgenstein on Language, Mind and Epistemology. London: New York: Bloomsbury Academic, 2021.

SCHILICK, Moritz. Sentido e Verificação. In: **Coletânea de textos**: Moritz Schlick, Rudolf Carnap, Karl R. Popper. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

SCHULTE, Joachim. **Experience and expression**: Wittgenstein's Philosophy of Psychology. New York: Oxford University Press, 2003.

SOAMES, Scott. Skepticism about meaning: Indeterminacy, normativity, and the rule-following paradox. **Canadian journal of philosophy**, v. 8, n. 23, p. 211–249, 1997.

SOUZA, G. F. A filosofia da psicologia e o “novo método” filosófico nos escritos tardios de Wittgenstein: uma relação prática e necessária. **Trans/form/ação**, v. 4, n. 43, 2020, p. 177.

SULLIVAN, Gavin Brent. **Wittgenstein's philosophy in psychology**: Interpretations and Applications in Historical Context. London: Springer Nature, 2017.

STERN, David G. **As Investigações filosóficas de Wittgenstein**: uma introdução. Tradução de Marcelo Carvalho e Fernando L. Aquino. São Paulo: Annablume, 2012 (Coleção Filosofia e Linguagem).

TEMKIN, J. Wittgenstein on Epistemic Privacy. **The philosophical quarterly**, v. 31, April, 1981.

VALLE, B. Ludwig Wittgenstein: sobre o tratamento dos conceitos

psicológicos. **Revista de filosofia aurora**, v. 21, n. 29, jul./dez. 2009, p. 383–398.

VOHRA, Ashok. **Wittgenstein's philosophy of mind**. New York: Routledge Revivals, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Anotações sobre as cores**. Lisboa: Edições 70, 1977.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Conferência sobre ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da certeza**. Lisboa: Edições 70, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Movimentos de pensamento**: diários de 1930/32-1936-37. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Escrito a máquina: [The big Typescript] [TS 213]**. Madrid: Editorial Trotta, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Gramática filosófica**. São Paulo: Loyola, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Movimentos de pensamento**: diários de 1930/32-1936-37. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Notebooks (1914-1916)**. New York: Basil Blackwell, 1961.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Observaciones filosóficas**. Mexico: Universidad Autonoma de Mexico, 1997.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Observações sobre a filosofia da psicologia**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **The blue and the brow book**. Oxford: Basil Blackwell, 1958.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. II: Notes for Lectures on “Private Experience” and “Sense Data”. In: RHEES, R. **The philosophical review**, v. 77, n. 3, 1968, p. 275-320

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Últimos escritos sobre a filosofia da psicologia**. 2º ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Wittgenstein's lectures on philosophical**

psychology 1946-47. [Notes by P.T. Geach, K.J. Shah, A.C. Jackson; edited by P.T. Geach]. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1988.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Lecciones de filosofia de la psicología 1946-1947.** Madrid: Alianza Editorial, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Wittgenstein source.** University of Bergen, 2019. Disponível em: <http://wittgensteinsource.org>. Acesso em: 20, 2024. [Nachlass]

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Zettel.** Anscombe, G.E.M. & von Wright, G.H. (eds.), Anscombe, G.E.M. (trad.). Oxford: Blackwell, 1967.